



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Sua Excelência O Presidente da
Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima 9901- 858 Horta

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
S/1821/2022	13/06/2022	Sai-AP/2022/65	04/07/2022

ASSUNTO: Requerimento n.º 394/XII – “Festival Atlantis Concert for Earth 2022”,
apresentado pelos Senhores Deputados António Lima e Alexandra Manes, do Grupo
Parlamentar do BE

Em resposta às questões colocadas no requerimento referido em epígrafe, subscrito pelos
Senhores Deputados António Lima e Alexandra Manes, do Grupo Parlamentar do Bloco de
Esquerda, cumpre-me informar V. Ex^a. do seguinte:

1 - Em que área exata se irá realizar o festival de música “Atlantis Concert for Earth”?
Solicita-se geolocalização da área utilizada e referência à sua propriedade, nomeadamente
se é pública ou privada.

Os terrenos onde ficarão implantadas as estruturas do festival situam-se, maioritariamente, em
terrenos privados, sendo que uma pequena parte se localiza em parcelas pertencentes à Região
Autónoma dos Açores, sob a tutela da Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento
Rural, algumas delas em regime de arrendamento a terceiros.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública



Figura 1 - Mapa de localização do recinto, anel de segurança e estacionamento para a produção e mobilidade reduzida, de acordo com o Plano de Prevenção e Segurança.

2 - A que “estudos geográficos” se refere o promotor do evento, garantindo que este acontece de forma sustentável e “verde”? Requer-se o envio desses estudos.

O termo “estudos geográficos” não consta de nenhum dos elementos entregues pelo promotor, pelo que, relativamente a este aspeto, deverão ser solicitados esclarecimentos à entidade promotora. Não obstante, e dos documentos recebidos pela Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, destacam-se os seguintes:

- Plano de prevenção e segurança (onde são previstas, entre outras, regras e medidas relativas ao condicionamento dos acessos, segurança, vigilância e controlo);
- Estudo de Avaliação Ambiental e da Capacidade de Carga.

3 - Foram propostas pelo Governo Regional ou pelo departamento do governo regional competente em razão da matéria ao promotor localizações alternativas suscetíveis de causar menores impactos ambientais?

Não cabe ao Governo Regional propor localizações alternativas para eventos de índole privada, mas sim a pronuncia sobre a viabilidade, ou não, da pretensão dos requerentes para os locais propostos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Assim, informa-se que para o local pretendido foram feitas propostas de ajuste à localização do recinto e infraestruturas, de forma a garantir o cumprimento das condicionantes legais aplicáveis ao espaço.

4 - Como garante o Governo Regional a ausência de impactos negativos significativos na ecologia da área de paisagem protegida, nomeadamente sobre a avifauna?

A redução de eventuais impactos negativos efetiva-se pelo cumprimento das condicionantes impostas pelo Governo Regional para a realização do evento.

De acordo com o estudo de Avaliação Ambiental e da Capacidade de Carga apresentado, é referido que poderão suceder alguns impactes ao nível da componente ecológica da área do evento e sua envolvente, porém:

- A vegetação que ocorre na área do evento é composta, maioritariamente por gramíneas;
- A generalidade das espécies faunísticas identificadas ao nível da zona do evento possui estatuto de conservação na Região Autónoma dos Açores considerado como de pouco preocupante ou desconhecido, verificando-se, no entanto, a possível ocorrência na zona de espécimes de *Nyctalus azoreum* (morcego dos Açores), espécie endémica e considerada em perigo.

Não obstante, considerando o carácter efémero do evento, considera-se que a realização do mesmo não representará efeitos significativos ou irreversíveis sobre as espécies faunísticas potencialmente afetadas.

Ademais, e acordo com o parecer solicitado pelo requerente à Universidade dos Açores, é mencionado que:

“(...) O local pretendido para a realização deste evento encontra-se dentro da Área de Paisagem Protegida das Sete Cidades, integra os Sítios Ramsar de São Miguel e é abrangida pelo Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Sete Cidades. Neste contexto, e sob o ponto de vista conservacionista, entendo que este evento, a ser realizado, deve cumprir com todos os objetivos de gestão inerentes à área em questão. No que diz respeito às espécies de animais que ocorrem nesse local e com interesse de conservação (aves e o morcego-açoriano), sou de parecer que a realização do referido festival não irá pôr em perigo a sobrevivência nem causar danos irreversíveis nas espécies, desde que a organização do evento garanta a proteção das espécies e dos seus habitats e minimize a perturbação inerente à realização do próprio festival.”



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

5 - Como garante o Governo Regional que os resíduos produzidos pelos milhares de pessoas

que se espera que se desloquem ao local não acabem nas margens ou na massa de água da lagoa das Sete Cidades?

De acordo com o apresentado no plano de prevenção e segurança, pelo promotor do evento salienta-se que:

- Todo o perímetro da lagoa, bem como outras áreas de acesso proibido, serão guardadas e vigiadas por uma equipa de segurança oficial;
- Não é permitida a entrada no recinto de bens alimentares;
- Serão distribuídos no terreno o número suficiente de contentores de lixo indiferenciado, de reciclagem, bem como cinzeiros dedicados a fumadores;
- Serão adquiridos copos próprios a serem recolhidos ou adquiridos pelo consumidor;
- Várias equipas de limpeza irão inspecionar a tempo inteiro os WC's, tendas, palco, recinto de espetáculos e camarins;
- A estrada interior, mais distante da lagoa, terá contentores de lixo, iluminação temporária em todo o percurso, limpeza contínua e segurança.

6 - A que entidades foram solicitados pareceres prévios ao licenciamento deste evento? Requer-se o envio dos referidos pareceres assim como do parecer vinculativo do departamento do Governo Regional com competência em matéria de ordenamento do território.

Importa, numa primeira instância, esclarecer que o ato de licenciamento deste tipo de eventos não compete ao Governo Regional. No entanto, e por a área em questão estar inserida em local sujeito a parecer da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, informa-se que foram emitidos pareceres por parte da Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos e Serviço de Ambiente e Alterações Climáticas de São Miguel.

Ademais, o proponente solicitou, também, parecer à Universidade dos Açores, tendo dado conhecimento do mesmo à Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

O parecer emitido, segue no documento anexo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

7 - Que condicionantes foram impostas ao promotor do evento como condição para o seu licenciamento?

Por via do ofício SAI-SRAAC-2022-5766, de 17 de maio de 2022, foi emitido parecer à pretensão do requerente, o qual congregou os pareceres dos serviços consultados na Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, tendo resultado na imposição dos seguintes condicionantes:

Em matéria de Conservação da Natureza:

Considera-se que poderá ser viável a realização do festival em causa, com carácter excecional, desde que sejam cumpridos os diversos requisitos e condicionalismos expressos na presente comunicação, nomeadamente:

- Ter uma duração reduzida;
- Todos os equipamentos e edificações a implantar terem um carácter temporário;
- Não ocupar a área de proteção da margem da lagoa delimitada na Planta de Condicionantes do Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Sete Cidades (POBHLSC), publicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2019/A, de 4 de abril, e do Plano Diretor Municipal de Ponta Delgada (PDM-PDL), publicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2007/A, de 13 de agosto, e posteriores alterações e suspensões;
- Incluir as ações de mitigação expostas na Avaliação Ambiental e da Capacidade de Carga, nomeadamente:
 - Sinalização e iluminação (orientada para o solo) do caminho de acesso ao recinto do evento, de forma a garantir que o acesso do público ocorre em segurança e que existe impacto mínimo sobre a avifauna local do ponto de vista da poluição luminosa;
 - Distribuição de caixotes do lixo ao longo do percurso pedonal de acesso ao recinto do evento;
 - Controlo de acessos, tanto ao nível da entrada no recinto, como aquando da venda de bilhetes/ingressos para o festival, de modo a garantir que a capacidade de carga definida não é ultrapassada;
 - Vedação de todo o espaço do recinto, com particular enfoque ao nível das margens da lagoa (domínio público hídrico), precavendo situações de entrada não controlada no recinto, assim como de incursão indevida do público para



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

além dos limites do recinto, com consequente afetação adicional de solo, coberto vegetal, ou recursos hídricos, etc.;

- Disponibilização de diversos pontos de recolha de resíduos, inclusive de pontos para separação seletiva, no recinto do evento;
 - Sensibilização de todos os intervenientes no evento para a correta gestão dos resíduos e quanto à redução, tanto quanto possível, da utilização de produtos descartáveis no recinto do evento;
 - Controlar o acesso de viaturas ao recinto do evento.
-
- Incluir as recomendações apresentadas pela Professora Maria Amélia Silveira Gonçalves da Fonseca, do Departamento da Biologia da Universidade dos Açores, para as espécies de fauna, nomeadamente: “A organização do evento deverá garantir a proteção das espécies e dos seus habitats e minimizar a perturbação inerente à realização do próprio festival.”
 - Incluir as recomendações apresentadas e pelo Professor João Carlos Nunes para a Geologia e Vulcanologia, nomeadamente: “Garantir uma ligação próxima e permanente entre a organização do festival e as autoridades municipais e regionais de proteção civil, antes e durante o evento.”
 - Cumprir com o exposto no Plano de Prevenção e Segurança (versão aprovada).
 - Não introduzir de nenhuma forma (colocar, plantar, semear) espécies ou mistura de espécies, como *grass sod* ou outras, nem realizar ações que levem à alteração das características e da composição florística das formações e associações naturais existentes em toda a Área de Paisagem Protegida das Sete Cidades.

Em matéria de Ordenamento do Território:

Não poderão haver estruturas em área afeta à Reserva Ecológica (RE), pelo que deverão recolocar as instalações sanitárias, uma parte do palco e duas tendas junto ao mesmo, o mais afastado possível dos cursos de água (artigo 20º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Regional [RJREN], publicado pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 29 de agosto, conjugado com o seu Anexo II).

Mais se comunica que, em matéria de Ordenamento do Território, e com carácter excecional:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

- O regulamento do POBHLSC poderá permitir o evento com as zonas de estacionamento de apoio ao mesmo, desde que seja efetuado de forma organizada e desde que não degrade a qualidade ambiental e paisagística e movimentação de terras que alterem o perfil do terreno, de acordo com os seus artigos 10º, 13º, 20º, 21º e 22º.
- Ainda, para as zonas de estacionamento que se encontram nas categorias de POBHLSC de Áreas edificadas das Sete Cidades, Áreas de ocupação dispersa e de Áreas de recreio, poderão ser possíveis, nos termos dos seus artigos 27º, 31 e 32º.
- O regulamento do PDM-PDL, para Paisagem protegida das Sete Cidades e para as Áreas Predominantemente Habitacionais das Sete Cidades, remete para o regime do POBHLSC, de acordo com os artigos 23º e 68º. Ainda nas Áreas de equipamentos coletivos, poderá ser possível a zona de estacionamento prevista.

Em matéria de recursos Hídricos:

O pretendido não poderá ocorrer em domínio público hídrico por comprometer os valores naturais (artigos 19º e 20º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro), por comprometer a integridade biofísica das águas, seus leitos e margens (artigo 57º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro) e por não se enquadrar nas utilizações que podem ser permitidas nas margens de recreio da Lagoa Azul e da linha de água Grota do Inferno (artigo 27º do POBHLSC).

Mais se comunica que, em matéria de Recursos Hídricos, o promotor do evento deverá respeitar os seguintes condicionalismos:

- Não ultrapassar a lotação indicada no Plano de Prevenção e Segurança apresentado, de 12 000 a 15 000 pessoas;
- Informar e sensibilizar o público para o cumprimento de todas as regras em vigor;
- Cumprir todas as medidas de mitigação apresentadas no Relatório de Avaliação Ambiental e da Capacidade de Carga, sem prejuízo de outras que venham a ser definidas por esta Direção Regional;
- Cumprir um plano de manutenção contínua das instalações sanitárias e dos contentores de resíduos sólidos, durante todo o período do evento, desde a sua montagem até ao seu desmantelamento;
- Providenciar que as ações, palestras e material de divulgação do festival tenham rigor científico e não contrariem as normas ambientais em vigor. O material produzido não



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
poderá aludir à prática de atividades que não são permitidas. É interdita a publicitação de atividades não autorizadas e/ou não licenciadas;

No seguimento das interdições e dos condicionalismos apresentados, foi solicitado, também, que fosse acautelado o seguinte:

- Recolocação das instalações sanitárias, uma parte do palco e duas tendas junto ao mesmo, o mais afastado possível dos cursos de água, de modo a cumprir a não se sobrepossem com os 30 metros da margem da lagoa Azul e os 10 metros da margem da linha de água Grota do Inferno;
- As características construtivas da vedação ao plano de água, que para além de impedir o acesso dos participantes ao plano de água, deverão servir também como uma barreira sonora.
- Os estacionamento, quer do lado oeste da lagoa, quer da zona do Canto dos Carneiros, da margem dos 30 metros e da lagoa Azul e da margem dos 10 metros da linha de água Grota do Inferno, deverão ser relocados para fora deste perímetro;
- A estrutura ou área do festival da margem dos 30 metros da lagoa Azul e da margem dos 10 metros da linha de água Grota do Inferno, deverão ser relocados para fora deste perímetro;
- Delimitação e balizagem de todas as zonas de margem do domínio público hídrico que confrontem com estacionamento, caminhos de acesso e área do festival, mantendo a adequada e necessária sinalização e fiscalização, de modo a se cumprir essa restrição de acesso às margens;
- Delimitação da zona de atravessamento pedonal da foz da Grota do Inferno, minimizando os riscos de erosão do leito e margens da ribeira.

8 - Qual a lotação máxima do recinto do espetáculo?

De acordo com o Plano de Prevenção e Segurança, apresentado pela organização do evento, foi definida uma lotação máxima entre 12 000 a 15 000 pessoas.

9 - Como se fará a deslocação para o recinto, nomeadamente se será por transporte individual ou coletivo e que locais serão utilizados para estacionamento de viaturas? Requer-se a geolocalização dos mesmos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Segundo o Plano de Prevenção e Segurança apresentado, estão previstas 7 zonas de estacionamento para o público, com um total de 2.416 lugares de estacionamento, situados em localizações diversas, sendo que, 6 destes locais se situam nas imediações da freguesia de Sete Cidades, do lado oeste da Lagoa Azul, e um deles no Caminho Velho do Cemitério, ficando o controlo de acesso ao estacionamento sob a responsabilidade do Município de Ponta Delgada e da Polícia de Segurança Pública.

Conforme está previsto no estudo de Avaliação Ambiental e da Capacidade de Carga, o acesso ao recinto de espetáculos, por parte do público em geral, será efetuado de forma pedonal, através de um caminho de pé posto, desde a zona da ponte das Sete Cidades até ao recinto, num percurso de cerca de 2,43 km. O acesso direto de viaturas ao local do evento será permitido apenas a veículos afetos à produção e organização do evento (acesso restrito), assim como para utentes com mobilidade reduzida.

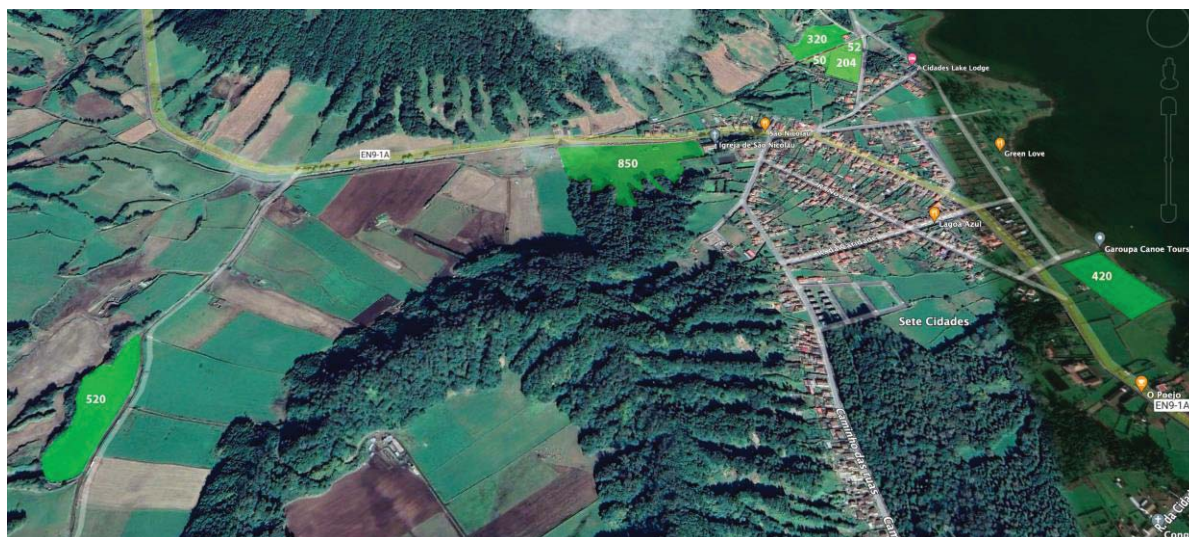


Figura 2 - Mapa com localização dos estacionamentos e respetiva lotação, de acordo com o Plano de Prevenção e Segurança.

10 - Não considera o Governo Regional que a autorização de um grande evento de massas em zona de paisagem protegida e classificada como sítio Ramsar constitui mais um fator de degradação da qualidade ambiental e dos ecossistemas no local?

Tratando-se de um evento de curta duração, com a premissa de alertar e promover temáticas de índole ambiental, o qual decorre sobre um rigoroso conjunto de condicionantes impostos pelos diversos serviços que compõem a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas e que se sustenta num estudo de Avaliação Ambiental e de Capacidade de Carga, bem como em pareceres emitidos por especialistas de diversas áreas da Universidade dos Açores, por forma a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

garantir a minimização de eventuais impactes, poder-se-á considerar que estão reunidas as condições para que o evento possa decorrer sem que seja posta em causa a degradação da qualidade ambiental e dos ecossistemas presentes no local.

11 - Não considera o Governo Regional que um evento desta envergadura causa mais danos do que benefícios à imagem dos Açores enquanto região com preocupações ecológicas?

O Governo Regional dos Açores considera que a projeção deste festival, atento à temática da proteção da natureza e conservação do meio ambiente na qual este se suporta, trará contributos muito positivos à região, nomeadamente com a divulgação de vídeos promocionais das ações de conservação e gestão ambiental como são exemplo os projetos LIFE a decorrer na Região, e que poderão desta forma ser dados a conhecer a todos os que acompanharem o festival.

Pelo facto de se tratar de um evento esporádico de curta duração, o qual contará com artistas reconhecidos mundialmente, os quais darão voz às temáticas ambientais, intercalados com momentos de promoção ambiental e de sustentabilidade, com intervenção de associações e organizações ambientalistas, prevendo-se uma assistência pela via digital que poderá atingir vários milhões de pessoas, considera-se que o evento trará uma enorme visibilidade à Região, dando a conhecer mundialmente o exemplo dos Açores como um local com boas práticas ambientais.

Sendo este um festival dedicado às causas ambientais, com o objetivo de “celebrar o planeta de forma positiva”, apresentando e divulgando práticas aplicadas à defesa ambiental e onde decorrerão palestras alusivas à temática das alterações climáticas e conservação ambiental, considera-se que o evento poderá contribuir para a demarcação da região enquanto destino turístico sustentável e ambientalmente responsável.

O Atlantis Concert for Earth será um evento sem fins lucrativos, em que as receitas e fundos angariados serão revertidos a favor da associação não governamental de ambiente *World Wildlife Fund for Nature* (WWF) através da sua entidade parceira em Portugal, a Associação Natureza Portugal (ANP). O promotor do concerto fez, ainda, uma parceria com a empresa *A Greener Festival* de forma a avaliar a pegada de carbono gerada ao longo do festival e habilitar-se a uma certificação de evento sustentável, permitindo-lhe ainda a concorrer ao prémio *Greener Festival Award*.

Destaca-se, no entanto, que na área de paisagem protegida das Sete Cidades, o Plano de Gestão do Parque Natural de Ilha tem como objetivos a preservação de uma interação harmoniosa, natural e cultural, através da proteção da paisagem, usos tradicionais, práticas de edificação e



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
manifestações sociais e culturais. Ademais, o plano também prevê o apoio ao desenvolvimento de modos de vida e atividades económicas em harmonia com a natureza e com a preservação das tradições da comunidade local. Neste contexto, não é expectável com a realização do evento alteração na paisagem, bem como ao nível dos seus habitats e ecossistemas.

12- Que apoios públicos foram atribuídos pelo Governo Regional, ou indiretamente através de instituições financiadas por este para a realização deste evento?

O Governo Regional dos Açores não forneceu qualquer tipo de apoio aos promotores do festival.

- Nos termos estatutários e regimentais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda solicita ainda a V.^a Ex.^a os seguintes documentos:

- Plano ambiental do evento.

- Plano de mobilidade do evento.

Presume-se que os documentos solicitados correspondam ao Estudo de Avaliação Ambiental e da Capacidade de Carga, e ao Plano de Prevenção e Segurança, respetivamente, pelo que se enviam ambos em anexo.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Assinado por: **DUARTE NUNO D'ÁVILA MARTINS
DE FREITAS**

Num. de Identificação: 07417882

Data: 2022.07.04 15:48:30+00'00'



CARTÃO DE CIDADÃO

Avaliação Ambiental e da Capacidade de Carga

Atlantis Concert for Earth – Sete Cidades



Atlantis Concert for Earth, Inc.


Março de 2022

Informação sobre o documento e autores	
Proponente	<p>Atlantis Concert for Earth, Inc. Avenida Verano Thousand Oaks, 3920 CA 91360</p> <p>✉ rene.rigal@atlantisentertainment.co ✉ luisbettencourt@me.com</p>
Descrição do Documento	Avaliação Ambiental e da Capacidade de Carga Atlantis Concert for Earth – Sete Cidades
Versão	1.0
Referência do Ficheiro	RTXXII_07_AA_CFO
N.º de Páginas	37
Execução do Estudo	<p>LabGeo – Engenharia e Geotecnologia Estrada dos Portões Vermelhos, 20, Fração 21 9560-450 Rosário, Lagoa</p> <p>☎ 96 373 02 87 ✉ info@labgeo.pt</p>
Autores	<p>Adriano Pacheco Diana Ponte Diogo Caetano</p>
Outros Colaboradores	Rúben Cabral
Coordenador	Diogo Caetano
Data de Realização	Março de 2022

Índice

1. Introdução	1
2. Caracterização do Evento.....	3
2.1 Localização Geográfica	3
2.2 Conceito do Evento.....	4
2.3 Infraestruturas e Recinto do Evento.....	5
3. Condicionantes e Ordenamento do Território	7
3.1 Condicionantes Legais.....	7
3.2 Instrumentos de Gestão Territorial	9
3.3 Síntese de Caracterização	11
4. Caracterização Biofísica do Local	13
4.1 Solo	13
4.2 Água.....	14
4.3 Ecologia	15
5. Avaliação da Capacidade de Carga	19
5.1 Contextualização Metodológica	19
5.2 Contextualização do Objeto de Estudo	22
5.3 Cálculo da Capacidade de Carga.....	23
5.3.1 Capacidade de Carga Física (CCF)	23
5.3.2 Capacidade de Carga Real (CCR).....	23
5.3.3 Capacidade de Carga Efetiva (CCE).....	25
6. Identificação de Impactes Ambientais	27
6.1 Solo	27
6.2 Água.....	27
6.3 Ecologia	28
7. Medidas de Mitigação	29
8. Bibliografia	31

Índice de Figuras

Figura 2.1 Localização geográfica do terreno onde decorrerá o festival <i>Atlantis Concert for Earth</i> (IGeoE, 2001)	3
Figura 2.2 Mapa de acessos e zonas de estacionamento previstas para o evento (base geográfica http://sig-sraa.azores.gov.pt/)	4
Figura 2.3 Representação esquemática da organização do recinto do evento	6
Figura 3.1 Enquadramento da área do evento no contexto dos condicionantes legais e instrumentos de gestão territorial mais significativos (base geográfica de http://sig-sraa.azores.gov.pt/)	12
Figura 4.1 Enquadramento do local do evento no contexto da carta de ocupação do solo (nível 3) da ilha de São Miguel (adaptado de COS.A/2018)	13
Figura 4.2 Enquadramento do local do evento no contexto da vulnerabilidade à erosão hídrica da ilha de São Miguel (adaptado de PGRH-Açores, 2015)	14
Figura 4.3 Enquadramento do local do evento na bacia hidrográfica da Lagoa Azul das Sete Cidades (adaptado de PGRH-Açores, 2015; base geográfica de http://sig-sraa.azores.gov.pt/)	15
Figura 4.4 Vista geral, de norte para sul, da caldeira das Sete Cidades, com destaque () para a área do evento	18
Figura 5.1 Representação esquemática da área considerada para efeitos de determinação de capacidade de carga de participantes no evento	22

Índice de Tabelas

Tabela 3.1 Condicionantes legais aplicáveis à área do evento por área temática, mediante estrutura do Portal do Ordenamento do Território dos Açores	7
Tabela 3.2 Instrumentos de gestão territorial e potencial relevância para a área do evento, adaptado da estrutura do Portal do Ordenamento do Território dos Açores	9
Tabela 4.1 Listagem de espécies faunísticas identificadas ou cuja ocorrência é provável na área do evento e sua envolvente	16
Tabela 5.1 Dados e parâmetros relativos à ponderação do fator de correção Erosão do Solo	24

Nomenclatura

ANP – Associação Natureza Portugal

BE – Convenção de Berna

BO – Convenção de Bona

CCE – Capacidade de Carga Efetiva

CCF – Capacidade de Carga Física

CCR – Capacidade de Carga Real

CG – Capacidade de Gestão

CITES – Convenção de Washington

FC - Fatores de Correção

PDM – Plano Diretor Municipal

PROTA – Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores

RAA – Região Autónoma dos Açores

WWF – World Wildlife Fund for Nature

1. Introdução

No âmbito de um pedido de autorização para a realização do festival *Atlantis Concert for Earth*, a decorrer na freguesia de Sete Cidades, concelho de Ponta Delgada, constitui o presente documento o relatório técnico de estudo de avaliação ambiental e da capacidade de carga do local do evento.

O presente relatório pretende dar cumprimento aos requisitos impostos por parte da Direção Regional do Ambiente, na sua comunicação com a ref. SAI-DRA/2017/1741, de 17 de maio de 2017, nomeadamente *“Apresentar solução para a mitigação dos impactes ambientais da realização do evento, incluindo na montagem e desmontagem do evento”* e *“Realizar o referido estudo sobre capacidade de carga do local e o impacto ambiental resultante da realização do festival”*,

A entidade promotora do presente estudo, assim como do evento a realizar, é a Atlantis Concert for Earth, Inc., entidade sem fins lucrativos, sediada no estado da Califórnia, Estados Unidos da América, e representada localmente pelo Sr. Luís Bettencourt.

O presente documento será submetido a avaliação e validação por parte da Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, afeta à Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, enquanto entidade com competência em matéria de ambiente no âmbito da Região Autónoma dos Açores (RAA).

Os trabalhos para elaboração do presente estudo decorreram entre fevereiro e março de 2022, tendo por base os dados e elementos disponibilizados pelo promotor do evento, informações recolhidas em trabalho de campo e na consulta de informação bibliográfica.

O estudo foi desenvolvido de acordo com a seguinte estrutura organizada em capítulos:

1. Introdução
2. Caracterização do Evento
3. Condicionantes e Ordenamento do Território
4. Avaliação da Capacidade de Carga
5. Caracterização Biofísica do Local
6. Identificação de Impactes Ambientais
7. Medidas de Mitigação
8. Bibliografia

2. Caracterização do Evento

2.1 Localização Geográfica

O festival *Atlantis Concert for Earth* irá decorrer em terreno com aproximadamente 31 500 m² de área, sito junto à margem leste da Lagoa Azul das Sete Cidades, na freguesia de Sete Cidades, concelho de Ponta Delgada, ilha de São Miguel, conforme se representa na figura seguinte.

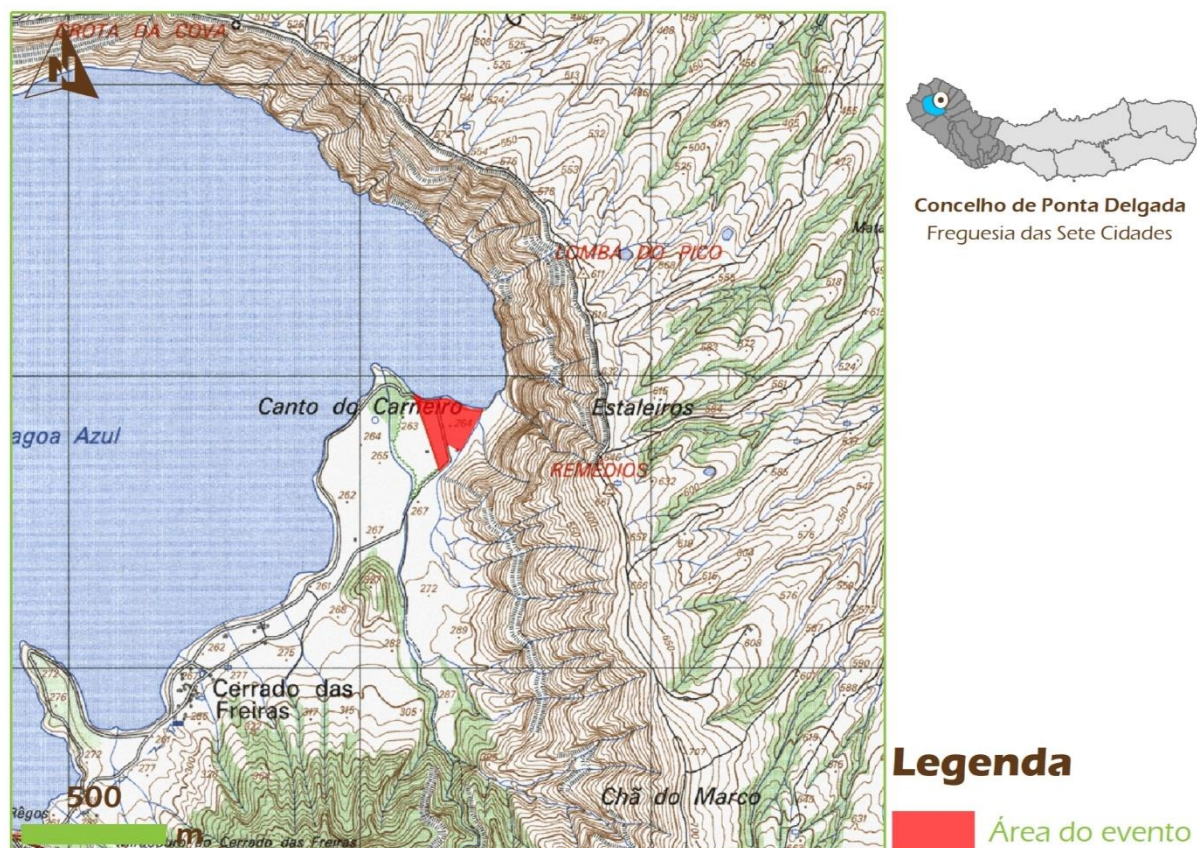


Figura 2.1 | Localização geográfica do terreno onde decorrerá o festival *Atlantis Concert for Earth* (IGeoE, 2001)

De forma a precaver que o estacionamento de viaturas afetas ao público do festival ocorre de forma ordenada e sem causar constrangimentos ao normal fluxo de trânsito na freguesia das Sete Cidades, a organização do evento irá disponibilizar três zonas para o estacionamento.

O acesso ao evento por parte do público em geral será efetuado a pé, através de caminho de pé posto, desde a zona da ponte das Sete Cidades até ao recinto, num percurso de cerca de 2,43 km. O acesso direto de viaturas ao local do evento será permitido apenas a veículos afetos à produção e organização do evento (acesso restrito), assim como para eventuais pessoas com mobilidade reduzida.

Na figura seguinte encontram-se representadas as zonas prevista para estacionamento por parte do público que se deslocará para o festival, assim como os trajetos de acesso ao recinto do evento, tanto para o público em geral, como para os elementos e viaturas da organização.

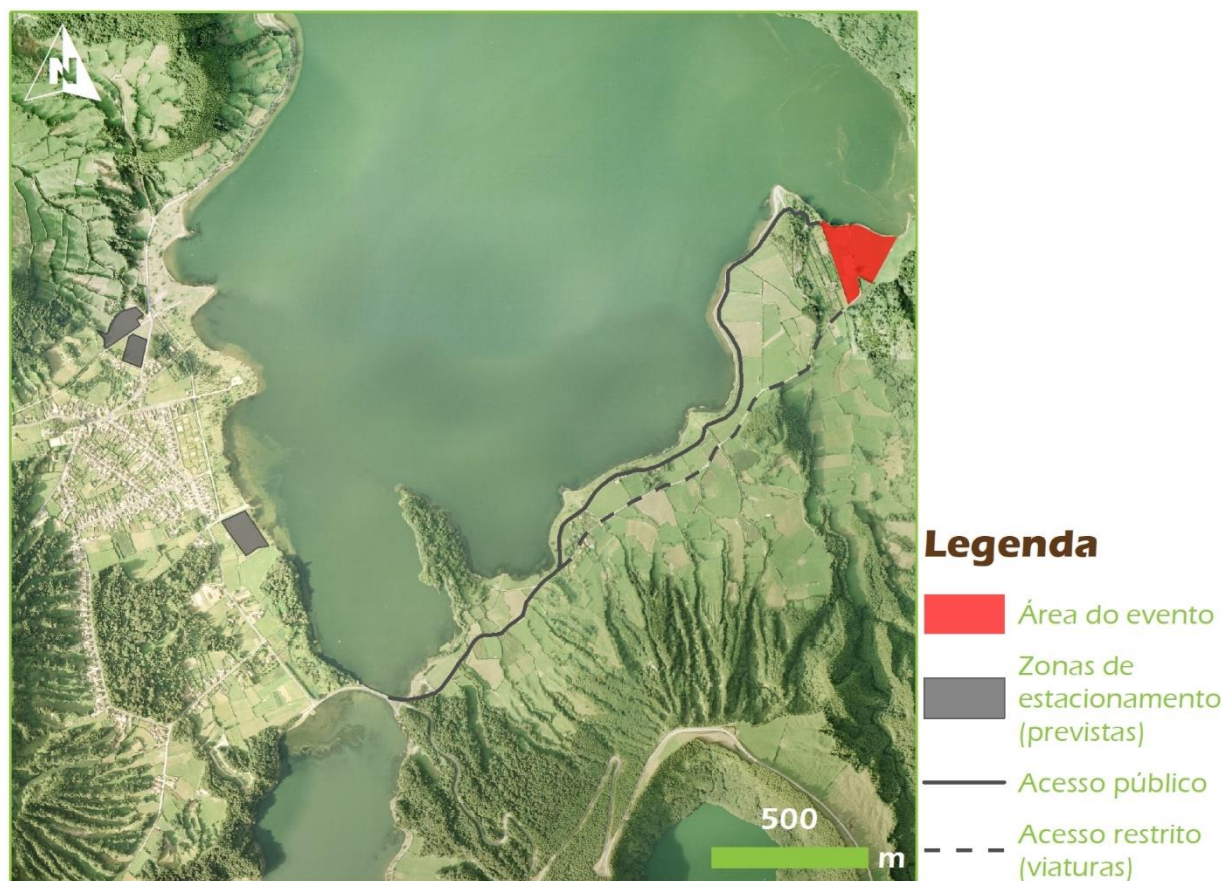


Figura 2.2 | Mapa de acessos e zonas de estacionamento previstas para o evento (base geográfica <http://sig-sraa.azores.gov.pt/>)

2.2 Conceito do Evento

O festival *Atlantis Concert for Earth* tem como pretensão alertar e consciencializar o público em geral para a temática das alterações climáticas e conservação ambiental, contemplando a realização de diversos concertos musicais, assim como palestras alusivas à temática. Nesse sentido, o enquadramento e espaço cénico oferecido pela caldeira e lagoa das Sete Cidades constitui um anfiteatro natural por excelência e que se ajusta às premissas e conceito do evento.

O *Atlantis Concert for Earth*, a realizar-se nos dias 22 e 23 de julho de 2022, irá decorrer sobretudo em período diurno, com a programação a estar agendada para iniciar às 17 horas e terminar às 23 horas nos dois dias de festival.

Este será um evento sem fins lucrativos, sendo as receitas e fundos angariados revertidos a favor da associação não governamental do ambiente *World Wildlife Fund for Nature* (WWF), através da sua entidade parceira em Portugal, a Associação Natureza Portugal (ANP).

2.3 Infraestruturas e Recinto do Evento

A entrada e saída do público no recinto do festival far-se-á pelo mesmo acesso – acesso público que se desenvolve na margem da Lagoa Azul – sendo que o trajeto a percorrer estará devidamente sinalizado e, adicionalmente, estarão colocados ao longo do mesmo diversos elementos da organização.

No local do evento serão disponibilizadas diversas comodidades e serviços, nomeadamente, um espaço para cuidados médicos, posto de carregamento, vários pontos de venda de comidas e/ou bebidas, uma zona com lugares sentados destinada ao consumo de comes e bebes, um espaço vocacionado para a venda de artigos de *merchandising*, caixa multibanco e três zonas *lounge*, sendo duas no espaço público e uma no espaço reservado.

O recinto do evento contará com um total de 70 casas de banho portáteis – 60 destinadas ao público e 10 afetas aos bastidores – cuja instalação e gestão de efluentes ficará a cargo da empresa contratada para o efeito.

O palco e as zonas técnicas (*backstage*) incidem sobre cerca de 7.500 m² da área total do recinto, encontrando-se projetadas para o sector sul do terreno, com ligação direta à via de acesso restrito por parte das viaturas afetas à organização. O palco, projetado no setor sul do recinto, ficará orientado para norte, tendo como pano de fundo o espelho de água da Lagoa Azul.

A zona afeta às estruturas de acesso público e na qual ocorrerá a concentração do público totaliza cerca de 16 900 m², estando limitada a norte pela lagoa. Neste sentido, o acesso direto do público à lagoa estará interdito, estando prevista a sinalização da zona correspondente a uma margem de 30 metros face ao plano de água (domínio público hídrico), mediante a colocação de corda delimitadora e com a presença permanente de elementos do corpo de segurança do evento nesta zona de interface do recinto com a lagoa.

A entidade promotora do evento prevê um período máximo de duas semanas para montagem e preparação do recinto do evento e de um total de quatro dias para desmontagem de equipamentos e limpeza do espaço após o término do festival.

A organização e disposição do recinto do evento será efetuada, em traços gerais, conforme representado na figura seguinte.



Figura 2.3 | Representação esquemática da organização do recinto do evento

3. Condicionantes e Ordenamento do Território

De modo a analisar as disposições legais relacionadas com a gestão territorial da área afeta ao recinto do evento, nomeadamente no que respeita aos Condicionantes Legais e ao Ordenamento do Território, analisa-se o modo como a mesma se integra nas delimitações das Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública e Instrumentos de Gestão Territorial em vigor na RAA.

3.1 Condicionantes Legais

Os condicionantes legais são adotados como reguladores do uso possível de determinadas áreas. Os condicionantes desta natureza em vigor na RAA estão sistematizados no Portal do Ordenamento do Território dos Açores, integrado no website do Governo dos Açores, em <http://ot.azores.gov.pt>.

Na tabela seguinte sintetiza-se a aplicação dos condicionantes legais à área do evento musical, por área temática, de acordo com a estrutura do referido Portal.

Tabela 3.1 | Condicionantes legais aplicáveis à área do evento por área temática, mediante estrutura do Portal do Ordenamento do Território dos Açores

Área Temática	Tipo de Condicionante Legal
Património Natural	Recursos Hídricos
	Reserva Agrícola Regional
	Reserva Ecológica
	Áreas Protegidas

- Recursos Hídricos – Domínio Público Hídrico

Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, alterada e republicada pela Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto – Estabelece a titularidade dos recursos hídricos

Aplica-se este diploma legal às águas, abrangendo ainda os respetivos leitos e margens, zonas adjacentes, bem como zonas de infiltração máxima e zonas protegidas.

Tem aplicação específica na área do evento, no que se refere a leitos e margens dos cursos de água nomeadamente do domínio público lacustre e fluvial, nos 30 metros de zona adjacente ao plano de água da lagoa, bem como em 10 metros em relação ao leito da linha de água que delimita a área a sul e leste.

- Reserva Agrícola Regional

Decreto Legislativo Regional n.º 32/2008/A, de 28 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 33/2012/A, de 16 de julho, e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2019/A, de 7 de agosto – Regime Jurídico da Reserva Agrícola Regional

Portaria n.º 25/2013, de 24 de abril - Aprova a Carta da Reserva Agrícola Regional

A Reserva Agrícola Regional é constituída por solos de elevada aptidão agrícola para a realização de investimentos, tendo em vista a preservação e ou aumento da sua produtividade e o aproveitamento do seu potencial, na perspetiva de uma agricultura moderna, racional e sustentável.

De acordo com a Carta da Reserva Agrícola Regional, a área do evento, na sua generalidade, enquadra-se neste condicionante.

- **Reserva Ecológica**

Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto – Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional

Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2007/A, de 13 de agosto -Plano Diretor Municipal de Ponta Delgada

O regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional, define a reserva ecológica enquanto estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial.

Tem por objetivos fundamentais a proteção dos recursos naturais, a prevenção e redução dos efeitos da degradação da recarga de aquíferos, dos riscos hídricos e de movimentos de massa, acautelando a sustentabilidade ambiental e a segurança de pessoas e bens, definindo categorias de espaços.

De acordo com a delimitação da Reserva Ecológica do Plano Diretor Municipal (PDM) de Ponta Delgada, a área do evento sobrepõe-se à Reserva Ecológica, nas categorias de escarpas e áreas com risco de erosão, no seu limite nordeste.

Nestes locais são interditos, entre outros, os usos que se traduzam na alteração da topografia e relevo natural bem como a destruição do revestimento vegetal.

- **Áreas Protegidas**

Decreto Legislativo Regional n.º 19/2008/A, de 8 de julho – Cria o Parque Natural de Ilha de São Miguel

Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2020/A, de 5 de agosto – Aprova o Plano de Gestão das Áreas Terrestres do Parque Natural da Ilha de São Miguel

O Parque Natural da Ilha de São Miguel integra todas as categorias de áreas protegidas da ilha de São Miguel e constitui-se como a respetiva unidade de gestão, inserindo-se no âmbito da Rede Regional de Áreas Protegidas da Região Autónoma dos Açores.

Este diploma define a área de paisagem protegida das Sete Cidades, na qual a área do evento se enquadra na sua totalidade.

As áreas de paisagem protegida prosseguem diversos objetivos de gestão, dos quais se destacam a preservação paisagística, urbanística e cultural; o fomento de modos de vida e atividades económicas em harmonia com a natureza e comunidade local; a manutenção e preservação da diversidade ecológica e paisagística; a regulação de usos e atividades; o incentivo a atividades turísticas, recreativas, científicas e educacionais adaptadas ao local, que contribuam para o bem-estar da população; e, por último, o desenvolvimento da comunidade local através dos benefícios gerados pela prestação de serviços e venda de produtos naturais.

Segundo o mesmo diploma, a área de paisagem protegida das Sete Cidades integra a área de intervenção do Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Sete Cidades, observando cumulativamente as disposições de ambos os diplomas.

Na área de paisagem protegida das Sete Cidades, excluída do âmbito da área de intervenção do Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Sete Cidades, estão condicionados e sujeitos a parecer prévio do serviço com competência em matéria de ambiente, entre outros, atos e atividades como a alteração da morfologia do solo por escavações ou aterros, bem como pela modificação do coberto vegetal; o depósito de resíduos; o trânsito fora dos trilhos e caminhos definidos no terreno; bem como a realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente.

3.2 Instrumentos de Gestão Territorial

Os instrumentos de gestão territorial, pela sua própria natureza, estabelecem determinações de planeamento e desenvolvimento das áreas a que se destinam. Na RAA correspondem aos Planos Regionais, Planos Sectoriais, Planos Especiais e Planos Municipais de Ordenamento do Território.

Com aplicação à área do evento afiguram-se os seguintes instrumentos de planeamento, que tiveram como fonte o Portal do Ordenamento do Território dos Açores.

Tabela 3.2 | Instrumentos de gestão territorial e potencial relevância para a área do evento, adaptado da estrutura do Portal do Ordenamento do Território dos Açores

Âmbito	Instrumentos de Gestão Territorial
Regional	Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores
	Planos de Ordenamento de Bacia Hidrográfica de Lagoa
Municipal	Plano Diretor Municipal

- Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores

Decreto Legislativo Regional n.º 18/2003/A, de 9 de abril

O Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA), enquanto instrumento de planeamento, estabelece determinações com vista ao desenvolvimento sustentável da RAA, tendo presente a valorização e conservação do património natural.

De acordo com o modelo territorial da ilha de São Miguel integrado no PROTA, o projeto enquadra-se, na área da bacia hidrográfica da Lagoa das Sete Cidades e em áreas protegidas.

O documento legal considera a bacia hidrográfica da Lagoa das Sete Cidades como área nuclear de conservação, justificando medidas de gestão com vista ao combate à eutrofização das massas de água, bem como à compatibilização dos usos e das atividades humanas com a sua proteção e valorização ambiental.

- **Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Sete Cidades**

Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2019/A, de 4 de abril

O Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Sete Cidades define as atividades e ações de uso, ocupação e transformação do solo, bem como o de uso do plano de água.

Constituem objetivos gerais do Plano o estabelecimento de regras que visem a harmonização e a compatibilização das diferentes atividades, usos, ocupação e transformação do solo, numa perspetiva integrada de valorização da paisagem e salvaguarda dos recursos e valores naturais, da biodiversidade e do interesse público.

De acordo com a planta síntese, a área do evento enquadra-se em espaço de agropecuária com restrições específicas e em áreas naturais.

As áreas de agropecuária com restrições específicas destinam-se predominantemente aos usos agrícolas, florestais e de pastoreio de gado e, dentro dos primeiros, a culturas cuja taxa de exportação de fósforo seja equivalente à de 1 ha de pastagem.

Já nas áreas naturais, que constituem as áreas de encosta e talude que envolvem as margens da lagoa, que se apresentam como espaços naturalizados, em que o coberto vegetal é o elemento principal para a manutenção da sua estabilidade e onde ganham significado as funções de proteção da rede hidrográfica, do solo e da biodiversidade, bem como de prevenção dos riscos naturais.

Sem prejuízo do disposto no regime específico de cada uma das categorias de uso do solo da zona terrestre adjacente ao plano de água, são condicionados a parecer prévio vinculativo do departamento do Governo Regional com competência em matéria de ordenamento do território, entre outras atividades, a realização de atividades de recreio, lazer, lúdicas e desportivas e eventos turísticos e culturais, efetuados de forma organizada, desde que compatíveis com a utilização sustentável da bacia hidrográfica e que comprovadamente não promovam a degradação da qualidade ambiental e paisagística.

- Plano Diretor Municipal de Ponta Delgada

Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2007/A, de 13 de agosto

O Plano Diretor Municipal (PDM) de Ponta Delgada tem a natureza de regulamento administrativo e estabelece o modelo de estrutura espacial do território, assente na classificação e qualificação do solo de todo o território do concelho.

Na planta de ordenamento deste Plano Municipal de Ordenamento do Território, a área do evento insere-se em Espaços Naturais (Paisagem Protegida das Sete Cidades).

Segundo o PDM de Ponta Delgada, os espaços naturais constituem a rede de recursos e valores naturais e paisagísticos existentes no município, integrando as áreas que deverão ser valorizadas ambientalmente não só pela elevada vulnerabilidade que apresentam, mas também pela sua importância para a conservação e sustentabilidade do território.

Nos espaços naturais são interditas, entre outras, a instalação de indústrias; a circulação de veículos fora das vias aprovadas; a alteração da morfologia do terreno e da cobertura vegetal, com exceção das situações previstas em instrumentos específicos ou de interesse público; a realização de operações urbanísticas, com exceção das destinadas à regularização de caudais, proteção de arribas e contenção de terras e à criação de equipamentos destinados ao usufruto público dos espaços naturais; a realização de todas as ações que induzam ou agravem a erosão do solo.

Na Paisagem Protegida das Sete Cidades aplicam-se o Plano de Ordenamento de Bacia Hidrográfica de Lagoa e o Parque Natural de Ilha de São Miguel, já analisadas no presente documento.

De acordo com as Plantas de Condicionantes do PDM de Ponta Delgada aplicam-se à área do projeto Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública analisadas anteriormente.

3.3 Síntese de Caraterização

Na figura seguinte apresenta-se o enquadramento da área do evento no contexto do condicionantes legais e classes de espaços dos instrumentos de gestão territorial com aplicação mais significativa à tipologia do evento a realizar.

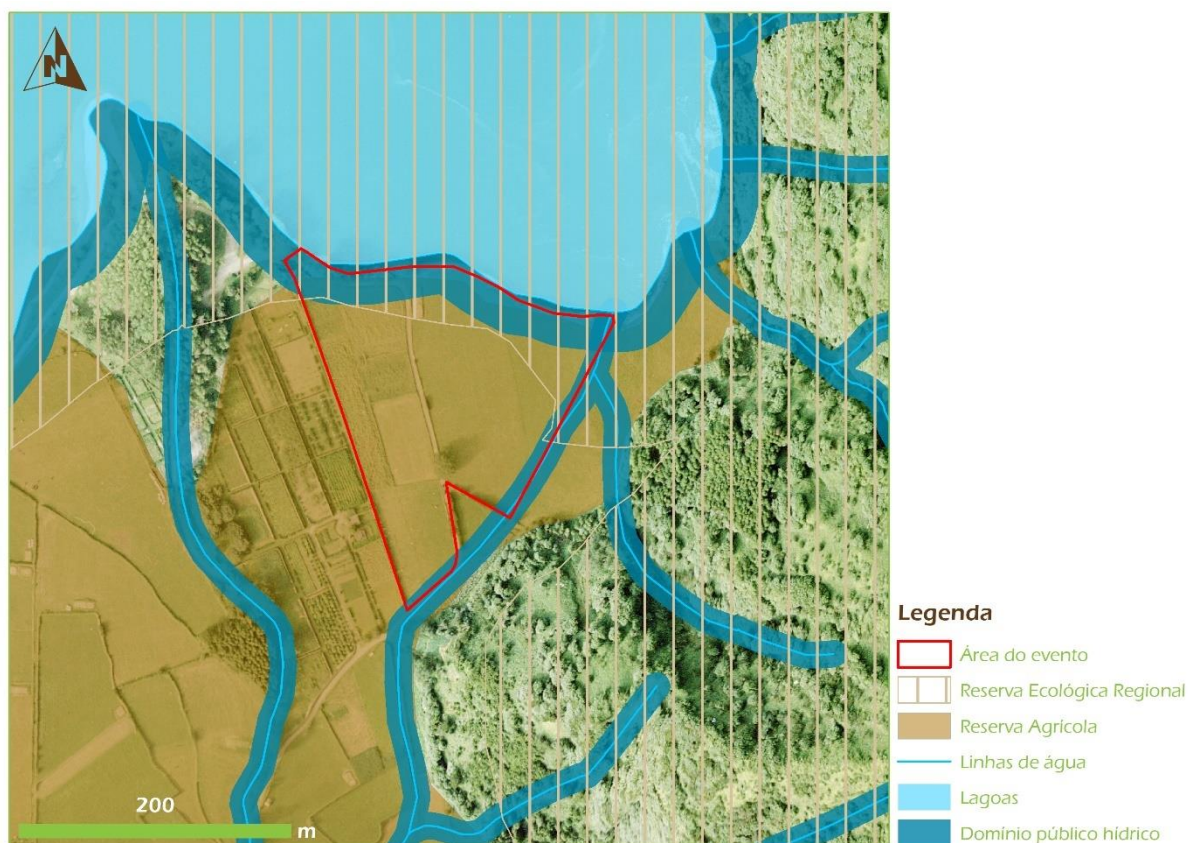


Figura 3.1 | Enquadramento da área do evento no contexto dos condicionantes legais e instrumentos de gestão territorial mais significativos (base geográfica de <http://sig-sraa.azores.gov.pt/>)

4. Caracterização Biofísica do Local

No presente capítulo apresenta-se o enquadramento ambiental e biofísico do local onde deverá decorrer o evento, nomeadamente do ponto de vista da ocupação do solo, água e ecologia. Esta caracterização baseia-se no levantamento e análise das condições atuais, de forma a permitir a posterior avaliação dos impactes ambientais que podem decorrer do evento.

4.1 Solo

- Ocupação do Solo

Segundo a carta de ocupação do solo da RAA (COS.A/2018), a totalidade da área onde se pretende desenvolver o evento enquadra-se em prados/pastagens (classe agricultura). As áreas de prados/pastagens caracterizam-se por se encontrarem permanentemente ocupadas com vegetação herbácea, cultivada ou natural, sendo geralmente sujeitas a pastoreio e não estando incluídas no sistema de rotação da exploração associado à subclasse terras aráveis. No que concerne os acessos previstos para o local do evento, os mesmos fazem-se, também, maioritariamente em áreas de prados/pastagens, com exceção do troço inicial do acesso restrito que atravessa uma área de floresta de folhosas (classe florestas e meios naturais e seminaturais), conforme mostra a Figura 4.1. Nos espaços envolventes ao local do evento identificam-se as subclasses lagoas e florestas de folhosas.

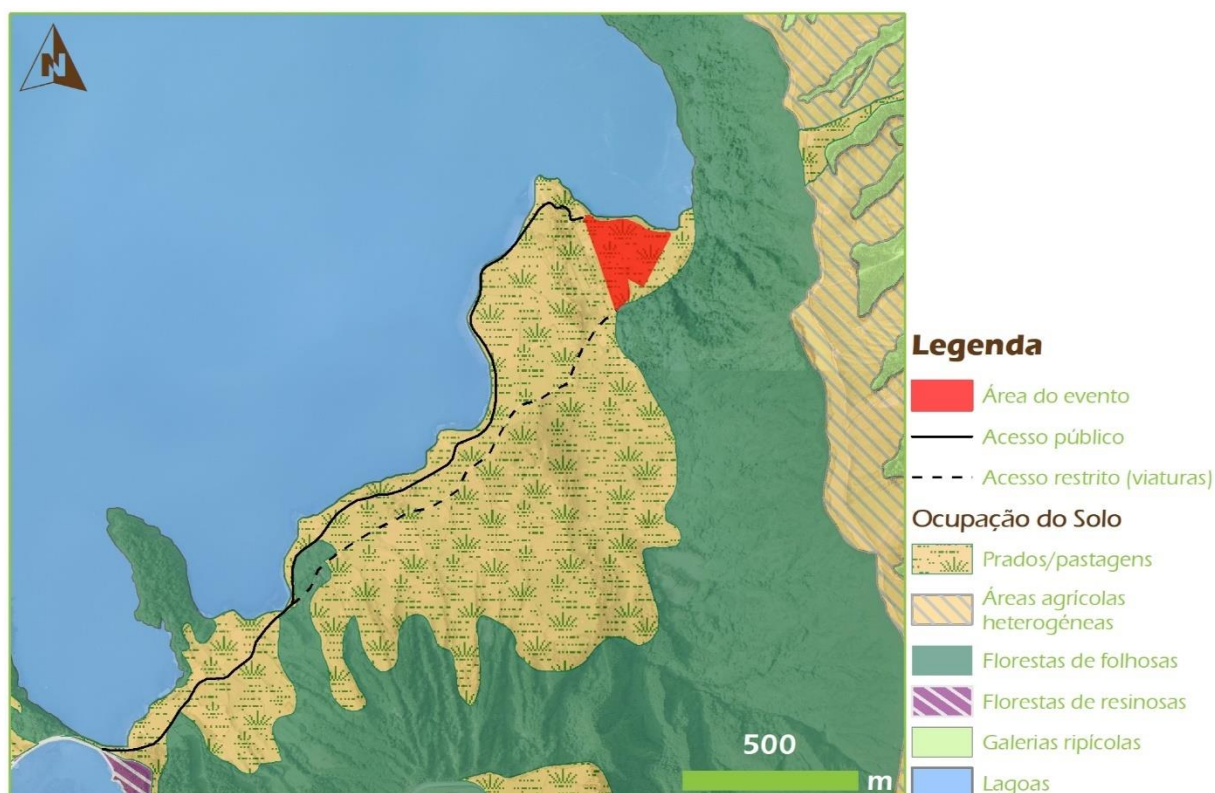


Figura 4.1 | Enquadramento do local do evento no contexto da carta de ocupação do solo (nível 3) da ilha de São Miguel (adaptado de COS.A/2018)

- Erosão do Solo

Os fenómenos de erosão hídrica podem ter consequências significativas no território, resultando nomeadamente na perda de solo e consequente redução da capacidade de infiltração e de retenção de água e, desta forma, induzindo uma menor capacidade de absorção da água da chuva e um maior escoamento e menor disponibilidade de água para a vegetação.

O PGRH-Açores (2015) aplica uma metodologia que tem como suporte o cruzamento de mapas temáticos com informação relativa à densidade de drenagem, ao declive, à precipitação média anual, à litologia e à ocupação do solo. Segundo os dados do referido plano, a área onde se projeta o evento musical enquadra-se em zona de vulnerabilidade à erosão hídrica alta e moderada, sendo que os acessos ao local atravessam zonas de vulnerabilidade predominantemente alta.

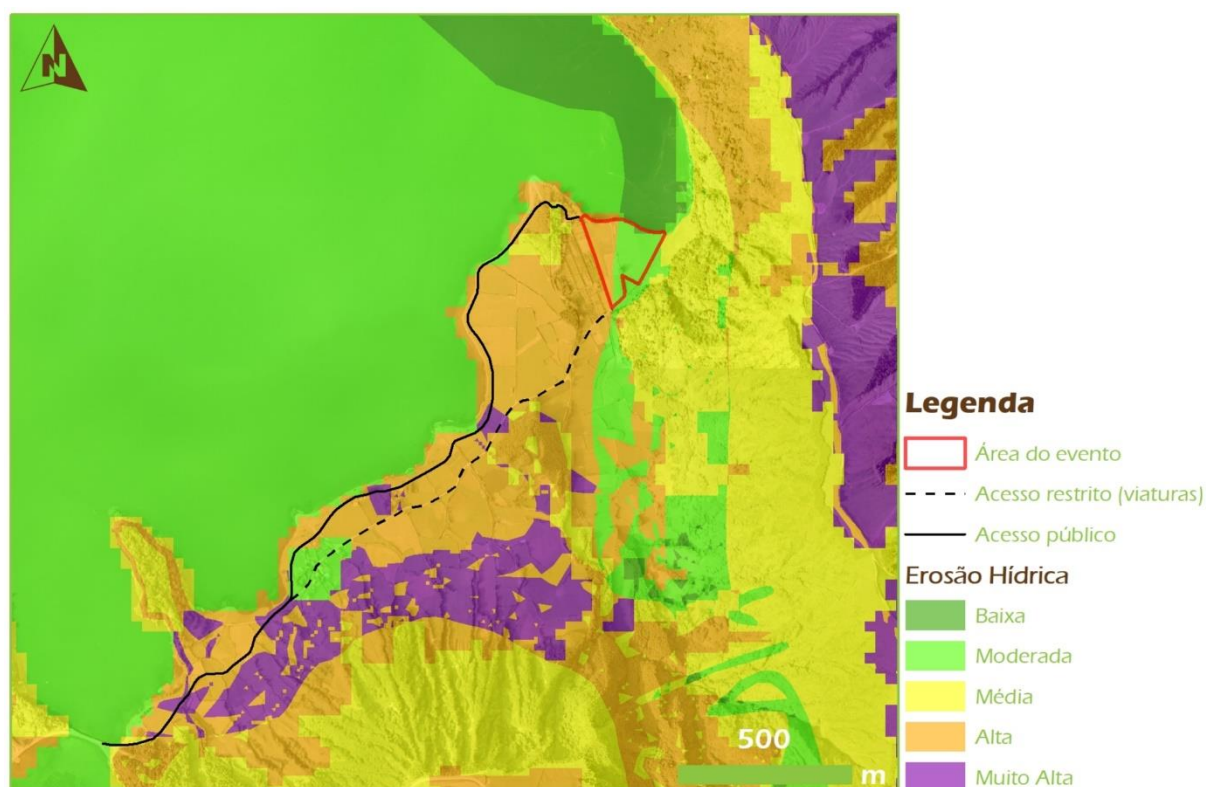


Figura 4.2 | Enquadramento do local do evento no contexto da vulnerabilidade à erosão hídrica da ilha de São Miguel (adaptado de PGRH-Açores, 2015)

4.2 Água

De uma forma genérica, o espaço proposto para o desenvolvimento do *Atlantis Concert for Earth* enquadra-se na bacia hidrográfica das Sete Cidades – Lagoa Azul, correspondendo, portanto, a uma bacia hidrográfica endorreica. Na Lagoa Azul desaguam um total de 24 linhas de água, na sua grande maioria linhas de água de pequenas dimensões e pouco desenvolvidas, sendo a principal exceção a ribeira da Grota do Inferno, que desagua na margem leste da lagoa. A área em análise

encontra-se cerca de 80 m a leste da referida Grota do Inferno e situa-se na margem leste da Lagoa Azul, sendo limitada a norte pela lagoa e a sul e leste por uma linha de água de nome desconhecido.

Os cursos de água que confluem para a Lagoa Azul apresentam regime de escoamento temporário/torrencial. Segundo a informação disponibilizada no Relatório sobre o Estado do Ambiente dos Açores relativo ao período de 2017 a 2019, no que concerne o seu estado trófico, a Lagoa Azul encontrava-se, no ano de 2019, em estado mesotrófico e, no que concerne o seu estado qualitativo, apresentava, no ano de 2018, estado medíocre.

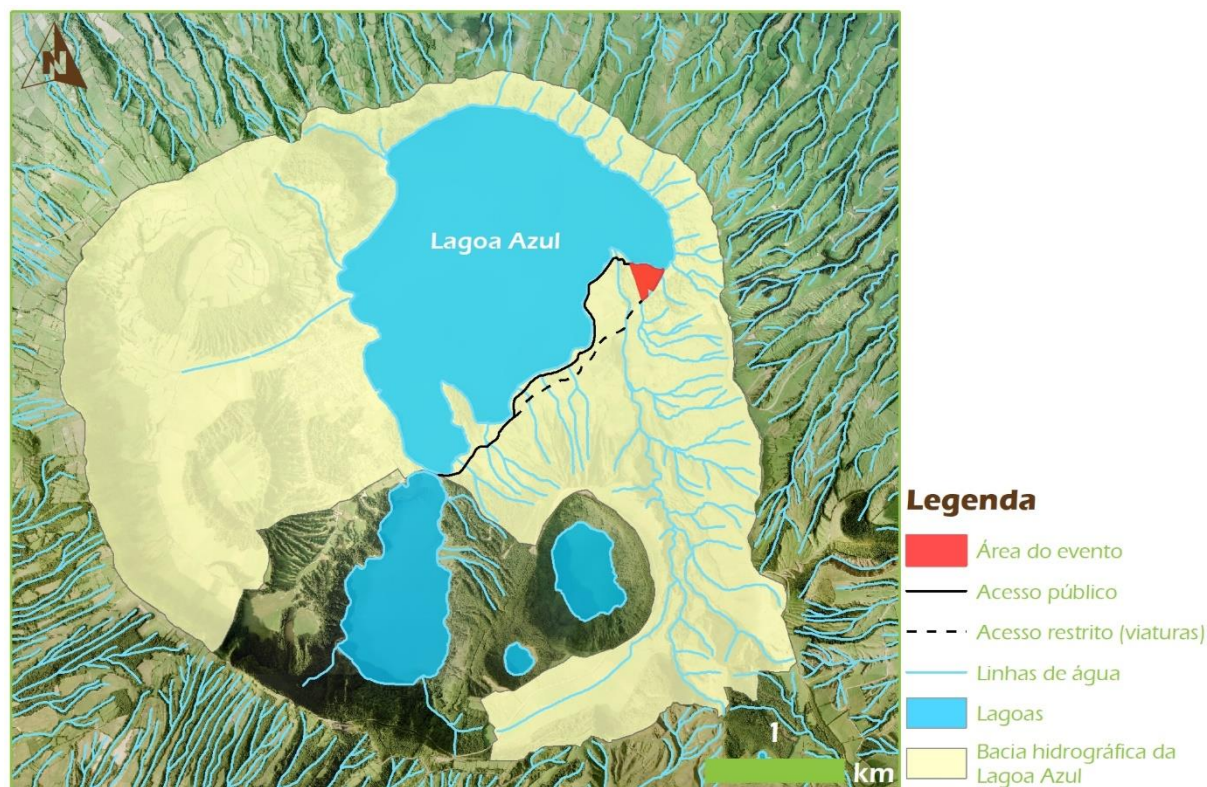


Figura 4.3 | Enquadramento do local do evento na bacia hidrográfica da Lagoa Azul das Sete Cidades (adaptado de PGRH-Açores, 2015; base geográfica de <http://sig-sraa.azores.gov.pt/>)

4.3 Ecologia

No arquipélago dos Açores são conhecidas e encontram-se listadas 8 047 espécies e subespécies de organismos. Os artrópodes constituem aproximadamente 32% do número total de espécies com 2 589 *taxa* (contabilizando os organismos terrestres e marinhos), as plantas vasculares constituem cerca de 14% com 1 110 *taxa* e os organismos marinhos à volta de 23% da biodiversidade.

No contexto biogeográfico da Macaronésia, o arquipélago açoriano possui uma biodiversidade de espécies relativamente baixa e pobre em endemismos (Silva *et al.*, 2008; Triantis *et al.*, 2010; Borges *et al.*, 2011). Tal poderá estar associado a fatores como o isolamento geográfico, a colonização insular e a área terrestre reduzida das ilhas (Silva *et al.*, 2008). O número de espécies e

subespécies endêmicas de organismos terrestres e dulçaquícolas dos Açores é de aproximadamente 411 (Borges *et al.*, 2010).

A zona da caldeira e lagoa das Sete Cidades concentra uma grande variedade de espécies vegetais, de avifauna, ictiofauna, assim como alguns mamíferos. Neste âmbito, identificam-se na Tabela 4.1 as espécies faunísticas (avifauna e mamofauna) que podem ser encontradas habitualmente na zona das Sete Cidades, as quais, inerentemente, podem ocorrer junto à área do evento.

De entre as espécies de avifauna listadas, nove são endêmicas dos Açores e uma é endêmica da Macaronésia, encontrando-se estas abrangidas por instrumentos legais, tais como a Convenção de Berna (BE), a Convenção de Bona (BO), a Convenção de Washington (CITES), a Diretiva Habitats e a Diretiva Aves. Todavia, todas possuem estatuto de conservação para a RAA de Pouco Preocupante ou desconhecido (Informação Insuficiente) conforme a informação constante no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (Cabral *et al.*, 2008).

No que respeita aos mamíferos identificados, destaca-se a provável ocorrência do *Nyctalus azoreum* (morcego dos açores), espécie endêmica, cujo estatuto de conservação para a RAA é considerado como criticamente em perigo, conforme a informação constante no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (Cabral *et al.*, 2008).

Tabela 4.1 | Listagem de espécies faunísticas identificadas ou cuja ocorrência é provável na área do evento e sua envolvente

	Nome científico	Nome comum	Origem	Estatuto de conservação	Instrumentos Legais
Avifauna	<i>Buteo buteo rothschildi</i>	Milhafre	Endêmica dos Açores	LC	BE II; BO II; CITES IIA
	<i>Carduelis carduelis</i>	Pintassilgo	Introduzida	LC	Diretiva Aves; BE II
	<i>Columba palumbus azorica</i>	Pombo torcaz	Endêmica dos Açores	DD	Diretiva Aves/Habitats A-I e D
	<i>Coturnix coturnix conturbans</i>	Coderniz dos Açores	Nativa	DD	Diretiva Aves
	<i>Erithacus rubecula</i>	Pisco-de-peito-ruivo	Nativa	LC	BE II; BO II
	<i>Fringilla coelebs moreletti</i>	Tentilhão-comum	Endêmica dos Açores	LC	BE III
	<i>Larus michahellis atlantis</i>	Gaivota-de-patas-amarelas	Endêmica dos Açores	LC	BE III
	<i>Motacilla cinerea patriciae</i>	Alvéola cinzenta	Endêmica dos Açores	LC	BE III

Nome científico	Nome comum	Origem	Estatuto de conservação	Instrumentos Legais
<i>Passer domesticus</i>	Pardal-doméstico	Introduzida	LC	-
<i>Regulus regulus azoricus</i>	Estrelinha	Endêmica dos Açores	LC	BE II; BO II
<i>Serinus canaria</i>	Canário da terra	Endêmica da Macaronésia	LC	Diretiva Habitats
<i>Sturnus vulgaris granti</i>	Estorninho-malhado	Endêmica dos Açores	LC	Diretiva Aves/Habitats D
<i>Sylvia atricapilla gularis</i>	Toutinegra dos Açores	Endêmica dos Açores	LC	Diretiva Aves; BE II
<i>Turdus merula azorensis</i>	Melro-preto	Endêmica dos Açores	LC	BE III; BO II; Diretiva Aves/Habitats D
<i>Erinaceus europaeus</i>	Ouriço-cacheiro	Introduzida	NA	BE III
<i>Mus musculus</i>	Murganho	Introduzida	LC	-
<i>Mustela nivalis</i>	Doninha	Introduzida	NA	BE III
<i>Nyctalus azoreum</i>	Morcego-dos-Açores	Endêmica	CR	BE II; BO II; Diretiva Aves/Habitats B-IV
<i>Oryctolagus cuniculus</i>	Coelho-bravo	Introduzida	NA	BE III
<i>Rattus norvegicus</i>	Ratazana	Introduzida	LC	-
<i>Rattus rattus</i>	Ratazana preta	Introduzida	LC	-

Mamofauna

Legenda: LC - Pouco preocupante; DD - Informação insuficiente; NA - Não aplicável; CR - Criticamente em perigo; Res - Residente; Nind - Não-indígena; BE - Convenção de Berna; BO - Convenção de Bona; CITES - Convenção de Washington.

Relativamente à fauna ictiológica da lagoa das Sete Cidades conhecem-se diversas espécies que foram sendo introduzidas nesta ao longo dos anos, das quais se destacam, nomeadamente, *Rutilus macrolepidotus* (Ruivaca), *Rutilus rutilus* (Ruivo), *Perca fluviatilis* (Perca), *Cyprinus carpa* (Carpa comum), *Salmo iridens gibrans* (Truta) e *Esox lucius* (Lúcio).

No que respeita à componente florística, a área do evento compreende uma zona de pastagem composta na sua generalidade por vegetação herbácea, não se identificando localmente a ocorrência de espécies vegetais ameaçadas ou prioritárias em termos de gestão no contexto da RAA.



Figura 4.4 | Vista geral, de norte para sul, da caldeira das Sete Cidades, com destaque () para a área do evento

5. Avaliação da Capacidade de Carga

A avaliação da capacidade de carga assume-se como uma ferramenta fundamental para o planeamento territorial, como forma de ajustar a procura de um dado local de forma conjugada com as respetivas condições físicas, ecológicas e humanas.

O conceito de capacidade de carga assenta em dois pressupostos: i) os fatores ambientais impõem limites sobre a população que uma área pode acomodar e; ii) quando esses limites são ultrapassados, o ambiente diminui a sua capacidade de acomodar essa população, o que pode resultar em danos temporários ou permanentes para a área, bem como na redução da qualidade de acomodação, na perspetiva da população.

Nesse seguimento, os estudos de determinação de capacidade de suporte pretendem estimar e indicar, em termos quantitativos, o nível máximo permitido de exploração em certo sistema de modo a não causar a sua degradação.

5.1 Contextualização Metodológica

A presente análise tem por objetivo o estabelecimento de um limite máximo de participantes num evento cultural que decorre num espaço delimitado ao ar livre, aplicando o método desenvolvido por Cifuentes *et al.* (1992).

A noção de capacidade de carga terá sido aplicada pela primeira vez na primeira metade do século XX, para finalidades fundamentalmente agrícolas, tendo sido incrementada a aplicação e evolução de conceitos, na segunda metade do mesmo século, com o surgimento de uma cultura turística de maior significância e de maior generalização global.

A metodologia de capacidade de carga elaborada por Cifuentes *et al.* (1992), desenvolvida para a Fundação Neotrópica da Costa Rica, veio reforçar a ideia de que considerar apenas parâmetros físicos e ecológicos não seria suficiente. Caso não houvesse a inclusão de fatores que levassem em conta a qualidade da experiência do visitante, os estudos de capacidade de carga teriam pouca utilidade para o planeamento de locais voltados para a visitação.

A referida metodologia foi concebida para estimar um limite máximo de pessoas que poderiam utilizar determinado sítio durante um período de tempo e passou a ser largamente utilizada porque contempla a possibilidade de utilizar tanto a componente biológica como a social. Nesse sentido, estabelece tr s níveis sucessivos de capacidade de carga:

- Capacidade de Carga Física (CCF);
- Capacidade de Carga Real (CCR);
- Capacidade de Carga Efetiva (CCE).

A **Capacidade de Carga Física (CCF)** procura quantificar os visitantes que uma determinada área pode receber por dia, considerando as características biofísicas da mesma. Para isso, o cálculo considera a dimensão do local, o tempo que o local permanece aberto à visitação e o espaço ocupado por cada visitante. Calcula-se a CCF através da seguinte fórmula:

$$CCF = \frac{St}{sv} \cdot Nv$$

onde: St = Superfície total do recinto; sv = Espaço ocupado por cada visitante; Nv = Número de vezes que o local pode ser visitado por dia (ou fator de rotação).

$$Nv = \frac{Hv}{Tv}$$

onde: Hv = tempo total em que o evento está disponível por dia em horas; Tv = Tempo necessário para realização do evento por dia em horas.

A capacidade biofísica do espaço, no entanto, não é suficiente para atestar a quantidade de visitantes que o território pode de facto suportar. Variáveis relacionadas com as características físicas, sociais, ambientais, biológicas, de visitação e de gestão do local devem ser consideradas. Neste sentido, são aplicados **Fatores de Correção (FC)** ao quantitativo de visitantes identificados no cálculo da Capacidade de Carga Física (CCF) de modo a obter a **Capacidade de Carga Real (CCR)**.

Os fatores de Correção (FC) são calculados por meio da seguinte fórmula:

$$FC = \frac{Ml}{Mt} \cdot 100$$

onde: Ml = Magnitude limitante; Mt = Magnitude total.

Constituem exemplos de fatores de correção a serem considerados no cálculo da capacidade de carga de locais submetidos ao turismo e lazer: a suscetibilidade do solo à erosão, a acessibilidade ao local, as chuvas, períodos de sol intenso, os períodos em que o local fica fechado devido à manutenção dos mesmos, os períodos de reprodução e acasalamento de espécies sensíveis, entre outros. Ou seja, os Fatores de Correção não são sempre os mesmos para todos os locais, visto que dependem das particularidades da área em questão (Cifuentes *et al.*, 1992), podendo determinado local conter distinta quantidade de fatores de correção quando comparado a outro.

Uma vez calculados todos os fatores de Correção, a CCR é expressa por meio da seguinte fórmula:

$$CCR = CCF \cdot \frac{100 - FC1}{100} \cdot \frac{100 - FC2}{100} \cdot [...] \cdot \frac{100 - FCn}{100}$$

onde: CCF = Capacidade de Carga Física; FC1 = Fator de Correção da variável 1; FC2 = Fator de Correção da variável 2; FCn = Fator de Correção da variável “n”.

No entanto, todos os critérios utilizados até esta etapa não consideraram as condições operacionais relacionadas com a gestão da área. Assim, a última etapa do processo de cálculo a partir do método de Cifuentes *et al.* (1992) é a estimativa da **Capacidade de Carga Efetiva (CCE)**.

Segundo os referidos autores, a CCE corresponde ao limite máximo de pessoas admissível numa área, atendendo à capacidade de controlo destas pessoas por parte da estrutura da organização do evento. A CCE é função da relação entre a Capacidade de Carga Real (CCR) com a Capacidade de Gestão (CG) da área. Esta última, por sua vez, consiste na soma das condições que a estrutura da organização do evento necessita para poder cumprir as suas funções e objetivos.

A **Capacidade de Gestão (CG)** pode ser obtida através da elaboração de duas listagens: uma listagem de todos os recursos humanos, equipamentos e infraestruturas necessárias para o correto cumprimento dos objetivos da área protegida em questão (Capacidade Adequada); e uma listagem contendo os recursos efetivamente disponíveis para tal (Capacidade Instalada).

Devem ser levantados e identificados os recursos disponíveis - humanos, equipamentos, financeiros, etc. - para efeitos de gestão da área (Capacidade Instalada). É igualmente necessário identificar e quantificar os recursos necessários à correta gestão da área. Através da relação entre os meios que seriam necessários (Capacidade Adequada) e os meios efetivamente disponíveis (Capacidade Instalada) é estabelecida uma Capacidade de Gestão para cada item analisado. A Capacidade de Gestão da área em questão será a média da soma da Capacidade de Gestão de cada item. A **Capacidade de Carga Efetiva (CCE)** é definida através da fórmula:

$$CCE = CCR \cdot \frac{CG}{100}$$

onde: CCR = Capacidade de Carga Real; CG = Capacidade de Gestão.

Em síntese, a metodologia da Capacidade de Carga (Cifuentes *et al.*, 1992) pode ser definida através de variáveis como avaliação da área disponível, de fatores relacionados com a visita (tempo de visita e tempo durante o qual o atrativo permanece aberto à visita) e do espaço ocupado por cada visitante, através dos quais se obtém a Capacidade de Carga Física.

Aplicados Fatores de Correção que quantificam fatores relativos a fragilidades ambientais obtém-se a Capacidade de Carga Real, à qual, considerando a disponibilidade de recursos operacionais e infraestruturas (Capacidade de Gestão) obtém-se a Capacidade de Carga Efetiva.

Note-se que cada um dos níveis representa uma capacidade corrigida em relação à anterior, por isso a CCF será sempre maior do que a CCR, que por sua vez poderá ser maior ou igual à CCE.

$$CCF \geq CCR \geq CCE$$

5.2 Contextualização do Objeto de Estudo

O objeto de estudo parte da concepção de um evento cultural, fundamentalmente musical, realizado ao ar livre, em local delimitado e de entrada condicionada.

Mediante planta disponibilizada pela promotora do evento relativa à organização do recinto (Figura 2.3) são considerados 16 900 m² de área de acesso ao público em geral, conforme se representa na imagem seguinte.

Destaca-se que, para além do espaço afeto ao *backstage* e à estrutura e elementos da organização, o domínio público hídrico não é considerado, uma vez que, no contexto do recinto, o mesmo será delimitado e vedado ao acesso público.

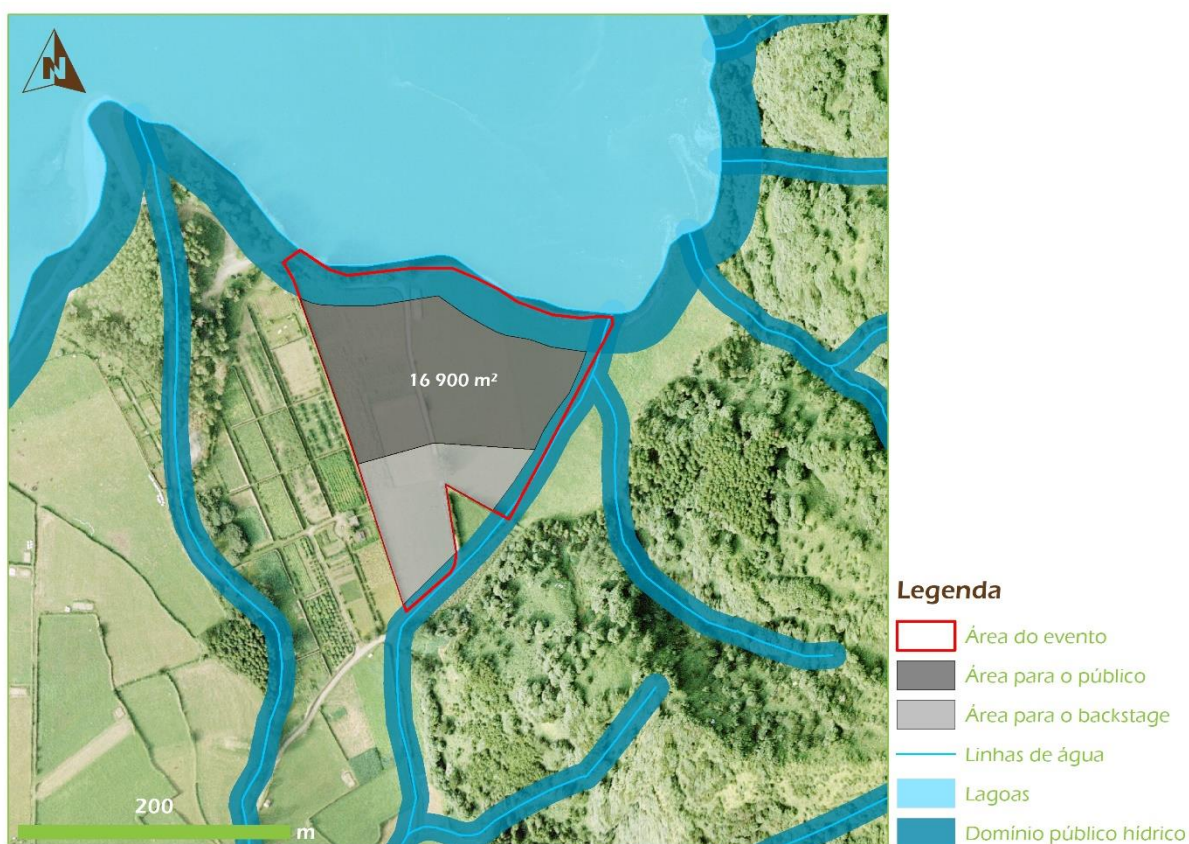


Figura 5.1 | Representação esquemática da área considerada para efeitos de determinação de capacidade de carga de participantes no evento

Conforme já referido, o evento está planeado para decorrer em dois dias consecutivos (22 e 23 de julho de 2022), com horário de funcionamento das 17 horas às 23 horas, ou seja, com uma duração de 6 horas por cada dia.

5.3 Cálculo da Capacidade de Carga

5.3.1 Capacidade de Carga Física (CCF)

Para determinação do espaço ocupado por cada visitante foi tido como pressuposto o Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança dos Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos publicado pelo Decreto Regulamentar n.º 34/95, de 16 de dezembro, enquadrando-se o recinto em estudo no tipo A5 (locais ao ar livre acessíveis ao público) em zona reservada para lugares em pé, no qual a lotação máxima do recinto pode ser definida em função de 3 pessoas por metro quadrado de área.

Considerando a área de acesso ao público de 16 900 m² de modo conjugado com as 3 pessoas por metro quadrado de área e partindo do pressuposto que o público terá a pretensão de frequentar o evento diariamente na sua íntegra (logo fator de rotação = 1), determina-se um limite físico de 50 700 pessoas/dia.

5.3.2 Capacidade de Carga Real (CCR)

Para determinação da carga real, na presente análise foram considerados os seguintes fatores de correção, os quais se fundamentam em sequência:

- Erosão do solo – FCero

Tal como anteriormente referido, os fenómenos de erosão hídrica podem ter consequências significativas ao nível da perda de solo e consequente redução da capacidade de infiltração e de retenção de água bem como de funções ecológicas.

De acordo com os dados do PGRH-Açores (2015) a área destinada ao público do evento enquadra-se em zona de vulnerabilidade à erosão hídrica moderada (9 330 m²) e alta (7 570 m²).

Embora o espaço ocupado por cada visitante determinado através das orientações do Decreto Regulamentar n.º 34/95, de 16 de dezembro, indique o valor calculado na CCF, devem considerar-se as infraestruturas de apoio ao evento (sistemas de som, contentores de depósito de resíduos, instalações sanitárias, entre outros) bem como de comércio (zonas de alimentação e bebidas, *merchandising*, entre outros), que assentarão no solo, de modo fixo durante o período do evento.

Prevê-se que a área de implantação de infraestruturas condicione a circulação de pessoas nesses espaços, reduzindo o potencial aumento da vulnerabilidade à erosão hídrica consequência da realização do evento.

Considera-se, no entanto, que em função do nível de suscetibilidade de erosão hídrica, as parcelas de território sejam afetadas distintamente pelo decurso do evento, mediante dados da tabela seguinte, adaptados em ordem à referida classificação do PGRH-Açores (2015).

Tabela 5.1 | Dados e parâmetros relativos à ponderação do fator de correção Erosão do Solo

Classe de vulnerabilidade à erosão hídrica	Área de acesso público do recinto (m²)	Área de circulação de público no recinto (m²)	Ponderação (em função da classe de vulnerabilidade)	Resultado ponderado – área limitante (m²)
Muito alta	0	0	90%	0
Alta	7 570	5 299	70%	3 709
Média	0	0	50%	0
Moderada	9 330	7 464	30%	2 239
Baixa	0	0	10%	0
TOTAL	16 900	12 763	-	5 948

Mediante aplicação da fórmula de cálculo dos fatores de correção, descrita no capítulo 5.1, tendo em conta os pressupostos expostos acima, tem-se que:

$$[MI = 5\,948\text{ m}^2; Mt = 16\,900\text{ m}^2; FC_{\text{Cero}} = 5\,948/16\,900 \times 100 = \mathbf{35,19}]$$

- **Distúrbio da Biodiversidade – FC_{biod}**

O Decreto Legislativo Regional n.º 19/2008/A, de 8 de julho, que publica o Parque Natural da Ilha de São Miguel, define com um dos objetivos de gestão da área de paisagem protegida das Sete Cidades, a manutenção e preservação da diversidade paisagística, bem como das espécies de flora, fauna, habitats e dos ecossistemas, definindo, também, o incentivo às atividades turísticas e recreativas segundo tipologias e escalas apropriadas às características do local.

Nesse sentido, deve considerar-se que o incentivo da realização do evento em estudo deve ser conjugado com a adequação às condições biofísicas do local.

Atendendo que a área do evento, no âmbito da componente florística, compreende uma zona de pastagem composta na sua generalidade por vegetação herbácea, e considerando que o acesso ao recinto será efetuado exclusivamente pelos trajetos indicados, e que será assegurada a devida preservação da faixa afeta ao domínio hídrico, não se identificam fatores de correção relativamente a este elemento natural.

No que respeita à fauna, dado que as margens das lagoas são locais preferenciais para a reprodução de aves nidificantes e migratórias, considera-se que os efeitos decorrentes da realização do evento, consequência da maior presença humana e infraestruturas instaladas, principalmente ao nível do ambiente sonoro, possam constituir um fator limitante.

Pese embora as instalações sonoras possam ser semelhantes para diversos contextos de capacidade limite de público, considera-se, no âmbito do presente estudo, o fator limitante da pressão exercida pela presença humana.

Para tal, considera-se alteração da perturbação humana ao longo dos dois dias do evento, acrescidos dos dias previstos para montagem (14 dias) e desmontagem (4 dias) do recinto, ao longo de um período médio de 12h/dia (total líquido de 10 dias). Desta forma, resulta que:

$$[MI = 10 \text{ dias/ano}; Mt = 365 \text{ dias/ano}; FC_{biod} = 10/365 \times 100 = 2,74]$$

- Cálculo da CCR

Mediante aplicação da fórmula de cálculo da capacidade de carga real **CCR** = $50\,700 \cdot \frac{100-35,19}{100} \cdot \frac{100-2,74}{100}$ tem-se que a capacidade de carga real ($50\,700 \times 0,65 \times 0,97$) é de 31 966 pessoas/dia.

5.3.3 Capacidade de Carga Efetiva (CCE)

Para a capacidade de carga efetiva, e apesar de se considerar que irão ser utilizados no evento todos recursos humanos e materiais necessários à correta gestão da área (capacidade adequada), nomeadamente a assegurar que os participantes não circularão fora dos acessos disponibilizados, as boas práticas ambientais dos serviços disponibilizados, a manutenção dos sistemas de depósito e recolha de resíduos sólidos e efluentes, a vigilância do recinto do evento, bem como a informação e sensibilização exercida sobre os participantes, considera-se que, tratando-se de um evento com concentração significativa de pessoas, possam ocorrer situações pontuais, acidentais ou negligentes, por parte do público, ao nível do incumprimento do estabelecido nos regulamentos e pressupostos do evento e que possam estar fora do controlo da capacidade instalada de gestão.

Admite-se que tais lacunas se possam traduzir num diferencial de 10% entre a capacidade adequada e a capacidade de facto instalada, resultando numa limitação de 10% ao nível da capacidade de gestão ótima, fazendo com que, mediante aplicação da fórmula de cálculo da capacidade de carga efetiva **CCE** = $31\,966 \cdot \frac{90}{100}$, resulte uma capacidade de carga efetiva de 28 769 pessoas/dia.

6. Identificação de Impactes Ambientais

Nos pontos seguintes são analisados os eventuais impactes que poderão resultar da realização do evento *Atlantis Concert for Earth* na margem leste da Lagoa Azul das Sete Cidades.

6.1 Solo

A realização do *Atlantis Concert for Earth* pressupõe a conversão temporária – cerca de três semanas – de um terreno de pastagem em espaço de animação cultural.

Da realização do festival podem eventualmente resultar os seguintes impactes ambientais ao nível do solo no local do evento:

- **Compactação de solos**, resultado da circulação de viaturas aquando da montagem e desmontagem do recinto, assim como da implantação/colocação sobre o solo das infraestruturas e equipamentos que compõem o recinto do festival. A circulação e movimentação do próprio público no decurso do festival promoverá igualmente a compactação dos solos no local do evento;
- **Contaminação de solos**, resultado de situações acidentais, quer sejam derrames de combustíveis e/ou óleos associados a viaturas que operem na área do evento aquando da montagem e desmontagem do recinto, quer sejam fugas de óleos ou outros contaminantes decorrentes de equipamentos utilizados no decurso do evento, nomeadamente nas zonas dos comes e beberes, ou ainda eventuais fugas de efluentes associados aos wc.

6.2 Água

A localização do recinto do *Atlantis Concert for Earth* na margem da Lagoa Azul das Sete Cidades e na margem esquerda de linha de água que conflui para a mesma poderá representar uma pressão, ainda que temporária e pontual, sobre as águas superficiais da zona. No entanto, no que concerne a linha de água que limita a área do recinto a leste, destaca-se que esta apresenta regime de escoamento temporário/torrencial, pelo que à data da realização do evento (Verão - estação seca) é pouco provável que apresente caudal. Destaca-se, ainda, que o limite norte do recinto estará a uma distância de 30 m da lagoa.

Assim, da realização do festival pode eventualmente verificar-se o seguinte impacte ambiental ao nível das águas superficiais no local do evento:

- **Contaminação de águas superficiais** resultado de eventuais situações acidentais como sejam (i) derrames de combustíveis e/ou óleos associados aos veículos que terão de circular na zona no decurso do evento e aquando da montagem e desmontagem do recinto, (ii) fugas de óleos ou outros contaminantes associados a equipamentos utilizados no decurso do

evento, (iii) fugas de efluentes das zonas dos *wc*, ou (iv) dispersão de lixo/resíduos pelo chão, que eventualmente atinjam as águas superficiais adjacentes. Ainda assim, atendendo ao facto de o evento realizar-se em pleno verão e à distância do recinto ao plano de água da lagoa, não é muito provável que eventuais derrames ou fugas de componentes poluentes atinjam as águas superficiais próximas.

6.3 Ecologia

Mediante a realização do festival poderão suceder os seguintes impactes ao nível da componente ecológica da área do evento e sua envolvente

- **Destruição e/ou afetação de coberto vegetal**, como consequência da circulação de viaturas aquando da montagem e desmontagem do recinto, da colocação sobre o solo das infraestruturas e equipamentos que compõem o recinto do festival, assim como decorrente da circulação e movimentação do próprio público no decurso do festival que promoverá o pisoteio da vegetação que ocorre na área do evento composta, no entanto, maioritariamente por gramíneas;
- **Perturbação de espécies faunísticas** devido à maior movimentação local de viaturas e à operação de outros equipamentos motorizados (gruas, geradores, etc.) aquando dos dias de montagem e desmontagem do recinto e no decurso do evento, assim como associada à maior pressão humana e aumento dos níveis sonoros na área do evento e sua envolvente, neste caso sobretudo nos dois dias de realização do evento. A generalidade das espécies faunísticas identificadas ao nível da zona do evento possui estatuto de conservação na RAA de pouco preocupante ou desconhecido, verificando-se, no entanto, a possível ocorrência na zona de espécimes de *Nyctalus azoreum* (morcego dos açores), espécie endémica e considerada em perigo. Não obstante, considerando o carácter efémero do evento considera-se que a realização do mesmo não representará efeitos significativos ou irreversíveis sobre as espécies faunísticas potencialmente afetadas.

7. Medidas de Mitigação

Considerando as características do evento em apreço e os principais impactes ambientais que poderão decorrer da sua realização, propõem-se, em seguida, algumas medidas e ações, no sentido de mitigar e/ou minimizar os efeitos destes impactes ao nível da área do evento, acessos e envolvente.

- Sinalização e iluminação (orientada para o solo) do caminho de acesso ao recinto do evento, de forma a garantir que o acesso do público ocorre em segurança e que existe impacte mínimo sobre a avifauna local do ponto de vista da poluição luminosa;
- Distribuição de caixotes do lixo ao longo do percurso pedonal de acesso ao recinto do evento;
- Controlo de acessos, tanto ao nível da entrada no recinto, como aquando da venda de bilhetes/ingressos para o festival, de modo a garantir que a capacidade de carga definida não é ultrapassada;
- Vedação de todo o espaço do recinto, com particular enfoque ao nível das margens da lagoa (domínio público hídrico), precavendo situações de entrada não controlada no recinto, assim como de incursão indevida do público para além dos limites do recinto, com consequente afetação adicional de solo, coberto vegetal, ou recursos hídricos, etc.;
- Disponibilização de diversos pontos de recolha de resíduos, inclusive de pontos para separação seletiva, no recinto do evento;
- Sensibilização de todos os intervenientes no evento para a correta gestão dos resíduos e quanto à redução, tanto quanto possível, da utilização de produtos descartáveis no recinto do evento;
- Controlar o acesso de viaturas ao recinto do evento.

8. Bibliografia

- BORGES, P.A.V., CARDOSO, P., CUNHA, R., GABRIEL, R., GONÇALVES, V., HORTAL, J., MARTINS, A.F., MELO, I., RODRIGUES, P., SANTOS, A.M.C., SILVA, L., TRIANTIS, K.A., VIEIRA, P., VIEIRA, V., 2011. Macroecological patterns of species distribution, composition and richness of the Azorean terrestrial biota. *Ecologi@* 1: 22-35.
- BORGES, P.A.V., COSTA, A., CUNHA, R., GABRIEL, R., GONÇALVES, V., MARTINS, A.F., MELO, I., PARENTE, M., RAPOSEIRO, P., RODRIGUES, P., SANTOS, R.S., SILVA, L., VIEIRA, P., VIEIRA, V., 2010. Listagem dos Organismos Terrestres e Marinhos dos Açores. Príncipia Editora, Lda. 429 pp.
- CABRAL, M.J. (COORD.), ALMEIDA, J., ALMEIDA, P.R., DELLINGER, T., FERRAND DE ALMEIDA, N., OLIVEIRA, M.E., PALMEIRIM, J.M., QUEIROZ, A.I., ROGADO, L., SANTOS-REIS, M. (EDS.), 2008. Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal. 3ª ed. Instituto da Conservação da Natureza/Assírio & Alvim. Lisboa. 660 pp.
- CARTA DE OCUPAÇÃO DO SOLO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES 2018 (COS.A/2018). Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo – Direção Regional do Ambiente.
- CIFUENTES, M., AMADOR, E., CAYOT, L., CRUZ, E. e CRUZ, F., 1992. Determinación de capacidad de carga turística em áreas protegidas. Centro Agronomico Tropical de Investigación y Enseñanza, CATIE, Turrialba, Costa Rica.
- INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (IGeoE), 2001. Carta Militar de Portugal, Candelária (S. Miguel - Açores), Folha 27. Escala 1:25 000, Série M889. Edição 2. Lisboa.
- RELATÓRIO DO ESTADO DO AMBIENTE DOS AÇORES 2017-2019. Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas – Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas. (disponível para consulta em <http://rea.azores.gov.pt/store/REAA-2019.pdf>).
- SILVA, L. & SMITH, C.W., 2004. A Characterization of Non-Indigenous Flora of the Azores Archipelago. *Biol. Invasions*. 6(2):193-204.
- SILVA, L., 2005. Flora dos Açores. *Workshop Biodiversidade e Geodiversidade dos Açores*. Slides de apresentação oral. CD multimédia. ARENA. Ponta Delgada.
- SILVA, L., OJEDA LAND, E., RODRÍGUEZ LUENGO, J.L. (EDS.), 2008. Flora e Fauna Terrestre Invasora na macaronésia. TOP 100 nos Açores, Madeira e Canárias. ARENA, Ponta Delgada, 546 pp.
- TRIANIS, K.A., BORGES, P.A.V., HORTAL, J., WHITTAKER, R.J., 2010. The Macaronesian Archipelago: patterns of species richness and endemism of arthropods. Capítulo 3: 49-71.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES
DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA

Parecer

Na qualidade de professora do Departamento de Biologia, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade dos Açores foi-me solicitado um parecer sobre o impacto da realização do Festival Atlantis na fauna terrestre existente na margem da Lagoa Azul das Sete Cidades (Canto dos Carneiros), a decorrer durante o segundo fim de semana do mês de julho de 2018, das 17 às 01 horas, com repetição nos dois anos seguintes.

O local pretendido para a realização deste evento encontra-se dentro da Área de Paisagem Protegida das Sete Cidades, integra os Sítios Ramsar de São Miguel e é abrangida pelo Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Sete Cidades. Neste contexto, e sob o ponto de vista conservacionista, entendo que este evento, a ser realizado, deve cumprir com todos os objetivos de gestão inerentes à área em questão. No que diz respeito às espécies de animais que ocorrem nesse local e com interesse de conservação (aves e o morcego-açoriano), sou de parecer que a realização do referido festival não irá pôr em perigo a sobrevivência nem causar danos irreversíveis nas espécies, desde que a organização do evento garanta a proteção das espécies e dos seus habitats e minimize a perturbação inerente à realização do próprio festival.

Apesar deste parecer, recomenda-se que no final do evento do primeiro ano (2018) seja avaliado o seu eventual impacto através da análise dos instrumentos de monitorização regulares desta área protegida.

Ponta Delgada, 25 de julho de 2017

Maria Amélia Viveira Gonçalves da Fonseca
(Professora Auxiliar)



MEMORANDO

1. NOTA PRÉVIA

O presente documento é elaborado para a empresa *ATLANTIS ENTERTAINMENT*, no contexto da organização de festival musical ("Festival Atlantis"), em período de Verão, na região da caldeira do Vulcão das Sete Cidades (ilha de São Miguel), mais especificamente na zona adjacente ao viveiro florestal do Cerrado das Freiras e contígua à margem leste da Lagoa Azul e zona terminal da ribeira da Grota do Inferno (Figura 1).

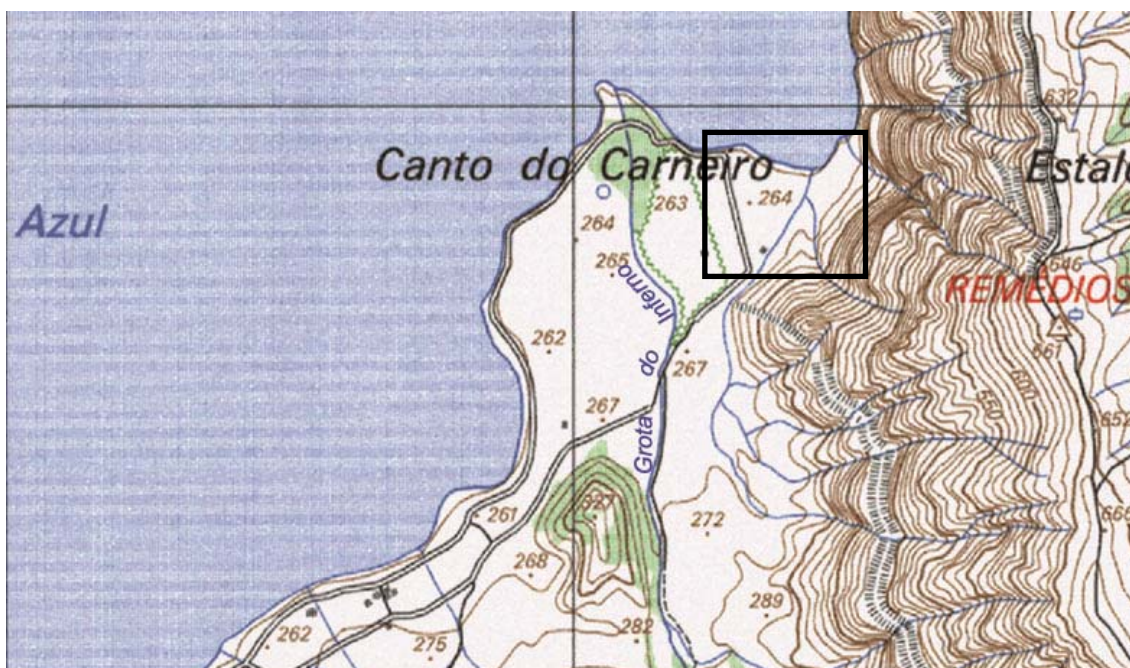


Figura 1. Implantação da área de estudo (rectângulo inserido), na margem leste da Lagoa Azul.

2. GEOLOGIA E VULCANOLOGIA SUMÁRIA DA ZONA

Genericamente, a área de estudo localiza-se no interior da Caldeira do Vulcão das Sete Cidades, uma depressão vulcânica de colapso com cerca de 5 km de diâmetro, instalada no topo do vulcão poligenético activo das Sete Cidades, um dos quatro vulcões centrais da ilha de São Miguel. O reconhecimento feito *in loco* e o conhecimento que se tem da área em estudo permitem identificar três sectores distintos, do ponto de vista geomorfológico, geológico e vulcanológico (Figuras 2 e 3):

- 1) uma zona aplanada adjacente à margem da Lagoa Azul, constituída por depósitos pomíticos na sua grande maioria de origem aluvionar e associados à zona terminal, deposicional, da ribeira da Grota do Inferno; esta zona tem frequentemente ocupação agrícola (e.g. milheirais);
- 2) uma zona de declive nítido, adjacente à anterior e que faz a transição para a parede da caldeira, constituída por um depósito de vertente associado a movimentos de massa de vertente (e.g. escorregamentos e desabamentos); apesar da cobertura por gramíneas

(e.g. pastagem), é possível observar no local alguns blocos rochosos associados ao depósito de vertente em apreço, por vezes com diâmetro máximo de 50 cm a 1 m;

- 3) falésia escarpada correspondente à parede da caldeira, de declive acentuado e constituída por formações lávicas e piroclásticas do vulcão poligenético das Sete Cidades; esta zona mais declivosa alimenta o depósito de vertente referido acima.



Figura 2. Enquadramento geomorfológico geral da área em estudo.



Figura 3. Pormenor de foto anterior, com destaque para depósito de vertente e bordo de caldeira associado, a montante.

A área de estudo, em particular o pareda da caldeira, é drenada por pequenos cursos de água, do tipo efêmero (e.g. escoamento superficial apenas alguns dias por ano, e após chuvadas mais ou menos intensas), cujo traçado jusante foi por vezes ajustado por acção antrópica.

3. ANÁLISE DE RISCOS GEOLÓGICOS

A área de estudo, dado o seu enquadramento geomorfológico, geológico e vulcanológico está sujeita aos seguintes riscos geológicos principais:

RISCO VULCÂNICO:

O Vulcão das Sete Cidades é um dos 3 vulcões poligenéticos siliciosos activos, com caldeira, da Ilha de São Miguel (juntamente com os vulcões Furnas e Fogo) e com uma história eruptiva recente que inclui actividade vulcânica muito explosiva (com emissão de abundantes materiais pomíticos) e implantada dentro da caldeira de colapso (e.g. cones de Caldeira de Alferes, Seca e Seara). A última actividade eruptiva associada ao Vulcão das Sete Cidades corresponde à erupção da Ilha Sabrina, no ano de 1811, do tipo surtseiano e implantada no flanco SO, submerso, deste vulcão poligenético.

A análise do risco vulcânico associado ao evento previsto (cf. festival musical no interior da caldeira de vulcão activo) evidencia um risco similar ao que está usualmente exposta a população da freguesia das Sete Cidades e ao experienciado em outras ocasiões/espectáculos semelhantes que ocorreram no interior da Caldeira do Vulcão das Sete Cidades.

A existência de um sistema de vigilância e monitorização sismovulcânica no arquipélago, e no Vulcão das Sete Cidades, com ligação ao Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores, garantirá, se e quando necessário, a activação atempada das acções de *early warning*.

RISCO SÍSMICO:

A zona ocidental da ilha de São Miguel, que inclui o Vulcão das Sete Cidades e parte do Sistema Fissural da Serra Devassa, constitui-se como um dos sectores sismogénicos do arquipélago dos Açores, onde são comuns eventos sísmicos de baixa magnitude (e.g. microssismos). Por outro lado, neste sector sismogénico, e desde a descoberta e o povoamento da ilha, ocorreram apenas 2 abalos sísmicos de Intensidade Mercalli (IMM) superior a VII: a 17/Junho/1968, na Várzea, com IMM=VII e magnitude 4,6 e a 08/Dezembro/1713, nos Ginetes e com IMM=VIII, que causaram alguns danos materiais na freguesia de Sete Cidades. Não obstante, o historial sísmico pouco significativo deste sector sismogénico, a área de estudo é afectada por sismos mais energéticos e com epicentro em zonas sismogénicas vizinhas, em particular na Fossa do Hirondeille, como foi o caso dos sismos de 21/Novembro/1988 e de 21/Janeiro/1989, com IMM=VII e IMM=V na freguesia de Sete Cidades, respectivamente.

A análise do risco sísmico associado ao evento previsto (cf. festival musical em zona sismicamente activa) evidencia um risco similar ao que está exposta a população da freguesia das Sete Cidades e ao experienciado em outras ocasiões/espectáculos semelhantes que ocorreram nesta zona. Exceptua-se, a eventual ocorrência de movimentos de massa de vertente no bordo da caldeira na dependência directa de sismos fortes e de elevadas acelerações do solo (ver ponto 4.).

RISCO DE MOVIMENTOS DE MASSA:

A pareda da Caldeira do Vulcão das Sete Cidades é susceptível à ocorrência de movimentos de massa de vertente, dada a sua declividade acentuada e a natureza geológica dos materiais que a constituem: as formações lávicas (e.g. escoadas lávicas) potenciam a ocorrência de desabamentos (com o desprendimento de blocos rochosos de maior ou menor dimensão),

enquanto que os materiais piroclásticos (em especial os depósitos pomíticos) potenciam a ocorrência de deslizamentos de terras e quebradas, em especial na dependência directa de chuvadas intensas ou longos períodos de precipitação.

A análise do risco de movimentos de massa de vertente associado ao evento previsto (cf. festival musical em zona próxima de falésia escarpada) coloca alguns constrangimentos na ocupação dos terrenos a utilizar no referido evento (ver ponto 4.), em especial no que diz respeito à zona mais próxima da parede da caldeira (cf. zona 2). A existência de um depósito de vertente nesta zona atesta da possibilidade de ocorrência de movimentos de massa de vertente. Não obstante, o facto do festival em apreço estar previsto para o período de Verão, logo, em período de estiagem, minimiza e mitiga o risco de ocorrência de movimentos de massa na dependência de precipitações mais significativas, como é o caso das frequentes quebradas que ocorrem nas paredes da Caldeira do Vulcão das Sete Cidades em tempo de invernia.

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS

Tendo por base o atrás exposto, a tipologia de evento (e.g. “festival musical de Verão”) e a ocupação dos terrenos prevista (cf. Figuras 4 e 5), é possível tecer as seguintes conclusões e recomendações finais:

- 1) O “Festival Atlantis” decorrerá no interior da Caldeira do Vulcão das Sete Cidades, onde já decorreram outros espectáculos musicais similares; nesta depressão vulcânica localiza-se, ainda, o povoado das Sete Cidades;



Figura 4. Representação preliminar da ocupação dos terrenos prevista para o “Festival Atlantis”.
Explicação no texto.

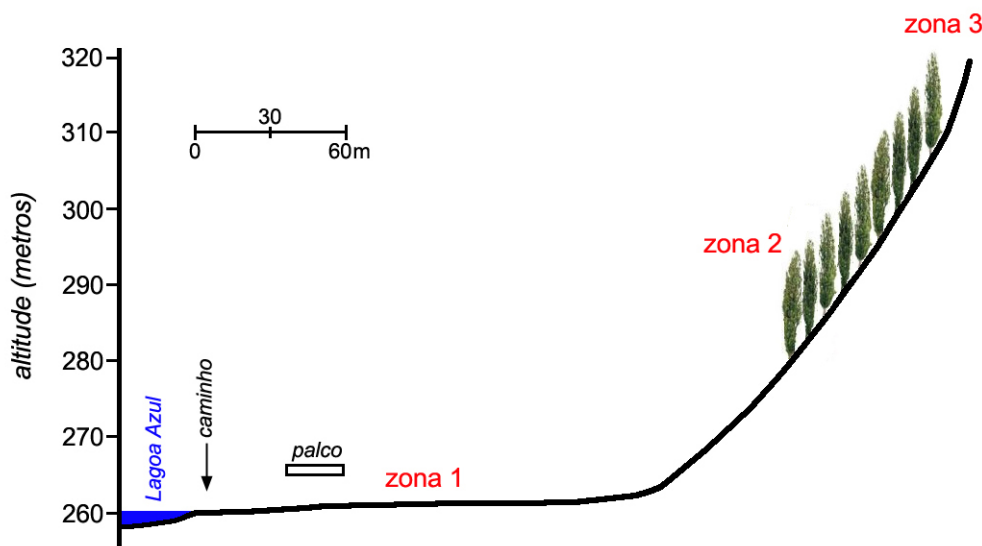


Figura 5. Perfil esquemático da zona de implantação do festival e principais elementos geomorfológicos e infra-estruturas previstas/existentes (ver também figuras 2 a 4).

- 2) Pese embora o facto de esta ser uma zona de vulcanismo activo e sismicamente activa, o risco vulcânico e o risco sísmico associados ao “Festival Atlantis” serão os mesmos expectáveis para a população das Sete Cidades e o associado a outros espectáculos musicais decorrentes nessa zona; neste contexto, recomenda-se uma ligação próxima e permanente entre a organização do festival e as autoridades municipais e regionais de protecção civil, antes e durante o evento;
- 3) Dada a proximidade à parede da Caldeira do Vulcão das Sete Cidades, a presença de um depósito de vertente no local (e.g. zona 2, figuras 3 e 5) e de modo a mitigar a eventual ocorrência de movimentos de massa na dependência de evento sísmico mais energético, não devem existir infra-estruturas e ocupação humana permanente na “zona 2”; neste contexto, deve ser revista a ocupação prevista para esta zona (de declive nítido), assinalada a tracejado vermelho na Figura 4;
- 4) Outros eventuais riscos geológicos (como cheias e inundações) na área de estudo e na dependência do Festival Atlantis, serão pouco significativos e de magnitude reduzida, tendo em conta que este ocorrerá em plena época de estiagem e quando, usualmente, a ribeira da Grota do Inferno – e pequenos cursos de água presentes na área – não apresentam qualquer escoamento superficial.

Ponta Delgada, Setembro de 2017

João Carlos Nunes

PhD em Vulcanologia (UAc)

PLANO DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA



PLANO DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO

Atlantis – Concert for Earth

Promotor: Atlantis Entertainment

<p>ELABORADO POR:</p> <p> CONTRARISCO <small>Segurança e Engenharia, Unipessoal Lda.</small></p> <p>RUA DA CIDADE DO ZAGALO, 101, 9545-528, S. VICENTE FERREIRA TLM.: 919416995 – EMAIL: contrariscose@gmail.com</p>	<p>DATA:</p> <p>Abril 2022</p>
---	--------------------------------

© DIREITOS DE AUTOR RESERVADOS. ESTE DOCUMENTO NÃO PODE SER REPRODUZIDO, NO TODO OU EM PARTE, SEM A AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DO AUTOR, SALVO NAS CONDIÇÕES PREVISTAS NO PLANO, NOMEADAMENTE NO QUE RESPEITA A REVISÕES E CÓPIAS PARA DISTRIBUIÇÃO NA ORGANIZAÇÃO.

Aprovação

A Atlantis Entertainment, na qualidade de promotor do Atlantis, Concert for Earth, a realizar nos dias 22 de 23 de Julho de 2022, no Canto dos Carneiros, Cerrado das Freiras, na freguesia das Sete Cidades, aprova o Plano de Prevenção e Segurança do recinto dos espetáculos Atlantis, Concert for Earth, elaborado nos termos do disposto no n.1 do artigo 3.º da Portaria n.º 102/2014, de 15 de maio, na sua versão atual.

O presente Plano de Prevenção e Segurança foi submetido a parecer prévio da Câmara Municipal de Ponta Delgada, da Polícia de Segurança Pública – Divisão Policial de Ponta Delgada e do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, tendo merecido parecer favorável das referidas entidades.

Os objetivos fundamentais da Atlantis Entertainment com a elaboração do presente Plano de Prevenção e Segurança é a implementação de medidas de prevenção de forma a promover a realização dos espetáculos em segurança.

O presente Plano de Prevenção e Segurança encontra-se elaborado de acordo com as disposições Portaria n.º 102/2014, de 15 de maio, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 293/2020, de 18 de dezembro.

Ponta Delgada, ____ de _____ de 2022

Assinatura:



O Promotor

We the People

Of the United States,
in Order to form a more perfect Union,
establish Justice, insure domestic Tranquility,
provide for the common defence,
promote the general Welfare, and secure
the blessings of Liberty to ourselves and
our Posterity, do ordain and establish this
Constitution for the United States of America.



SIGNATURE OF BEARER / SIGNATURE DU TITULAIRE / FIRMA DEL TITULAR

3

PASSPORT
PASSEPORT
PASAPORTE



UNITED STATES OF AMERICA

Type / Type / Tipo: Code / Code / Código: Passport No. / No. du Passeport / No. de Pasaporte

P USA

Surname / Nom / Apellidos

BETTENCOURT

Given Names / Prénoms / Nombres

NUNO GIL

Nationality / Nationalité / Nacionalidad

UNITED STATES OF AMERICA

Date of birth / Date de naissance / Fecha de nacimiento

[REDACTED]

Date of birth / Date de naissance / Fecha de nacimiento

PORTUGAL

Date of issue / Date de délivrance / Fecha de expedición

[REDACTED]

Date of expiration / Date d'expiration / Fecha de caducidad

[REDACTED]

Notes / Anotaciones

[REDACTED]

Sex / Sexe / Sexo

M

Authority / Autorité / Autoridad

United States

Department of State

USA

Índice

Capítulo I	DISPOSIÇÕES GERAIS	
	Objeto e âmbito	6
	Enquadramento legal	6
	Definições	6
Capítulo II	RECINTO	
	Localização	8
	Acesso	8
	Composição	8
	Lotação	9
	Espaços de acesso público	9
	Restrições ao acesso	9
	Público	9
	Paragem e estacionamento de viaturas	9
	Viaturas pertencentes às forças de segurança e bombeiros	10
Capítulo III	SEGURANÇA NO RECINTO	
Seção I	<i>Deveres e competências</i>	
	Promotor do espetáculo musical	11
	Gestor de Segurança	11
	Polícia de Segurança Pública	12
	Assistentes de recinto de espetáculos	12
	Bombeiros	13
Seção II	<i>Medidas de segurança</i>	
	Controlo da venda e oferta de títulos de ingresso	14
	Anéis de segurança	14
	Vigilância e controlo	14
	Plano de Emergência Interno	15
	Plano de Evacuação	15
	Consume e venda de bebidas alcoólicas	15
	Estupefacientes e substâncias psicotrópicas	15
	Controlo dos estados de alcoolémia, de estupefacientes e substâncias psicotrópicas	15
	Objetos e outras substâncias proibidas	16
Seção III	<i>Regras e condições de acesso e permanência de espetadores no recinto</i>	
	Acesso de espetadores ao recinto	16
	Permanência de espetadores no recinto	18
Capítulo IV	COMUNICAÇÃO SOCIAL	
	Local, acreditação e circulação	20
Anexos		
Anexo I	Plantas	
Planta 1	Localização e acesso ao recinto. Circuitos de circulação das viaturas das forças de segurança e de emergência. Parques de estacionamento para o público.	

Planta 2	Composição do recinto. Anel de segurança. Meios de combate a incêndios.	
Anexo II	Plano de Emergência Interno / Medidas de Autoproteção	
Anexo III	Condições técnicas de segurança contra incêndios	
Anexo IV	Pareceres	
Anexo V	Identificação do Gestor de Segurança	

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Objeto e âmbito

O presente Plano de Prevenção e Segurança estabelece as medidas de organização e gestão da segurança no recinto improvisado do Atlantis, Concert for Earth de forma a promover a realização dos espetáculos musical em condições de segurança.

Enquadramento legal

O presente Plano encontra-se elaborado de acordo com as disposições constantes da legislação abaixo indicada:

- a) Portaria n.º 102/2014 de 15 de maio, que estabelece o sistema de segurança obrigatório aplicável aos espetáculos e divertimentos em recintos autorizados.
- b) Portaria n.º 293/2020, de 18 de dezembro, que procede à alteração da Portaria n.º 102/2014 de 15 de maio.
- c) Decreto Legislativo Regional n.º 36/2004/A, de 20 de outubro, que regulamenta a instalação e funcionamento dos recintos de espetáculos e divertimentos públicos e o regime dos espetáculos de natureza artística.
- d) Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, que aprova o Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios.
- e) Portaria n.º 63/2015, de 20 de maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores o Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios;
- f) Portaria n.º 135/2020, de 2 de junho, que altera o Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios.
- g) Lei n.º 34/2013, de 16 de maio, que estabelece o regime do exercício de segurança privada.
- h) Nota Técnica n.º 21 – Planos de Segurança, da ANPC, que estabelece a estrutura para os Planos de Segurança Internos.

Definições

Para efeitos de aplicação do presente Plano, entende-se por:

- a) «Anel ou perímetro de segurança» a delimitação física do espaço exterior do recinto, ou local delimitado pela organização para a realização do evento, cuja montagem ou instalação compete ao promotor do espetáculo, após parecer favorável da força de segurança territorialmente competente;
- b) «Área do espetáculo» a superfície onde se desenrola o espetáculo destinada ao público, incluindo as zonas de proteção;

- c) «Assistente de recinto de espetáculo» o vigilante de segurança privada especializado, direta ou indiretamente contratado pelo promotor do espetáculo musical, com as funções, deveres e formação definidos na legislação aplicável ao exercício da atividade de segurança privada;
- d) «Coordenador de segurança» o profissional de segurança privada, com habilitações e formação técnica adequadas, que é o responsável operacional pelo enquadramento e orientação do serviço de segurança privada no recinto de espetáculo e a quem compete chefiar e coordenar a atividade dos assistentes de recinto de espetáculo, bem como zelar pela segurança no decorrer do espetáculo musical, atuando segundo a orientação do gestor de segurança;
- e) «Espectáculo» o evento, ou conjunto de eventos limitados no tempo e no espaço, de representação artística de canto, dança ou música realizado em recinto ou local autorizado;
- f) «Gestor de segurança» a pessoa individual, o representante do promotor do espetáculo, permanentemente, com formação específica adequada, responsável por todas as matérias de segurança do evento, nomeadamente, pela verificação da execução dos planos e regulamentos de prevenção e segurança, ligação e coordenação com as forças de segurança, os serviços de emergência médica, os serviços de proteção civil e bombeiros, bem como pela definição das orientações do serviço de segurança privada;
- g) «Promotor», a pessoa, singular ou coletiva, pública ou privada, que tem por atividade a promoção ou organização de espetáculos ou eventos ou que, quando aplicável, é responsável pelo pedido de licenciamento e funcionamento do recinto improvisado, onde aqueles se realizem;
- h) «Recinto» o conjunto de terrenos, construções e instalações, ainda que provisórias, destinadas ao espetáculo, compreendendo os espaços reservados ao público e ao estacionamento de viaturas, confinado ou delimitado por muros, paredes ou vedações, em regra com acesso controlado e condicionado;
- i) «Recintos improvisados», os espaços delimitados cobertos ou descobertos, com características construtivas ou adaptações precárias, montados temporariamente para um espetáculo ou divertimento específico, em lugares públicos ou privados.
- j) «Títulos de ingresso» os bilhetes, cartões, convites e demais documentos que permitam a entrada no recinto de espetáculo, qualquer que seja o seu suporte.

CAPÍTULO II – RECINTO

Localização

- 1 - O recinto para a realização do Atlantis, Concert for Earth, doravante designado por *Recinto*, localiza-se em terrenos de pastagem privados, contíguos à Lagoa das Sete Cidades, no lugar do Canto dos Carneiros, freguesia das Sete Cidades, concelho de Ponta Delgada.
- 2 – A localização do *Recinto* e os acessos ao mesmo constam da Planta 1.

Acesso

- 1 – O acesso ao *Recinto* realiza-se por dois caminhos de terra batida que se ligam à Estrada Regional das Sete Cidades, e possuem as características estabelecidas no artigo 4.º do Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios.
- 2 – O acesso de veículos ao *Recinto* encontra-se interdito a veículos do público, exceto a expetadores com mobilidade condicionada, cujos veículos devem ostentar dístico de acesso a emitir pelo promotor.
- 3 – O público desloca-se para o *Recinto* a pé.
- 4 – Os veículos autorizados a aceder ao *Recinto*, com a exceção dos veículos das forças de segurança e dos bombeiros, devem ostentar dístico de acesso a emitir pelo promotor.
- 5 – O acesso de veículos às casas de campo e pastagens cujos caminhos são os que conduzem ao *Recinto* é assegurado.

Composição

- 1 – O *Recinto* é ao ar livre, com área total de 18 600 m², delimitado por cordão de segurança.
- 2 – As estruturas e espaços que integram o *Recinto* constam da Planta 2 e são os seguintes:
 - Palco;
 - Área do espetáculo, sem lugares sentados para o público;
 - Quiosques de comes e bebes;
 - Camarins;
 - Produção;
 - Posto médico;
 - Instalações sanitárias;
 - Entrada e posto de controlo;
 - Posto de controlo de acesso à produção;
 - Área técnica.

3 - O *Recinto* dispõe ainda de 1 zona de paragem e estacionamento, conforme abaixo descrita.

Lotação

A lotação do *Recinto* é de 12 000 a 15 000 ocupantes.

Espaços de acesso público

No *Recinto* são considerados espaços de acesso público a zona da entrada, a área de espetáculo, às áreas exteriores dos quiosques e comes e bebes e as instalações sanitárias.

Restrições ao acesso

1 - São espaços de acesso restrito à produção bandas e músicos:

- O Palco.
- Os camarins.
- A produção.
- A Área Técnica é de acesso exclusivo dos técnicos de manutenção.

2 - Sempre que razões de segurança o justifiquem os espaços de acesso público podem ser restringidos.

Público

1 - O público assiste aos espetáculos musicais em pé.

2 – Encontra-se assegurado o acesso para assistência aos espetáculos musicais, a pessoas com deficiências ou incapacidades, nos termos do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto e do Decreto-Lei n.º 74/2007, de 27 de março, nos lugares abaixo indicados:

- 50 lugares, localizados junto ao palco ou mesa de som, dotados de acessos especiais a pessoas com mobilidade condicionada.

Paragem e estacionamento de viaturas

O *Recinto* dispõe de 1 zona de estacionamento localizado junto à entrada e contígua ao Posto Médico, com capacidade para 5 viaturas ligeiras, designada de Zona 1. Destina-se a viaturas dos BVPD e PSP.

No exterior do *Recinto* existe um parque de estacionamento para a produção e pessoas com mobilidade condicionada, designado de Zona 2.

Viaturas pertencentes às forças de segurança e bombeiros

1 - As forças de segurança e os bombeiros estacionam as suas viaturas na Zona 1, podendo também estacionar na Zona 2. São parques de estacionamento restrito, servidos por caminhos de terra batida com ligação à Estrada Regional das Sete Cidades, dotados de controlo de acessos.

2 – A ambulância de socorro, quando presente, fica parada junto ao Posto Médico, virada para a saída do *Recinto*.

CAPÍTULO III - SEGURANÇA NO RECINTO

SECÇÃO I

Deveres e competências

Promotor do espetáculo musical

1 - O Promotor tem o dever de, em coordenação com a Polícia de Segurança Pública de Ponta Delgada e os Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, adotar todas as medidas de segurança no acesso e permanência de público no *Recinto*, bem como na resposta a situações de emergência que ocorram no mesmo.

2 - São deveres específicos do Promotor os seguintes:

- a) Apresentar, até 30 dias úteis antes do início do espetáculo, o presente plano de prevenção e segurança à entidade licenciadora (CMPD);
- b) Informar, até 24 horas antes do início do espetáculo, a Divisão Policial de Ponta Delgada, do número de títulos de ingresso distribuídos e/ou da estimativa de número de espetadores;
- c) Assumir a responsabilidade pela segurança do *Recinto* e anéis de segurança, sem prejuízo das competências legais das forças e serviços de segurança;
- d) Designar o ponto de contacto para a segurança, designado no presente documento por Gestor de Segurança;
- e) Garantir que são cumpridas todas as regras e condições de acesso e permanência de espetadores no *Recinto*.

Gestor de Segurança

1 - O Gestor de Segurança, identificado no Anexo IV do presente documento, é o representante do Promotor para todas as matérias de segurança do espetáculo musical.

2 – O Gestor de Segurança deve possuir formação específica adequada para o desempenho da função, a que corresponde à formação de diretor de segurança, nos termos previstos no regime jurídico da segurança privada.

3 – O Promotor deve comunicar a identificação do Gestor de Segurança, meios de contato e comprovativo de formação à PSP de Ponta Delgada, SRPCBA, SMPCPD e BVPD.

4 – No planeamento e decurso do espetáculo musical, compete ao Gestor de Segurança:

- a) Assumir a responsabilidade pela segurança do *Recinto* e anéis de segurança, sem prejuízo das competências legais das forças e serviços de segurança;
- b) Garantir que são cumpridas todas as regras e condições de acesso e permanência de espetadores no *Recinto*;

- c) Promover a presença e articulação de todos os meios envolvidos na segurança do evento com vista à sua realização em condições de segurança;
- d) Para efeitos do previsto na alínea anterior, o Gestor de Segurança reúne com os representantes da PSP de Ponta Delgada, BVPD e empresa de segurança privada, pelo menos 72 horas antes e depois do espetáculo musical;
- e) Orientar e gerir os assistentes de recinto de espetáculo por intermédio do coordenador de segurança;
- f) Ativa o Plano de Emergência Interno.

5 – O Gestor de Segurança deve se encontrar identificado através de sobreveste, de modelo regulamentar.

Polícia de Segurança Pública

- 1 - Compete ao Promotor fazer a requisição de policiamento para o espetáculo musical e assumir os respetivos encargos.
- 2 - A Polícia de Segurança Pública exerce, no quadro das suas atribuições e competências, as funções de fiscalização do cumprimento das condições de acesso e permanências previstas no presente documento, a manutenção da ordem e garantem a segurança de pessoas e bens.
- 3 - O Comandante da PSP presente no local pode, no decorrer do espetáculo musical, assumir, a todo o tempo, a responsabilidade pela segurança no recinto, sempre que a falta desta determine a existência de risco para pessoas e instalações.
- 4 - A decisão de evacuação, total ou parcial, do recinto cabe, exclusivamente, ao Comandante da PSP presente no local.
- 5 – Os elementos da PSP destacados para o espetáculo musical, sempre que tal se mostre necessário, podem proceder a revistas aos espetadores, por forma a evitar a existência no recinto de objetos ou substâncias proibidos ou suscetíveis de possibilitar atos de violência.

Assistentes de recinto de espetáculos

- 1 - Compete ao Promotor assegurar a presença de coordenador de segurança e assistentes de recinto de espetáculos (ARE), nos termos previstos no regime jurídico da segurança privada, em complementaridade à Polícia de Segurança Pública.
- 2 – São competências atribuídas aos ARE:
 - a) Vigiar o *Recinto* e anéis de segurança, cumprindo e fazendo cumprir as disposições do presente Plano de Prevenção e Segurança;
 - b) Controlar os acessos, incluindo detetar e impedir a introdução de objetos e substâncias proibidas ou suscetíveis de possibilitar ou gerar atos de violência;
 - c) No controlo de acessos podem efetuar revistas pessoais de prevenção e segurança, nomeadamente com o recurso a raquetes de deteção de metais e de explosivos ou operara

outros equipamentos de revista não intrusivos com a mesma finalidade, previamente autorizados;

d) Controlar os títulos de ingresso e o bom funcionamento dos equipamentos destinados a esse fim;

e) Vigiar e acompanhar os espectadores durante os espetáculos, bem como prestar informações referentes à organização, infraestruturas e saídas de emergência;

f) Prevenir, acompanhar e controlar a ocorrência de incidentes, procedendo à sua imediata comunicação às forças de segurança;

g) Orientar os espectadores em todas as situações de emergência, especialmente as que impliquem a evacuação do *Recinto*;

g) Antes da abertura do *Recinto* aos espetadores e após o seu fecho, os ARE sobre a supervisão do coordenador de segurança, devem efetuar uma verificação de segurança a todo o interior do *Recinto*, de forma a detetar a existência de objetos ou substâncias proibidas, bem como para verificarem a integridade das vedações do recinto.

3 – A empresa de segurança privada nomeia o coordenador de segurança, a quem compete a direção e supervisão dos assistentes de recinto de espetáculos.

4 – A empresa de segurança privada comunica ao Gestor de Segurança, com a antecedência mínima de 74 horas antes da abertura do *Recinto* aos espetadores, o coordenador de segurança e a lista dos ARE, identificados pelos respetivos números de cartão profissional.

5 – Caso requerido, a empresa de segurança privada deve apresentar uma cópia do alvará, bem como de uma cópia dos cartões profissionais dos assistentes de recinto de espetáculos, de forma a comprovar a habilitação para a prestação do serviço e para o desempenho da função.

6 – Compete ao coordenador de segurança e aos ARE cumprir as diretivas recebidas pelo Gestor de Segurança.

7 – Os ARE, para além do uso obrigatório do uniforme devem fazer uso de sobreveste de identificação com a palavra “Assistente” perfeitamente visível com as características fixadas no artigo 36.º da Portaria n.º 273/2013, de 20 de agosto.

8 - No *Recinto* o coordenador de segurança e pessoal de segurança privada é designado nos termos do artigo 7º, da Portaria n.º 102/2014, de 15 de maio, na sua atual redação.

Bombeiros

1 - Compete ao Promotor assegurar a presença de uma ambulância de socorro que para além dos equipamentos que lhe são inerentes deve estar dotada de desfibrilhador automático externo, bem como da presença de socorristas.

2 – Compete à força destacada dos BVPD para o espetáculo musical:

a) O socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar;

b) A prevenção e o combate a incêndios.

c) Orientar os espectadores em todas as situações de emergência, especialmente as que impliquem a evacuação do *Recinto*;

3 – Todos os bombeiros devem fazer uso da mesma tipologia de uniforme

SECÇÃO II

Medidas de segurança

Controlo da venda e oferta de títulos de ingresso

1 - O controlo da venda de títulos de ingresso é realizado com recurso a meios mecânicos, eletrónicos ou eletromecânicos, a fim de assegurar o fluxo de entrada dos espetadores, impedindo a reutilização do título de ingresso e permitindo a deteção de títulos de ingresso falsos e como a seguir se descreve.

a) A entrada no *Recinto* é apenas permitida a espetadores detentores de título de ingresso válido reconhecido pelo sistema de controlo de acessos ou pelo pessoal incumbido pelo controlo das entradas..

b) Os títulos são validados eletronicamente fora do *Recinto*, sendo a informação tratada num sistema informatizado que atualiza o número de entradas e identifica situações anómalas (bilhetes falsos, tentativa de 2ª entrada, evento errado, etc.), inibindo a entrada de espetadores com ingresso inválido e não permitindo a sobrelotação do *Recinto*.

c) É interdita a saída do *Recinto* e posterior reentrada com utilização de título já validado.

Anel de segurança

1 - O anel de segurança encontra-se estabelecido na Planta 3.

2 – As revistas a efetuar no controlo de acessos de modo a impedir a introdução de objetos ou substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar atos de violência, são efetuadas dentro do anel de segurança e nos termos e com a observância dos requisitos previstos nos n.ºs 2 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio.

Vigilância e controlo

1 – A vigilância e controlo destinados a impedirem o excesso de lotação são feitas através das seguintes medidas:

a) Emissão do número total de títulos de ingresso inferior à da capacidade do *Recinto*;

b) Disponibilização à PSP e ao coordenador de segurança do número diário de títulos de ingresso vendidos e oferecidos;

c) Pelas disposições constantes do controlo e venda de títulos de ingresso;

c) Pela vigilância humana efetuada pelos ARE e PSP.

2 – A vigilância e controlo destinados a assegurar o desimpedimento das vias de acesso ao *Recinto* são feitas pelas seguintes medidas:

a) Estabelecimento de posto de controlo de acesso de viaturas de modo a que só as viaturas autorizadas possam aceder aos caminhos de acesso ao *Recinto*.

b) Interdição de estacionamento de viaturas nos caminhos de acesso ao *Recinto*.

3 – Dentro do *Recinto* os caminhos de evacuação são os espaços abertos os quais devem conduzir às saídas de emergência. Para o efeito, as estruturas devem ser montadas em locais que não obstruem os caminhos de evacuação e eventuais elementos de fixação ao chão, devem estar perfeitamente protegidos ou balizados. As saídas de emergência devem estar permanentemente desimpedidas, devidamente sinalizadas e iluminadas.

Plano de Emergência Interno

O Plano de Emergência Interno do *Recinto* consta do Anexo II ao presente regulamento, do qual faz parte integrante.

Plano de Evacuação

O Plano de Evacuação do *Recinto* consta do Plano de Emergência Interno, do qual faz parte integrante.

Consumo e venda de bebidas alcoólicas

É proibida a venda, consumo e distribuição de bebidas alcoólicas, no interior do *Recinto*, com exceção dos quiosques de comensal e bebidas, no respeito pelos limites definidos em Lei, as quais serão servidas obrigatoriamente em recipientes de material leve e não contundente.

Estupefacientes e substâncias psicotrópicas

É proibida a venda, consumo e distribuição de substâncias estupefacientes e substâncias psicotrópicas, no interior do anel de segurança e em qualquer local do *Recinto*.

Controlo de estados de alcoolémia, de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas

1- A PSP destacada para o espetáculo musical, sempre que as circunstâncias o justifiquem, pode adotar sistemas de controlo de estados de alcoolémia, de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, nos termos definidos na Lei.

2 - O controlo poderá ser feito na entrada para o *Recinto* e após a entrada no mesmo, sempre que agentes da segurança identifiquem espetadores com sintomas de alcoolémia ou de estupefacientes que, a confirmarem-se, determinarão a expulsão do *Recinto*.

3 - Consideram-se sob influência de álcool os indivíduos que apresentem uma taxa de álcool no sangue igual ou superior a 1,2 g/l, aplicando-se-lhes, com as devidas adaptações, os procedimentos, testes, instrumentos e modos de medição previstos no Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, para as situações de alcoolémia e influência de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas nos condutores.

Objetos e outras substâncias proibidas

1- É interdito o acesso de espetadores ao *Recinto* que transportem materiais ou substâncias suscetíveis de constituir uma ameaça à segurança, perturbar o processo do espetáculo musical, impedir ou dificultar a visibilidade dos outros espetadores, causar danos a pessoas ou bens e/ou gerar ou possibilitar atos de violência, nomeadamente:

- a) Chapéu-de-chuva, capacetes e hastes rígidas;
- b) Animais, salvo cães guia ou cães polícia quando permitido o seu acesso nos termos da lei;
- c) Armas de qualquer tipo, munições ou seus componentes, bem como quaisquer objetos contundentes, nomeadamente facas, dardos, ferramentas ou seringas;
- d) Projéteis de qualquer tipo tais como cavilhas, pedaços de madeira ou metal, pedras, vidro, latas, garrafas, canecas, embalagens, caixas ou quaisquer recipientes que possam ser arremessados e causar lesões;
- e) Objetos volumosos como escadas de mão, bancos ou cadeiras;
- f) Substâncias corrosivas ou inflamáveis, explosivas ou pirotécnicas, líquidos e gases, fogo-de-artifício, foguetes luminosos (very-light), tintas, bombas de fumo ou outros materiais pirotécnicos;
- g) Latas de gases aerossóis, substâncias corrosivas ou inflamáveis, tintas ou recipientes que contenham substâncias prejudiciais à saúde ou que sejam altamente inflamáveis;
- h) Buzinas, rádios e outros instrumentos produtores de ruídos;
- i) Apontadores laser ou outros dispositivos luminosos que sejam capazes de provocar danos físicos ou perturbar a concentração ou o desempenho dos atletas e demais agentes desportivo;
- j) Comidas e bebidas;
- k) Cintos com fivelas grossas e cinturões.

2 - Todos os espetadores deverão sujeitar-se à revista pessoal junto à entrada no *Recinto*, efetuada por um assistente de recinto de espetáculos ou pela Polícia, sem a qual não lhes será permitida a entrada no *Recinto*.

SECÇÃO III

Regras e condições de acesso e permanência de espetadores no recinto

Acesso de espetadores ao recinto

1- São condições de acesso dos espetadores ao *Recinto*:

- a) Ser maior de 6 anos. A entrada de crianças com idade inferior a 12 anos só será permitida se obrigatoriamente acompanhadas por adulto;
- b) A posse de título de ingresso válido;
- c) A observância das normas do presente Plano de Prevenção e Segurança;

- d) Não estar sob a influência de álcool, estupefacientes, substâncias psicotrópicas ou produtos de efeito análogo, aceitando submeter-se a testes de controlo e despistagem, a efetuar sob a direção dos elementos da força de segurança;
- e) Não transportar ou trazer consigo objetos ou substâncias proibidos ou suscetíveis de gerar ou possibilitar atos de violência;
- f) Não ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas, de caráter racista ou xenófobo;
- g) Não praticar atos violentos ou que incitem à violência, ao racismo, à xenofobia, à intolerância nos espetáculos musicais, a qualquer forma de discriminação ou que traduzam manifestações de ideologia política, incluindo a entoação de cânticos;
- h) Consentir na revista pessoal de prevenção e segurança, com o objetivo de detetar e impedir a entrada de objetos e substâncias proibidos ou suscetíveis de gerar ou possibilitar atos de violência;
- i) Não transportar material produtor de fogo-de-artifício, quaisquer engenhos pirotécnicos, fumígenos ou produtores de efeitos análogos, bem como produtos explosivos, nos termos da lei em vigor
- j) Não transportar megafones, buzinas e outros instrumentos produtores de ruídos, por percussão mecânica e de sopro;
- k) Não transportar dispositivos luminosos do tipo lazer;
- l) Não transportar materiais comerciais ou promocionais, salvo os cedidos pelo promotor à entrada do espetáculo;
- m) Não transportar câmaras de vídeo ou outro equipamento de gravação vídeo ou máquinas fotográficas com objetivas de longo alcance, exceto para uso privado e apenas com um conjunto de baterias de substituição ou recarregáveis.

2 - É vedado o acesso ao *Recinto* a todos os espetadores que não cumpram o previsto no n.º 1, excetuando quando se trate de objetos que sejam auxiliares das pessoas com deficiência e ou incapacidades.

3 - As autoridades policiais destacadas para o espetáculo musical podem submeter a testes de controlo de alcoolemia ou de outras substâncias tóxicas os indivíduos que apresentem indícios de estarem sob a influência das mesmas, bem como os que manifestem comportamentos violentos ou que coloquem em perigo a segurança desse mesmo espetáculo musical.

4 - É vedado o acesso ao *Recinto* àqueles cujos testes se revelem positivos e a todos os que recusem submeter -se aos mesmos.

5 - Os assistentes de recinto de espetáculos podem, nas áreas definidas para o controlo de acessos, efetuar revistas pessoais de prevenção e segurança aos espetadores, nos termos da legislação aplicável ao exercício da atividade de segurança privada, com o objetivo de impedir a introdução no *Recinto* de objetos ou substâncias proibidos, suscetíveis de possibilitar ou gerar atos de violência.

Permanência de espetadores no recinto

1 -São condições de permanência dos espetadores no *Recinto*:

- a) A observância das normas do presente Plano de Prevenção e Segurança;
- b) Não ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas, violentas, de caráter racista ou xenófobo, intolerantes nos espetáculos musicais, que incitem à violência ou a qualquer outra forma de discriminação, ou que traduzam manifestações de ideologia política;
- c) Não obstruir as vias de acesso e evacuação, especialmente as vias de emergência;
- d) Não praticar atos violentos, que incitem à violência, ao racismo ou à xenofobia, à intolerância nos espetáculos musicais, a qualquer outra forma de discriminação, ou que traduzam manifestações de ideologia política;
- e) Não entoar cânticos racistas ou xenófobos ou que incitem à violência, à intolerância nos espetáculos musicais, a qualquer outra forma de discriminação, ou que traduzam manifestações de ideologia política;
- f) Não aceder às áreas de acesso reservado ou não destinadas ao público, nomeadamente ao palco, camarins e produção;
- g) Não arremessar quaisquer objetos no interior do *Recinto*;
- h) Não utilizar material produtor de fogo-de-artifício, quaisquer engenhos pirotécnicos, fumígenos ou produtores de efeitos análogos, bem como produtos explosivos, nos termos da lei em vigor;
- i) Não utilizar megafones, buzinas e outros instrumentos produtores de ruídos, por percussão mecânica e de sopro;
- j) Não utilizar dispositivos luminosos do tipo lazer;
- k) Usar de correção, moderação e respeito relativamente aos organizadores do espetáculo musical, bandas, músicos, agentes, espetadores, autoridades públicas, elementos da comunicação social e outros intervenientes no espetáculo musical;
- l) Não aceder às estruturas e instalações não destinadas à utilização do público, vedações, barreiras, postes de iluminação, plataformas para câmaras, árvores, mastros ou qualquer tipo de coberturas, resguardos e outros aparelhos ou estruturas;
- m) Não escrever, pintar ou afixar, seja o que for, no *Recinto*;
- n) Não vender bens ou bilhetes, distribuir material impresso ou desenvolver qualquer outra atividade promocional ou comercial, sem a prévia autorização do Promotor;
- o) Não gravar, transmitir ou difundir sons, imagens, descrições dos espetáculos musicais, no todo ou em parte, através de qualquer meio ou ajudar quaisquer pessoas na realização destas atividades, salvo quando para uso exclusivamente privado;
- p) Não deitar lixo para o chão.

2 - O incumprimento das condições previstas no número anterior implica o afastamento imediato do *Recinto*, a efetuar pelas forças de segurança ou assistentes de recinto de espetáculos, sem prejuízo de outras sanções eventualmente aplicáveis.

3 - A PSP, sempre que tal se mostre necessário, pode proceder a revistas aos espetadores, por forma a evitar a existência no *Recinto* de objetos ou substâncias proibidas ou suscetíveis de possibilitar atos de violência.

CAPÍTULO IV - COMUNICAÇÃO SOCIAL

Local, acreditação e circulação

- 1 - Os profissionais dos órgãos de comunicação social desenvolvem a sua atividade profissional em locais pré-definidos pela organização.
- 2 – Os operadores de câmara e os fotógrafos realizam a recolha de imagem em locais pré-definidos pela organização.
- 3 - Os profissionais dos órgãos de comunicação social, para o exercício da sua atividade *no Recinto*, devem estar devidamente acreditados.
- 4 - Salvaguardadas as medidas de segurança e as regras do espetáculo musical que condicionam o acesso a algumas zonas, é livre a circulação dos profissionais dos órgãos de comunicação social pelo Recinto, quando tal se mostrar necessário ao exercício da sua atividade profissional.



PLANO DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA

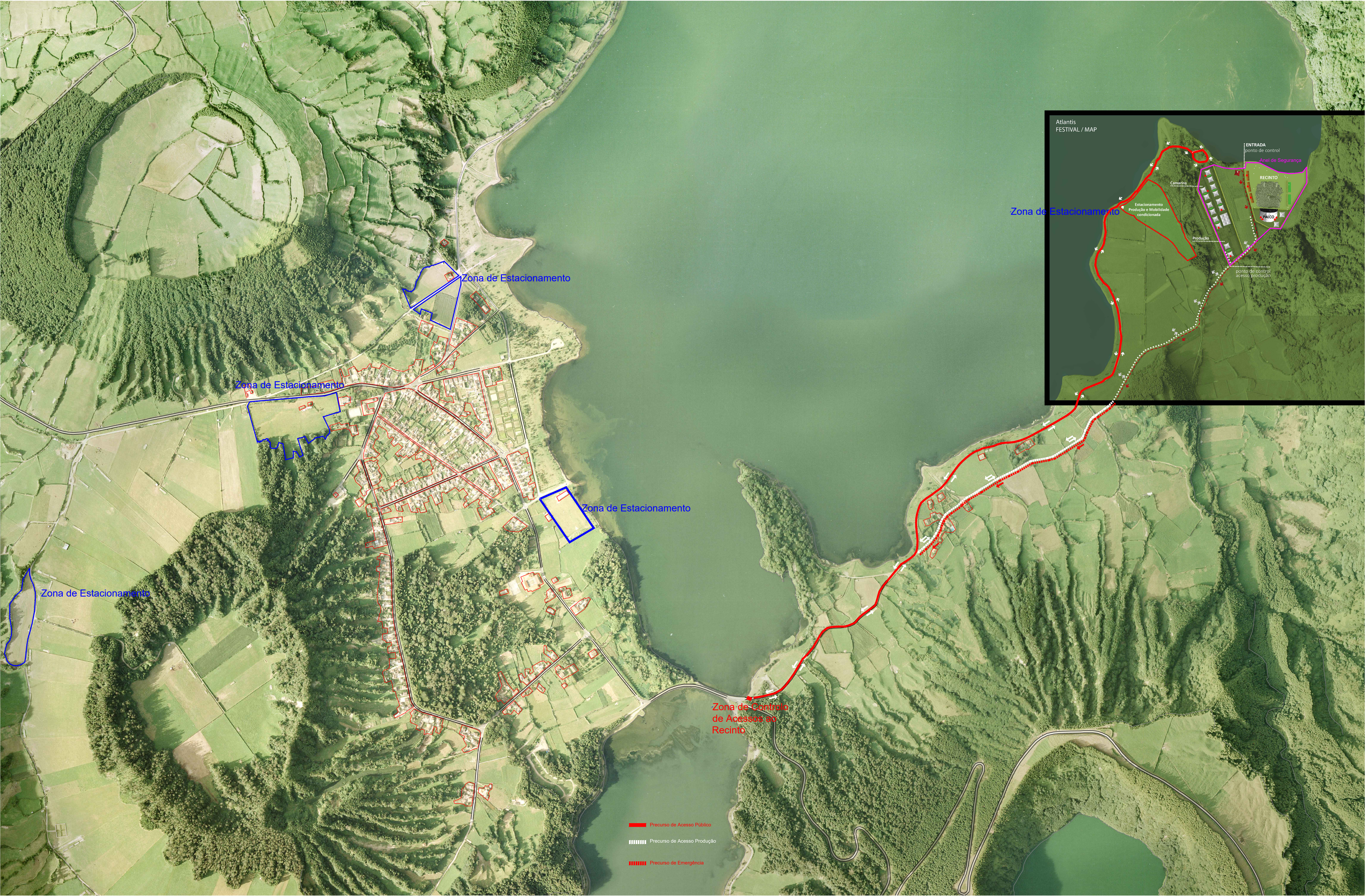
ANEXO I PLANTAS

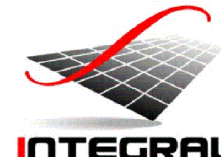
ATLANTIS CONCERT FOR EARTH

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo I
PLANTAS	Pág. 2

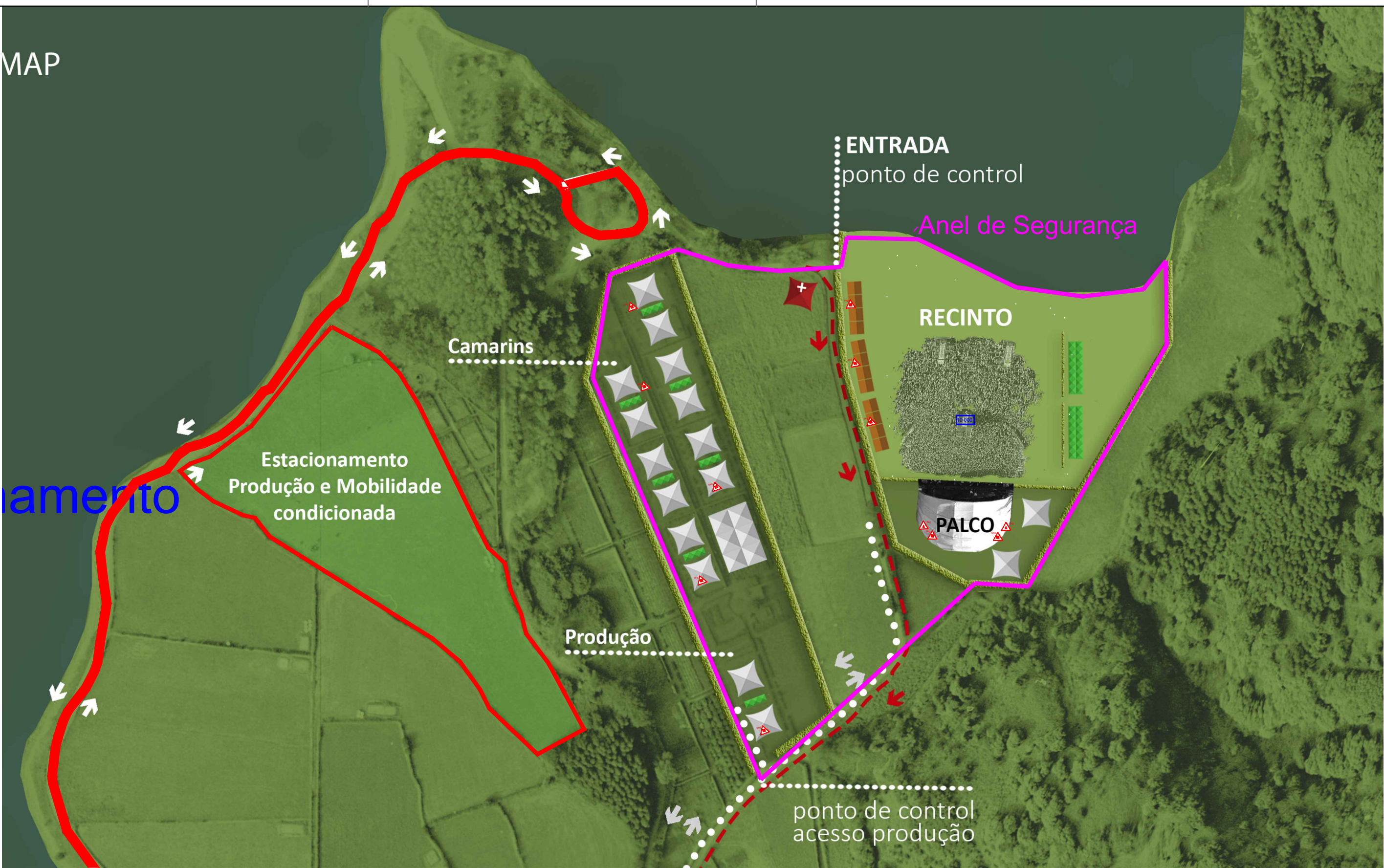
No presente anexo são juntas as seguintes plantas:

- Planta 1: Localização e acesso ao recinto. Circuitos de circulação das viaturas das forças de segurança e de emergência. Parques de estacionamento para o público.
- Planta 2: Composição do Recinto. Anel de segurança. Meios de combate a incêndios.



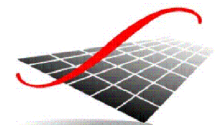
TÉCNICOS		TITULAR		REVISÕES / ANOTAÇÕES		DIRETOS	
MARCOS AVILA		Atlantis Entertainment - Concert for Earth		DESIGNAÇÃO / TÍTULO		ESCALAS	DATA
		PROJECTO		-		-	Abril 2022
Atlantis - Concert for Earth		Sete Cidades - Ponta Delgada		ATLANTIS - FESTIVAL		DESENHO N.º	
				PLANTA DE IMPLANTAÇÃO		MAP-01	
						SUBSTITUI:	

MAP



Extintor de Pó Químico ABC
Extintor de CO₂



TÉCNICOS		TITULAR		REVISÕES / ANOTAÇÕES		DIREITOS	
MARCO ÁVILA							
 INTEGRAL Estudos de Engenharia, Lda. RUA PADRE JOSÉ JOAQUIM REBELO, 10 9500-782 PONTA DELGADA SÃO MIGUEL - AÇORES TEL/FAX: 296 653 305 m.avila@sapo.pt		Atlantis Entertainment - Concert for Earth		DESIGNAÇÃO / TÍTULO		ESCALAS	DATA
		PROJECTO		ATLANTIS - FESTIVAL PLANTA DE IMPLANTAÇÃO E ACESSOS AO RECINTO MEIOS MOVEIS DE COMBATE A INCÊNDIOS		S/E	Abril 2022
		Atlantis - Concert for Earth				DESENHO N.º	
		Sete Cidades - Ponta Delgada				MAP-02	
						SUBSTITUI:	



PLANO DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA

ANEXO II MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO

ATLANTIS CONCERT FOR EARTH

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 2

ÍNDICE

1.	DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS	5
1.1.	APROVAÇÃO	5
1.2.	TERMO DE RESPONSABILIDADE	6
1.3.	ENQUADRAMENTO LEGAL	7
1.4.	MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	7
1.5.	OBJETIVOS DAS MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	8
1.6.	LISTA DE PÁGINAS EM VIGOR	8
1.7.	ORGANIZAÇÃO DAS MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO.....	8
1.8.	VISTORIA.....	9
1.9.	INSPEÇÃO	9
1.10.	LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DAS MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO.....	9
1.11.	DIVULGAÇÃO DAS MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	9
1.12.	FORMAÇÃO.....	10
1.13.	GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS.....	10
2.	RISCOS	11
2.1.	IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	11
2.2	ANÁLISE DOS RISCOS.....	11
2.2.1	Incêndio	11
2.2.2	Colapso de estrutura	12
2.2.3	Falta de iluminação no Recinto	12
2.2.4	Sismo	12
2.2.5	Tempestades tropicais e furacões	12
2.2.6	Acidente.....	13
2.2.7	Doença súbita	13
2.2.8	Ato de violência	13
2.2.9	Ameaça de bomba	13
2.2.10	Terrorismo.....	13
2.2.	NÍVEIS DE GRAVIDADE.....	14
2.3.	PONTOS PERIGOSOS E PONTOS NEVRÁLGICOS.....	15
2.3.1.	Pontos perigosos.....	15

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 3

2.3.2.	Pontos nevrálgicos.....	15
3.	PLANO DE EMERGÊNCIA INTERNO	16
3.1.	ORGANIZAÇÃO DA SEGURANÇA EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA.....	16
3.1.1.	Organograma da estrutura de segurança.....	16
3.1.2.	Atribuições	18
3.1.3.	Membros da estrutura de segurança	19
3.2.	COMUNICAÇÕES	20
3.3.	ENTIDADES A CONTATAR EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA	20
3.4.	PLANO DE ATUAÇÃO	21
3.4.1.	INCÊNDIO	21
3.4.1.1.	Ativação dos procedimentos de atuação	21
3.4.1.2.	Deteção de um incêndio.....	21
3.4.1.3.	Difusão de alarme e alerta	21
3.4.1.4.	Chefia e coordenação das operações.....	22
3.4.1.5.	Ativação dos Elementos de Intervenção	22
3.4.1.6.	Prestação de primeiros socorros	22
3.4.1.7.	Apoio à intervenção externa.....	22
3.4.1.8.	Reposição das condições de segurança	22
3.4.2.	ACIDENTE GRAVE.....	23
3.4.2.1.	Alerta.....	23
3.4.2.2.	Área de concentração de feridos	23
3.4.2.3.	Socorristas	23
3.4.2.4.	Comando das operações de socorro.....	24
3.4.2.5.	Parque de ambulâncias	24
3.4.2.6.	Corredor de evacuação	24
3.4.2.7.	Mortes	24
3.4.2.8.	Fim da emergência	25
3.4.3.	AMEAÇA DE BOMBA.....	25
3.5.	PLANO DE EVACUAÇÃO	26
3.5.1.	Procedimentos gerais	26
3.5.2.	Auxilio a pessoas com capacidade limitada	26
3.5.3.	Confirmação da evacuação	26

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 4

3.5.4.	Procedimentos de atuação	26
4.	PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO.....	29
4.1.	PROCEDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS	29
a.	Acessibilidade dos meios de socorro ao Recinto.....	29
b.	Acessibilidade dos veículos dos bombeiros aos meios de abastecimento de água	29
c.	Praticabilidade dos caminhos de evacuação	29
d.	Acessibilidade aos meios de intervenção em caso de emergência	30
e.	Limpeza e arrumação	30
f.	Segurança na manipulação e armazenamento de matérias perigosas	30
g.	Segurança nos trabalhos de manutenção das instalações.....	31
4.2.	PROCEDIMENTOS EXPLORAÇÃO, UTILIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES TÉCNICAS	31
4.3.	PROCEDIMENTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE SEGURANÇA.....	32
5.	REGISTOS DE SEGURANÇA	33
5.1.	RELATÓRIOS DE VISTORIA, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS	33
5.2.	RELATÓRIOS DE ANOMALIAS E MANUTENÇÃO NAS INSTALAÇÕES TÉCNICAS	33
5.3.	RELATÓRIOS DE ANOMALIAS E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS SISTEMAS DE SEGURANÇA.....	33
5.4.	RELATÓRIOS DE OCORRÊNCIAS RELACIONADAS COM A SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS	34
5.5.	RELATÓRIOS DE INTERVENÇÃO DOS BOMBEIROS E OUTRAS ENTIDADES.....	34
5.6.	RELATÓRIOS DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO	34

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 5

1. DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS

1.1. APROVAÇÃO

A Atlantis Entertainment, na qualidade promotor do Atlantis, Concert for Earth, assume a segurança dos espetadores como elemento primordial a ter em conta na gestão dos espetáculos musicais.

Os objetivos fundamentais da Atlantis Entertainment no âmbito da segurança são a prevenção de todo o tipo de acidentes e situações de emergência, bem como a mitigação das consequências daqueles que, eventualmente venham a ocorrer.

O presente documento é o Anexo II ao Plano de Prevenção e Segurança do Atlantis, Concert for Earth. É um instrumento de resposta a situações de emergência que possam ocorrer no *Recinto* durante a realização dos espetáculos musicais, elaborado ao abrigo das alíneas f) e g) da Portaria n.º 102/2024, de 15 de maio na sua redação atual e artigo 31º do Anexo II ao RT-SCIE.

A Atlantis Entertainment manifesta o seu compromisso para com a segurança durante a realização dos espetáculos musicais e, em conformidade, aprova a presente versão das Medidas de Autoproteção para o Atlantis, Concert for Earth.

Ponta Delgada, ____ de _____ de 2022

Assinatura:

O Responsável de Segurança

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 6

1.2. TERMO DE RESPONSABILIDADE

Armando José Furtado de Amaral, Engenheiro Técnico Civil, residente
 Concelho de Ponta Delgada, membro efetivo e
 com plenos direitos na Ordem dos Engenheiros Técnicos, com o *projetista da 3ª e 4ª*
 Categoria de Risco, registado na Autoridade Nacional de Proteção Civil com o **declara**
 por sua honra e responsabilidade profissional, que as **Medidas de Autoproteção do Atlantis,**
Concert for Harth, a realizar nos dias 22 de 23 de Julho de 2022, no Canto dos Carneiros,
 Cerrado das Freiras, na freguesia das Sete Cidades, concelho de Ponta Delgada, elaborado ao
 abrigo das alíneas f) e g) da Portaria n.º 102/2024, de 15 de maio, na sua redação atual e artigo
 31º do Anexo II ao RT-SCIE, se observam, com as normas técnicas e regulamentares aplicáveis,
 designadamente a Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro.

O TÉCNICO

Assinado por : **ARMANDO JOSÉ FURTADO DE**
AMARAL
 Num. de Identificação: B1070236631
 Data: 2022.04.13 20:33:13+00'00'



Armando José Furtado de Amaral
 (Dr. e Eng.º Técnico Civil)

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 7

1.3. ENQUADRAMENTO LEGAL

Determina a alínea f) do artigo 4.º da Portaria n.º 102/2024, de 15 de maio, na sua redação atual, a elaboração de um Plano de Emergência Interno, prevendo e definindo, designadamente a atuação dos assistentes de recinto de espetáculos.

Com a atualização do RT-SCIE, é acrescido ao mesmo o Anexo II com as condições de segurança contra incêndio em recintos itinerantes ou provisórios.

O artigo 31.º - Medidas de autoproteção, do anexo acima referido, determina para o presente *Recinto* a implementação de medidas de autoproteção constituídas por registos de segurança, procedimentos de prevenção e plano de emergência interno.

Desta forma, sendo exigido pelo RT-SCIE outras medidas além do Plano de Emergência Interno determinado pela Portaria n.º 102/2024, de 15 de maio, o presente documento tem a designação de Medidas de Autoproteção do Atlantis, Concert for Earth.

As presentes MAP encontram-se elaboradas, com as devidas adaptações, de acordo com as disposições legais relativas à segurança contra incêndios em edifícios, a saber:

- Portaria n.º 63/2015, de 20 de maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores o Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios;
- Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, que aprova o Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios (RT-SCIE), com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 135/2020, de 2 de junho;
- Nota Técnica n.º 21 – Planos de Segurança, da Autoridade Nacional de Proteção Civil, que estabelece a estrutura para os Planos de Segurança Internos.

1.4. MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO

As MAP são um conjunto de medidas de organização e gestão da segurança na resposta à ocorrência de um incêndio e de outras situações de emergência, essas últimas, apenas nas vertentes de evacuação e socorro às vítimas, durante a realização de espetáculos do Atlantis, Concert for Earth.

Não faz parte do presente documento a resposta das forças de segurança e dos assistentes de recinto de espetáculos a situações de violência, racismo, xenofobia e intolerância nos espetáculos musicais, cuja atuação se rege no quadro das suas atribuições e competências definidas na Lei e regulamentos internos.

O *Recinto* é de utilização-tipo VI “espetáculos e reuniões públicas”, da 2.ª categoria de risco (recinto ao ar livre e efetivo superior a 1 000 e inferior a 15 000).

De acordo com o estabelecido no artigo 31.º do Anexo II do Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndio em Edifícios, as MAP são constituídas pelos registos de segurança, procedimentos de prevenção e pelo plano de emergência, as quais se deve juntar um

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 8

documento com a demonstração do cumprimento das condições técnicas de segurança contra incêndio previstas para os recintos itinerantes ou provisórios.

1.5. OBJETIVOS DAS MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO

São objetivos gerais das presentes MAP:

- A preservação da vida humana;
- Sistematizar a evacuação enquadrada das pessoas que se encontram em risco;
- Limitar a propagação e as consequências dos incêndios;
- Organizar os meios humanos a nível interno, tendo em vista a atuação em situação de emergência;
- Permitir a intervenção eficaz dos meios de socorro internos e externos.

1.6. LISTA DE PÁGINAS EM VIGOR

As páginas em vigor das MAP são as constantes do Quadro 1.

Quadro 1 – Lista de páginas em vigor

Capítulos	Designação	Páginas	Revisão em vigor
I	Disposições Administrativas	5 – 10	0
II	Riscos	11 – 15	0
III	Plano de Emergência Interno	16 – 28	0
IV	Procedimentos de Prevenção	29 – 32	0
V	Registos de Segurança	33 – 34	0

1.7. ORGANIZAÇÃO DAS MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO

Não obstante de o presente documento ser o Anexo II do Plano de Prevenção e Segurança do Atlantis, Concert for Earth, do qual faz parte integrante, sendo um documento de trabalho e consulta, o mesmo pode constar de uma pasta própria de argolas, o que permite uma fácil leitura e pesquisa dos seus conteúdos.

As MAP são constituídas por um corpo principal, dividido em capítulos e por apêndices, os quais incluem informação mais detalhada acerca de um assunto, registo ou procedimento.

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 9

Os apêndices são designados por letras e números, sendo que cada letra se relaciona com um capítulo das MAP e cada número, possui uma sequência linear, de acordo com a ordem com que surgem no corpo principal do presente documento.

A organização dos apêndices está definida da seguinte forma:

Ax – Disposições Administrativas;

Bx – Organização de Segurança;

Cx – Procedimentos de Atuação;

Dx – Registos de segurança;

Ex – Plantas.

Cada folha é impressa apenas numa página, ficando o verso em branco.

As MAP podem constar em ficheiro informático, desde que se encontre acessível à estrutura de segurança referida no capítulo III, se o promotor assim o entender.

1.8. VISTORIA

Quando haja lugar a vistoria para efeitos de autorização de funcionamento do *Recinto*, na mesma é apreciado o cumprimento das condições de segurança contra incêndio no mesmo, nomeadamente a verificação e implantação das medidas de autoproteção e das condições técnicas de SCIE previstas no Anexo II do RT-SCIE.

1.9. INSPEÇÃO

O Recinto durante o seu funcionamento está sujeito a inspeção extraordinária a realizar pelo SRPCBA.

O promotor deve assegurar a regularização das condições que não se encontram conformes, dentro do prazo afixado no relatório de inspeção do SRPCBA.

1.10. LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DAS MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO

A lista de distribuição das MAP com a indicação da entidade ou pessoa recetora, data e rubrica da receção, número do exemplar e versão do documento encontra-se no Apêndice A1.

1.11. DIVULGAÇÃO DAS MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO

A divulgação das MAP para a Organização de Segurança é feita através de ações de sensibilização/formação.

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 10

1.12. FORMAÇÃO

Os elementos pertencentes à Força de Segurança, os Assistentes de Recinto de Espetáculos, o Gestor de Segurança, os elementos da produção e outros elementos que trabalham no *Recinto*, nomeadamente nos quiosques de comes e bebes devem possuir sensibilização/formação nomeadamente para:

- Familiarização com os espaços do *Recinto* e identificação dos respetivos riscos;
- Cumprimento dos procedimentos de alarme;
- Cumprimento dos procedimentos gerais de atuação em caso de emergência;
- Atuação em caso de evacuação;
- Instrução das técnicas básicas de utilização de extintores.

A familiarização com os espaços do *Recinto*, designadamente as vias de evacuação e a localização dos meios de combate a incêndio e primeiros socorros, para os elementos pertencentes à Força de Segurança e os ARE pode ocorrer no próprio dia do espetáculo musical, antes da abertura ao público do *Recinto*.

Devem receber formação específica os elementos que possuem atribuições especiais de atuação em caso de emergência, designadamente o Comandante da Força de Segurança, o Gestor de Segurança e o Coordenador de Segurança, nomeadamente para:

- A direção das operações de emergência;
- A emissão do alerta;
- A atuação nas diferentes situações de emergência previstas no PEI;
- A receção e encaminhamento dos meios externos de reforço das Forças de Segurança e de Proteção Civil.

1.13. GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS

A descrição dos termos técnicos adotados nas MAP e de outros conceitos considerados convenientes para uma melhor compreensão da segurança contra incêndio, encontram-se no Apêndice A2.

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 11

2. RISCOS

2.1. IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS

O presente documento é aplicável às situações de emergência resultantes da ocorrência de riscos que possam causar lesões às pessoas presentes no *Recinto*, durante a realização dos espetáculos musicais, os quais se encontram abaixo identificados.

Embora raro em espetáculos musicais, verifica-se a nível mundial a ocorrência de situações de emergência das quais resultam feridos e mortes, na sua maioria relacionadas com incêndio, sobrelotação, colapso de estruturas ou atos de violência.

Riscos tecnológicos

- Incêndio;
- Colapso de estrutura;
- Falta de iluminação no Recinto.

Riscos naturais

- Sismo;
- Tempestades tropicais e furacões.

Riscos de saúde

- Acidente;
- Doença súbita.

Riscos sociais

- Ato de violência;
- Ameaça de bomba;
- Terrorismo.

2.2 ANÁLISE DOS RISCOS

2.2.1 Incêndio

Avalia-se de baixo a probabilidade de ocorrência de um incêndio no *Recinto*. Contudo, a sua ocorrência pode verificar-se em qualquer parte do *Recinto*, nomeadamente no palco, nos quiosques de comes e bebidas ou em parque de estacionamento com incêndio em viatura (s).

As causas mais prováveis de um incêndio são as abaixo indicadas, nas quais se dá alguns exemplos:

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 12

- Utilização pelos espetadores de substâncias inflamáveis, explosivas ou pirotécnicas, fogo-de-artifício, ou foguetes luminosos (very-light);
- Ter origem elétrica, designadamente em aparelhos elétricos defeituosos ou mal utilizados, sobreaquecimento devido a contacto elétrico imperfeito ou a curto-circuito;
- Resultar de ato de vandalismo.

2.2.2 Colapso de estrutura

Para o *Recinto* avalia-se de baixo o risco de colapso de estruturas, podendo ocorrer com o derrubo de vedações de delimitação do Recinto, dos quiosque de comes e bebes devido à pressão exercida sobre os mesmos na sequência de sobrelotação, evacuação descontrolada e/ou falta de manutenção da estrutura colapsada, caso do palco.

2.2.3 Falta de iluminação no Recinto

Avalia-se de média a probabilidade de ocorrência de situação de emergência relacionada com a falta de iluminação do *Recinto*, durante a realização de um espetáculo musical em período noturno. Tal pode ocorrer com a falha do abastecimento do grupo gerador ou com avaria do mesmo, nomeadamente na sequência de um sismo forte ou incêndio. O *Recinto* pode ficar privado de iluminação, o que pode potenciar uma evacuação descontrolada.

2.2.4 Sismo

Devido ao enquadramento geodinâmico da ilha de S. Miguel, situada no limite das placas tectónicas da Eurásia e Núbia, a mesma está sujeita a uma elevada atividade sísmica, com génese nas atividades tectónica e vulcânica, quase permanente, por vezes com picos de intensidade microssísmica muito elevado. Com a ocorrência de um sismo pode ocorrer uma serie de acidentes, nomeadamente a queda objetos, colapso de estruturas e incêndios, os quais podem originar lesões e potenciar o pânico dos espetadores.

2.2.5 Tempestades tropicais e furacões

Os Açores são visitados com frequência por tempestades tropicais, algumas das quais assumam uma intensidade elevada, passando a serem designadas de furacões. O padrão da ocorrência desses eventos situa-se nos meses de agosto a outubro, podendo também surgir desde meados de junho até dezembro.

Associados a estes eventos estão ventos e chuvas fortes. Os ventos fortes são suscetíveis de provocarem danos materiais, resultantes da remoção, entre outros, de coberturas, vedações, árvores e objetos, bem como a quebra de vidros. Da projeção destes elementos pode resultar lesões corporais nos espetadores.

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 13

A saída precipitada e não enquadrada dos espetadores pode potenciar a ocorrência de acidentes, nomeadamente por empurrões, quedas ao mesmo nível, esmagamento e espezinhamento.

2.2.6 Acidente

Estão sujeitos a acidentes todas as pessoas presentes no *Recinto*, nomeadamente os espetadores, os elementos da produção, os ARE e os agentes das forças de segurança.

As causas dos acidentes são múltiplas. Os acidentes podem resultar entre outros, de lesões ocorridas de quedas ao mesmo nível em deslocações no *Recinto*, bem como de atos de violência, ocorrência de riscos naturais, colapso de estruturas e do pânico.

2.2.7 Doença súbita

Caso em que a pessoa é acometida de doença que aparenta exigir intervenção hospitalar, nomeadamente, dor no peito, falta de ar, perda de conhecimento e outras situações de perigo de vida.

2.2.8 Ato de violência

A violência é um comportamento que causa dano a outra pessoa, seja à sua integridade física ou psicológica ou até à própria vida. É o uso excessivo de força, além do necessário ou esperado.

Pode ser praticado individualmente ou em grupo. Uma provocação, um ato resultante do consumo abusivo de álcool ou do uso de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, pode gerar uma situação de tensão e levar a uma reação imediata de violência e brutalidade.

2.2.9 Ameaça de bomba

A ameaça de bomba consiste na comunicação, geralmente por telefone ou telemóvel, de que foi colocada uma bomba no *Recinto* e, por vezes, acrescentando que a mesma irá rebentar a uma determinada hora.

Avalia-se de muito baixa a probabilidade da sua ocorrência. A se verificar, pode ser uma brincadeira. No entanto, à partida, não se pode excluir a possibilidade de uma efetiva ação terrorista.

2.2.10 Terrorismo

Terrorismo é o ato de provocar terror nas pessoas através do uso da violência física ou psicológica, com o intuito de intimidar uma sociedade e impingir ideologias fundamentalistas, sejam elas políticas, religiosas ou de outra natureza.

Avalia-se de muito baixa a probabilidade da sua ocorrência por Portugal não ser um alvo prioritário dos grupos extremistas e porque em S. Miguel a ação terrorista não tem a divulgação ampliada pelos órgãos de comunicação mundiais ao contrário de uma grande metrópole.

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 14

2.2. NÍVEIS DE GRAVIDADE

Para efeitos de ativação do Plano de Emergência Interno, os riscos são enquadrados em 3 níveis.

Nível 1

Trata-se do nível de menor gravidade de uma situação de emergência, sem a ocorrência de vítimas. Corresponde a uma emergência de dimensões reduzidas e está confinada ao local onde teve origem, não ameaçando áreas contíguas.

Não é necessária a ativação do PEI.

Incluem-se neste nível os riscos de saúde acidentes e doenças súbitas.

Nível 2

Corresponde a uma situação de emergência a qual pode ter uma certa dimensão, não é suscetível de extravasar o local onde tem origem, não ameaçando áreas contíguas ou locais das proximidades.

Pode verificar-se vítimas, embora em pequeno número e de baixa gravidade.

Pode ser necessário ativar o PEI.

Nível 3

Nível mais grave previsto no PEI. Corresponde a uma situação de emergência que assume grandes proporções, fica fora de controlo, ameaça áreas vizinhas podendo causar graves consequências.

Verifica-se um número elevado de vítimas, com diferentes níveis de gravidade, podendo ocorrer mortes.

Deve ser ativado o PEI.

Para efeitos do presente documento, considera-se **acidente grave** a ocorrência de uma situação de emergência da qual resulte vítimas com necessidade de assistência pré-hospitalar em número igual ou superior a 4 ou a ocorrência de morte.

O quadro seguinte sintetiza a ativação do PEI em função dos níveis de gravidade.

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 15

ATIVACÃO DO PEI EM FUNÇÃO DOS NÍVEIS DE GRAVIDADE				
RISCOS		NÍVEL DE GRAVIDADE		
		<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Tecnológicos	Incêndio	√	√	√
	Colapso de estrutura		√	
	Falta de iluminação		√	√
Naturais	Sismos	√	√	√
	Tempestades e furacões		√	√
Saúde	Acidente	√		
	Doença súbita	√		
Sociais	Ato de violência	√	√	√
	Ameaça de bomba			√
	Ato terrorismo			√
Vários	Acidente grave			√

2.3. PONTOS PERIGOSOS E PONTOS NEVRÁLGICOS

2.3.1. Pontos perigosos

No *Recinto* não foram identificados pontos perigosos.

2.3.2. Pontos nevrálgicos

No *Recinto* foi identificado como ponto nevrálgico o grupo gerador de emergência.

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 16

3. PLANO DE EMERGÊNCIA INTERNO

3.1. ORGANIZAÇÃO DA SEGURANÇA EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

A Atlantis Entertainment na qualidade de promotor do Atlantis, Concert for Earth, assume a responsabilidade pela segurança do *Recinto*, sem prejuízo das competências e atribuições legais da PSP. Para o efeito assegura a presença das seguintes entidades:

- Polícia de Segurança Pública;
- Assistentes de recinto de espetáculos, nos termos previstos no regime jurídico da segurança privada;
- Bombeiros, com uma tripulação de ambulância de socorro.

Compete ainda ao promotor a designação do Gestor de Segurança.

Desempenham ainda tarefas no âmbito da resposta a uma situação de emergências os funcionários contratados pelo promotor para o *Recinto*.

Para a resposta a situações de emergência que ocorram no *Recinto* e anel de segurança a organização de segurança adotada pelo promotor do espetáculo é a indicada nos pontos seguintes.

3.1.1. Organograma da estrutura de segurança

Para a realização do espetáculo musical o organograma hierárquico da estrutura de segurança é abaixo indicado, sendo as relações entre entidades as seguintes:

Relação hierárquica —————

Relação de coordenação - - - - -

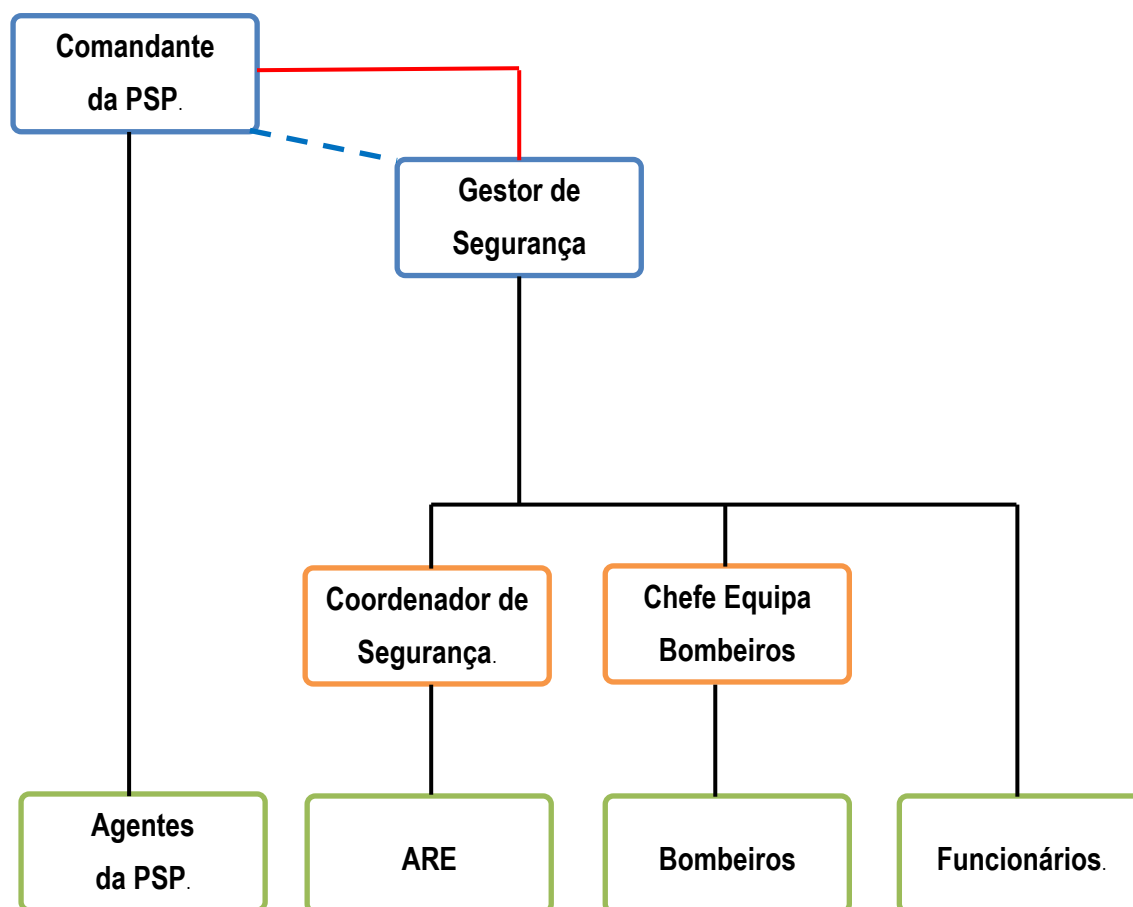
Relação hierárquica para a evacuação e assunção da responsabilidade pela segurança pelo Comandante da PSP presente no *Recinto* ————

Na ausência de legislação específica aplicável a eventos musicais, aplica-se subsidiariamente pontos 9 e 10 do artigo 13.º do regime jurídico da segurança e combate ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos.

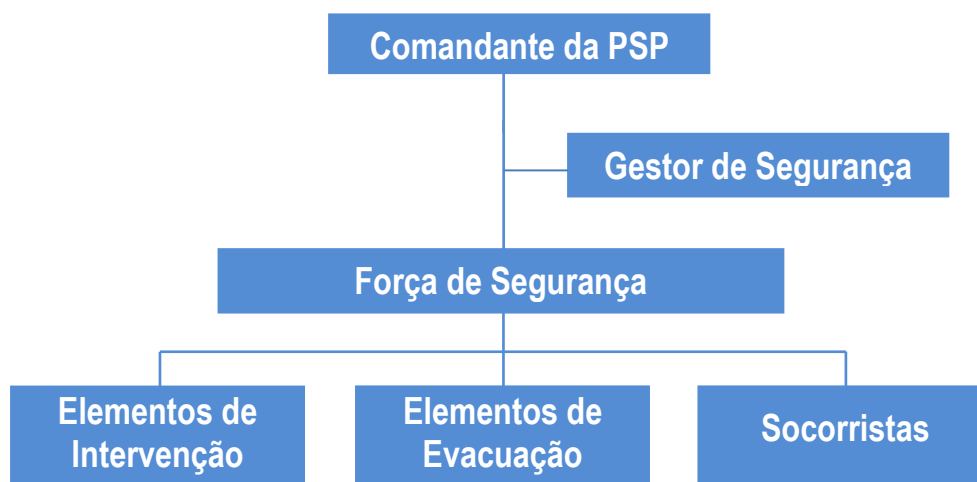
“O comandante da força de segurança presente no local pode, no decorrer do espetáculo desportivo, assumir, a todo o tempo, a responsabilidade pela segurança do recinto desportivo sempre que a falta desta determine a existência de risco para pessoas e instalações”.

“A decisão de evacuação, total ou parcial, do recinto desportivo cabe, exclusivamente, ao comandante da força de segurança presente no local”.

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 17



Para a resposta a situações de emergência no âmbito da ativação do PEI a estrutura de segurança é a seguinte:



Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 18

3.1.2. Atribuições

As atribuições dos elementos da estrutura de segurança para resposta a situações de emergência no âmbito da ativação do PEI, sem prejuízo das competências e atribuições próprias estabelecidas por lei, são as abaixo indicadas.

Comandante da PSP

- Ao assumir a responsabilidade pela segurança no *Recinto* comunica de imediato o fato à estrutura de segurança.
- Comanda todas as ações da Força de Segurança.
- Decide sobre a evacuação total ou parcial do *Recinto*.
- Solicita ou manda solicitar o reforço de meios, designadamente PSP e bombeiros, entre outros.
- Colabora na receção do socorro externo, disponibilizando todas as informações e colaboração necessárias à sua intervenção.

Gestor de Segurança (é o Delegado de Segurança, nos termos do RT-SCIE)

- Disponibiliza-se junto do Comandante da PSP para as ações que este entender.
- Transmite orientações do Comandante da PSP aos funcionários e outros elementos da estrutura de segurança.

Coordenador de Segurança

É o responsável operacional pelo enquadramento e orientação dos ARE.

Elementos de Intervenção

Os Elementos de Intervenção são constituídos pelos agentes da PSP e pelos ARE.

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio, em caso de intervenção da PSP, a segurança privada deve colocar os seus meios humanos e materiais à disposição e sob a direção do Comandante da PSP.

Atuam em conformidade com as ordens do Comandante da PSP e os Procedimentos de Segurança estabelecidos para os riscos de incêndio e de outras situações de emergência, nomeadamente:

- Dar o alarme e atuar de imediato sobre os focos de incêndio, eliminando-os;

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 19

- b) Quando não for possível executar, em segurança, o disposto no ponto anterior, criar um perímetro de segurança na área sinistrada até à chegada de auxílio externo.

Elementos de Evacuação

Os Elementos de Evacuação são constituídos pelos agentes da PSP e pelos ARE não empenhados como Elementos de Intervenção.

Atuam em conformidade com as ordens do Comandante da PSP e os Procedimentos de Segurança estabelecidos para a evacuação ordenada dos espaços considerados em risco pelo Comandante da PSP, assim como para a realização de outras operações, nomeadamente:

- Assegurar o encaminhamento rápido e seguro de todos os espetadores para o exterior do Recinto ou zona de segurança temporária, em caso de evacuação geral;
- Assegurar o encaminhamento rápido e seguro dos intervenientes no espetáculo desportivo, referidos no ponto 5.1.1, para o Ponto de Encontro;
- Auxiliar a evacuação de pessoas com mobilidade condicionada;
- Confirmar a evacuação total dos espaços e assegurar que ninguém a eles regressa.

Os elementos da Força de Segurança devem estar aptos a realizar tarefas no âmbito da intervenção como da evacuação, para além das tarefas que lhes são inerentes. Em caso de incêndio, os elementos mais próximos do foco do incêndio combatem o mesmo e os restantes elementos, orientam a evacuação, auxiliam na evacuação de pessoas com mobilidade condicionada.

Socorristas

Os socorristas são constituídos pela tripulação da ambulância de socorro.

Prestam o socorro pré-hospitalar e o transporte dos acidentados para o hospital.

Funcionários

Os funcionários efetuam as tarefas determinadas pelo Gestor de Segurança no âmbito da resposta a situações de emergência.

3.1.3. Membros da estrutura de segurança

A lista com a identificação dos membros da estrutura de segurança, bem como dos respetivos substitutos, cujo modelo se encontra no Apêndice B1, deve ser junta às MAP neste apêndice.

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 20

3.2. COMUNICAÇÕES

Antes de cada espetáculo musical deve ser estabelecido pelo Gestor de Segurança em coordenação com os responsáveis pelas forças de segurança e socorro presentes no *Recinto*, o Plano de Comunicações, com a indicação dos indicativos de chamada e frequências principais e alternativas.

Como meio de comunicação de recurso, deve ser obtido os números de telemóvel dos elementos chave do dispositivo de segurança

3.3. ENTIDADES A CONTATAR EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

Entidades internas

O Gestor de Segurança e o Comandante da PSP devem ser de imediato informados da ocorrência de qualquer ocorrência que possa ser percussora de uma situação de emergência.

Entidades externas

As entidades externas a contatar são em função da situação de emergência. No quadro seguinte indica-se as entidades eventualmente a contatar, por situação de emergência.

O contato com os BVPD e a PSP é feito através do número nacional de socorro 112.

Risco	BVPD	PSP	Outros
Ato de violência		√	
Incêndio	√		
Sismo destrutivo	√		SMPCPD
Doença súbita	√		
Acidente	√		
Acidente grave	√	√	SMPCPD
Intoxicação	√	CIAV – Centro de Informações Antivenenos	
Morte		Polícia Judiciária e Delegado de Saúde	

A relação das entidades de auxílio externo, com identificação e contatos consta do Apêndice B2 e deve ser afixada em local bem visível na produção.

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 21

3.4. PLANO DE ATUAÇÃO

No presente capítulo define-se os procedimentos gerais a seguir em caso de incêndio, de socorro às vítimas em caso de acidente grave e de ameaça de bomba.

Os procedimentos de atuação para a ocorrência de uma situação de emergência resultante de um ato de violência, nomeadamente a rixa, arremesso de objetos para o palco, são os adotados pelas forças de segurança e de segurança privada presentes no *Recinto*.

Como já referido, para efeitos do presente documento considera-se acidente grave a ocorrência de uma situação de emergência do qual resulte 4 ou mais feridos graves ou morte. Por ferido grave, aquele que requer tratamento hospitalar e por conseguinte, a evacuação em ambulância de socorro.

São riscos passíveis de originarem um acidente grave, o incêndio, o colapso de estruturas, um sismo violento, a queda e projeção de objetos por ventos fortes, um ato de violência ou ação terrorista.

O próprio comportamento da multidão em evacuação pode causar lesões ou a morte de pessoas, pois em situações de emergência ou pânico, as mesmas tendem a correr ao mesmo tempo para as mesmas saídas de emergência, ocorrendo choques, empurrões, e esmagamento entre si.

3.4.1. INCÊNDIO

3.4.1.1. Ativação dos procedimentos de atuação

Um incêndio pode ocorrer em qualquer parte do *Recinto*, sendo exemplos, a ocorrência de incêndio no palco, num quiosque de comes e bebes, num veículo presente num parque de estacionamento ou no coberto vegetal após queda de foguete luminoso ou de substância pirotécnica.

A ativação dos Procedimentos de Atuação para a situação de incêndio é feita após a sua deteção, por deteção humana.

3.4.1.2. Deteção de um incêndio

A deteção do incêndio é feita por perceção humana.

A transmissão do alarme ao Gestor de Segurança pelos elementos da Força de Segurança é dada via rádio, por telefone ou na falha ou ausência dos anteriores, por telemóvel.

3.4.1.3. Difusão de alarme e alerta

A difusão do alarme é à voz, por rádio, telemóvel e/ou pelo sistema de som.

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 22

A evacuação geral do *Recinto* é feita pelo sistema de som, com a emissão de mensagem lida ou gravada em português, que informe da necessidade de evacuação do *Recinto*. A mensagem deve ser concebida de modo a não causar pânico.

A difusão do alerta é feita pelo Gestor de Segurança ou pessoa por si designada, através de telemóvel.

3.4.1.4. Chefia e coordenação das operações

A chefia dos Elementos de Intervenção nas operações de combate ao incêndio é assegurada pelo Gestor de Segurança, sem prejuízo da competência de assunção do comando pelo Comandante da PSP.

Com a chegada de auxílio externo, o comando das operações é assumido pelo Comandante das Operações de Socorro (COS) dos BVPD.

3.4.1.5. Ativação dos Elementos de Intervenção

Os Elementos de Intervenção são acionados à voz, por comunicação rádio, por telemóvel ou pelo alarme geral emitido pelo sistema de som.

Em caso de dificuldade no combate ao incêndio, deve prevalecer o princípio da precaução e as operações devem apenas prosseguir com a intervenção externa dos bombeiros.

A equipa de bombeiros presente no *Recinto*, por sua iniciativa, pode participar no combate ao incêndio. Recorda-se que a sua presença no *Recinto* se destina ao socorro a acidentados, que não se encontram dotados de equipamento individual de proteção nem de meios para combate a incêndios.

3.4.1.6. Prestação de primeiros socorros

O socorro a eventuais vítimas resultantes do incêndio é prestado pela equipa dos bombeiros presentes no *Recinto*.

3.4.1.7. Apoio à intervenção externa

O Gestor de Segurança, ou pessoa por si designada, fará a receção dos bombeiros, sua informação e encaminhamento.

3.4.1.8. Reposição das condições de segurança

Após a extinção do incêndio, a entidade que coordenou as operações deve efetuar uma avaliação das condições de segurança do local sinistrado e definir se no mesmo pode ou não continuar com a atividade.

Na avaliação das condições de segurança deve ser tida em conta, nomeadamente, os seguintes aspetos:

- Segurança da estrutura sinistrada, nomeadamente, o risco de colapso;
- Risco de contato elétrico.

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 23

A reposição da normalidade é a operação pela qual se dá por encerrada a ativação do PEI.

3.4.2.ACIDENTE GRAVE

No presente ponto é descrita a organização para o socorro às vítimas, sem prejuízo de outra diferente a ser adotada pelas entidades competentes.

3.4.2.1. Alerta

O alerta ao SRPCBA deve ser dado o mais rápido possível, com a indicação do número estimado de feridos e existência de qualquer situação que exija outros meios de socorro para além de ambulâncias.

O alerta deve ser dado pelo Gestor de Segurança, através do número nacional de socorro 112, com informação imediata ao Comandante da PSP.

3.4.2.2. Área de concentração de feridos

A área de concentração de feridos deve ficar fora da área do sinistro, sendo admissíveis para o efeito o Posto Médico e a suas imediações.

Compete ao Gestor de Segurança ou ao Comandante da PSP, caso tenha assumido a responsabilidade da segurança do Recinto, a indicação da área de concentração de feridos.

Compete ao Comandante da PSP estabelecer um perímetro de segurança à área de concentração de feridos.

Na área de concentração de feridos podem permanecer acompanhantes de menores e nos casos em que a sua presença não dificulte as operações de socorro, um acompanhante por vítima.

3.4.2.3. Socorristas

Prestam socorro imediato às vítimas todas as pessoas habilitadas para o efeito, designadamente a equipa de bombeiros presente no *Recinto*, médicos, enfermeiros, bombeiros e socorristas que na qualidade de espetadores se encontram no *Recinto*.

Pelo sistema de som, pode ser solicitado o apoio destes profissionais e a sua comparência na área de concentração de feridos.

De imediato, o bombeiro de maior graduação presente na área de concentração de feridos deve iniciar a triagem dos feridos com vista à priorização da evacuação para o Hospital Divino Espírito Santo.

A triagem pode vir a ser assumida por enfermeiro ou médico presente no local.

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 24

3.4.2.4. Comando das operações de socorro

O comando inicial das operações de socorro é do Gestor de Segurança ou do Comandante da PSP, caso tenha assumido a responsabilidade da segurança do Recinto.

Com a chegada dos meios de socorro externos dos Bombeiros, o comando das operações é assumido pelo Comandante das Operações de Socorro.

Em caso de acionamento do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil da Câmara Municipal de Ponta Delgada, a coordenação da emergência pode ser assumido pelo Presidente de Câmara.

3.4.2.5. Parque de ambulâncias

O Gestor de Segurança deve providenciar o parque de ambulâncias, local destinado à paragem dos veículos enquanto as respetivas tripulações aguardam a chegada dos feridos a transportar ou se dirigem à área de concentração de feridos para o efeito.

O referido parque deve estar próximo da área de concentração de feridos e a paragem das ambulâncias deve estar organizada com vista a uma circulação fluida.

Os elementos da Força de Segurança devem, se necessário, assegurar um perímetro de segurança no parque de ambulâncias e o desimpedimento da via de acesso interno.

3.4.2.6. Corredor de evacuação

Em caso de acidente com um número elevado de feridos, o Comandante da PSP deve providenciar um corredor de evacuação nas Estradas Regionais até ao Hospital Divino Espírito Santo..

Após ou aquando da sua implementação, o mesmo deve ser comunicado ao SRPCBA para efeitos de informação às cooperações de bombeiros empenhadas no socorro.

3.4.2.7. Mortes

Em caso de vítima mortal a mesma não deve ser removida do local, o que só acontecesse após autorização do Delegado de Saúde.

O Comandante da PSP deve solicitar a presença do Delegado de Saúde e a Polícia Judiciária, bem como do SEF, caso a vítima seja estrangeira.

Os bombeiros devem proceder à cobertura da vítima com um lençol ou cobertor até à chegada das autoridades acima mencionadas.

A remoção de cadáver é da competência da PSP, podendo a mesma solicitar a colaboração dos bombeiros.

Compete à PSP proceder à recolha, arrolamento e guarda do espólio do cadáver.

O local para o qual o cadáver deve ser removido é indicado pela PSP.

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 25

3.4.2.8. Fim da emergência

Após a evacuação dos feridos, a remoção de cadáveres e a confirmação da evacuação, dá-se por encerrada a ativação do PEI.

3.4.3. AMEAÇA DE BOMBA

No presente ponto apresenta-se os procedimentos tipo para uma ameaça de bomba.

A via telefónica é o processo mais vulgarizado para a transmissão de ameaças de qualquer tipo de colocação de engenhos explosivos.

Nenhum tipo de ameaça deve ser menosprezado, mesmo quando se apresenta como uma situação menos fiável ou até improvável.

Qualquer pessoa que receba um telefonema reportando uma ameaça de bomba e tiver a possibilidade de gravar a chamada deve o fazer de imediato, tendo a preocupação de não interromper o discurso de quem está a fazer a chamada.

A receção telefónica tem que ser registada em impresso próprio, constante da Apêndice C ao presente documento, procurando-se que sejam reproduzidos os termos exatos em que o agente se expressou, tendo em especial atenção para que seja possível:

- Descrever a voz identificando o seu timbre, tonalidade e se lhe é ou não familiar;
- A identificação do sexo e a presumível idade do agente;
- A identificação de qualquer ruído de fundo que favoreça a referenciação do local onde a chamada está a ser efetuada;
- Não ter a preocupação de interpretar, no momento da chamada, a terminologia empregue pelo agente, preocupando-se apenas em registá-la;
- Tentar que outra pessoa presente possa também ouvir a chamada, sem que o agente se aperceba;
- Manter a chamada pelo maior espaço de tempo possível para que a outra pessoa presente possa comunicar com as autoridades e assim possibilitar a localização da chamada.

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 26

3.5. PLANO DE EVACUAÇÃO

3.5.1.Procedimentos gerais

A evacuação do *Recinto* ou áreas do mesmo pode ocorrer na sequência de um risco tecnológico, natural ou social. A evacuação de todo o *Recinto* corresponde a uma evacuação geral e a evacuação de áreas do mesmo, corresponde a uma evacuação parcial.

A ordem de evacuação total e parcial é dada exclusivamente pelo Comandante da força da PSP presente no *Recinto*.

Na evacuação considera-se dois grupos: os espetadores e os intervenientes no espetáculo musical.

A evacuação parcial consiste no afastamento das pessoas da zona de perigo, para além do perímetro de segurança a implementar.

Na evacuação total os espetadores são encaminhados para o exterior do *Recinto*, pelas saídas de emergência.

A evacuação total dos intervenientes no espetáculo desportivo realiza-se para o Ponto de Encontro, estabelecido no Procedimento de Atuação para a evacuação.

3.5.2.Auxilio a pessoas com capacidade limitada

A evacuação de espetadores que apresentam limitações na sua mobilidade, sempre que possível deve ser auxiliada por um ARE designado pelo Coordenador de Segurança, caso os mesmos não se encontram acompanhados de pessoas com robustez suficiente para o efeito.

Compete ao Coordenador de Segurança identificar as pessoas com limitações na sua mobilidade presentes nos locais destinados às mesmas e verificar a necessidade da designação do referido ARE.

3.5.3.Confirmação da evacuação

A confirmação da evacuação total dos espetadores e dos grupos de adeptos é efetuada pelos ARD com vistoria a todos os espaços do *Recinto*.

A confirmação da evacuação dos intervenientes no espetáculo musical é feita no Ponto de Encontro pelo Gestor de Segurança ou pessoa por si designado. Esta operação deverá reger-se de acordo com o disposto no Procedimentos de Atuação referente à evacuação.

3.5.4.Procedimentos de atuação

No quadro abaixo, são considerados as situações de emergência previstas no PEI e respetivos procedimentos de atuação, os quais se encontram no Apêndice C.

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 27

Para cada acidente e situação de emergência prevista neste PEI, a estrutura de segurança deverá seguir os procedimentos abaixo indicados.

Riscos não especificados	
Situação	Procedimento
Evacuação	PA-01

Riscos Tecnológicos	
Situação	Procedimento
Incêndio	PA-02
Colapso de estrutura	PA-03
Falta de luz no Recinto	PA-04

Riscos Naturais	
Situação	Procedimento
Sismo	PA-05
Tempestades tropicais e furacões	PA-06

Riscos de Saúde	
Situação	Instrução / Procedimento
Doença súbita	PA-07
Acidente	PA-07
Acidente grave	PA-08

Riscos Sociais	
Situação	Instrução / Procedimento
Ameaça de bomba	PA-09

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 28

A PSP e os ARE atuam em conformidade com os regulamentos e normas próprias na resposta à ocorrência de um ato de violência ou terrorismo.

Se das situações de emergência acima referidas resultarem vítimas, devem ser ativados os procedimentos de atuação PA -08 Acidente Grave.

Antes do espetáculo musical pode ser transmitido aos espetadores pelo sistema de som, um conjunto de instruções de segurança relativas à evacuação do *Recinto* e medidas de autoproteção.

Com vista a assegurar uma implementação eficiente dos procedimentos de Atuação, o Gestor de Segurança atender às Procedimentos de Prevenção.

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 29

4. PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO

Os procedimentos de prevenção são um conjunto de regras de exploração e de comportamento, que constituem o conjunto de procedimentos de prevenção a adotar pelos funcionários e prestadores de serviço externos, destinados a garantir a manutenção e verificação das condições de segurança de todos os equipamentos que constituem as instalações técnicas e de segurança contra incêndios presentes no *Recinto*.

As operações de manutenção dos extintores devem ser realizadas por entidades registadas no SEPCBA, conforme determinado no art.º 23º do RJ-SCIEA.

4.1. PROCEDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS

a. Acessibilidade dos meios de socorro ao Recinto

Deve ser assegurado a acessibilidade dos meios externos da PSP e bombeiros ao *Recinto* através do controlo de acesso de veículos aos caminhos de acesso ao mesmo e da interdição do estacionamento de veículos nos caminhos, exceto nos parques de estacionamento para o efeito.

Dentro do *Recinto*, a disposição das estruturas deve permitir a entrada dos veículos de socorro no *Recinto* e a sua aproximação às mesmas.

No Recinto o estacionamento de viaturas só deve ser autorizado nos parques de estacionamento.

É proibido o estacionamento de veículos em frente à saídas de emergência.

b. Acessibilidade dos veículos dos bombeiros aos meios de abastecimento de água

Não existe hidrantes para o abastecimento dos veículos de combate a incêndio. O abastecimento dos mesmos pode ocorrer com água da lagoa, pela utilização de um corpo chupador.

c. Praticabilidade dos caminhos de evacuação

Os caminhos de evacuação devem permanecer, em todo o tempo desimpedidos. Atréados e outros matérias devem ser dispostos de forma a não obstruir os caminhos de evacuação.

As saídas de emergências devem permanecer desimpedidas, devidamente sinalizadas e iluminadas.

O piso do *Recinto* deve se apresentar estável, sem inclinações perigosas, saliências ou cavidades. Todas as zonas perigosas devem estar protegidas e/ou balizadas e iluminadas.

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 30

d. Acessibilidade aos meios de intervenção em caso de emergência

Os extintores devem se encontrar permanentemente visíveis, devidamente sinalizados, acessíveis e em boas condições de utilização.

As anomalias detetadas deverão ser alvo de resolução imediata.

e. Limpeza e arrumação

A arrumação e limpeza dos espaços do *Recinto* contribuem de forma significativa para a diminuição do risco de incêndio e de outros riscos para a segurança dos utentes (público e funcionários), nomeadamente, a queda ao mesmo nível (originadas por escorregamento ou tropeçamento) e os choques contra objetos.

A arrumação e limpeza dos espaços contribuem ainda para a desobstrução dos caminhos de evacuação necessárias a uma eventual evacuação, bem como para a deteção atempada de situações perigosas e resposta às mesmas.

Antes da abertura inicial do *Recinto* ao público deve ser efetuada uma vistoria com vista à remoção de materiais que possam originar corte e/ou perfurações, caso de vidros e metais, bem como eliminar, proteger ou balizar zonas perigosas e as cavidades e saliências que possam originar tropeçamento e quedas.

Diariamente antes da abertura ao público os espaços devem ser limpos de resíduos deixados pelo público.

Devem existir contentores para o público colocar o lixo.

f. Segurança na manipulação e armazenamento de matérias perigosas

A manipulação e o armazenamento de matérias perigosas, nomeadamente, produtos inflamáveis, tóxicos, irritantes, corrosivos ou nocivos, devem ser efetuados de acordo com as indicações dos respetivos rótulos e/ou das respetivas Fichas de Dados de Segurança, as quais se devem encontrar afixadas nos locais de armazenamento.

A segurança na utilização de matérias perigosas deve seguir os seguintes requisitos:

1. Antes de manipular uma matéria perigosa, o rótulo da embalagem deve ser lido e, em caso de dúvida, deve o utilizador recolher informação sobre o seu significado;
2. Use os equipamentos de proteção individual adequados e mencionados no rótulo da embalagem;
3. Caso seja referida apenas a necessidade de utilização de luvas de proteção, evitar o contato dessa proteção com os olhos, pele e/ou vias respiratórias;
4. Durante a aplicação de uma matéria perigosa, o colaborador não deve beber, comer ou fazer lume;

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 31

5. O colaborador que manuseie uma matéria perigosa deve efetuar a sua higiene pessoal após a aplicação daquelas substâncias, nomeadamente a lavagem de mãos;
6. Se, durante a utilização de uma substância perigosa, o colaborador sentir dores de cabeça, tonturas ou náuseas, este deve, de imediato, comunicar esse facto ao Delegado de Segurança;
7. É proibido o uso de matérias perigosas para um fim diferente daquele a que se destinam;
8. A utilização de matérias perigosas confina-se apenas aos locais autorizados;
9. Em caso de derrame accidental de matéria perigosa, o local deve ser limpo de imediato e os resíduos e material empregue na limpeza depositado em contentor apropriado;
10. As matérias perigosas devem ser mantidas acondicionadas nos contentores de origem, armazenadas em espaços próprios, dotados de condições de ventilação, temperatura, humidade, luz e eletricidade estática adequadas;
11. Caso seja conveniente transferir parte de uma matéria perigosa do contentor de origem para outro, o segundo deve ser devidamente identificado com o nome da matéria e conter os símbolos de perigo.

g. Segurança nos trabalhos de manutenção das instalações

Os trabalhos manutenção e reparação de avarias no *Recinto* regem-se pelas normas legais vigentes em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho e demais legislação.

Os trabalhos que envolvam a utilização de substâncias, materiais, equipamentos ou processos que apresentem riscos de incêndio ou explosão, nomeadamente pela produção de chamas nuas, faíscas ou elementos incandescentes em contacto com o ar associados à presença de materiais facilmente inflamáveis, carecem de autorização prévia do Gestor de Segurança.

As ações de conservação e manutenção devem ser realizadas quando o *Recinto* se encontra fechado ao público.

4.2. PROCEDIMENTOS EXPLORAÇÃO, UTILIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES TÉCNICAS

As instalações técnicas devem ser mantidas e utilizadas de modo a que não constituem causa de incêndio, nem contribuem para a sua propagação.

As instalações técnicas presentes no *Recinto* são os quadros e circuitos elétricos, os geradores de combustão, os equipamentos de confeção de alimentos e os equipamentos de frio. A sua manutenção deve ser efetuada por técnicos credenciados para o efeito.

Qualquer anomalia detetada deverá constar no respetivo registo de segurança, correspondente ao Apêndice D2, e a sua reparação efetuada imediatamente.

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 32

4.3. PROCEDIMENTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE SEGURANÇA

No *Recinto* os equipamentos e sistemas de segurança são os extintores e a sinalização de segurança.

A manutenção dos extintores deve ser efetuada por entidade registada na SRPCBA.

Qualquer anomalia detetada deverá constar no respetivo registo de segurança, correspondente ao Apêndice D3, e a sua reparação efetuada imediatamente.

O Gestor de Segurança deve efetuar as inspeções abaixo indicadas para os extintores e sinalização de segurança.

Extintores		
ITEM	CONSIDERAÇÕES	ATIVIDADE
Localização	Confirmar se o extintor está no seu respetivo local. Nota: Sempre que um extintor for utilizado, deve ser imediatamente substituído por outro igual ou adequado ao risco que cobre.	Inspeção
Acessibilidade / visibilidade / sinalização	Verificar se o extintor é acessível (não possui obstáculos que dificultem o seu acesso), esteja devidamente sinalizado e visível, nomeadamente pela iluminação de emergência.	
Instruções	Verificar se as instruções de funcionamento se encontram visíveis e de fácil leitura.	
Cavilha e selo	Verificar se a cavilha e o selo não se encontram violados.	
Pressão	Verificar se a pressão indicada pelo manómetro está dentro dos valores normais.	
Conservação geral	Verificar se existem danos físicos visíveis como corrosão, mangueira com rutura ou deformações no corpo do extintor.	
Manutenção periódica	A realizar por empresa certificada para o efeito, seguindo o disposto na norma NP 4413:2012.	Manutenção
Sinalização		
Placas de sinalização	- Verificar a presença de placas onde devem existir, nomeadamente as relativas à evacuação, meios de intervenção, alarme e alerta. - Verificar a limpeza e estado de conservação; - Verificar a sua visibilidade (ausência de objetos que possam ocultar ou iludir o seu significado); - Verificar se estão bem iluminados (luz natural ou artificial).	Inspeção

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 33

5. REGISTOS DE SEGURANÇA

Os registos de segurança são um conjunto de documentos que contêm os registos de ocorrências relevantes e de relatórios relacionados com a segurança contra incêndio. Podem ser em suporte de papel ou digital.

Os registos de segurança em suporte de papel devem ser arquivados ao presente no Apêndice D – Registos de Segurança”.

Para efeitos de auditoria pelas entidades competentes, nomeadamente a Câmara Municipal de Ponta Delgada, SRPCBA e a Inspeção Regional do Trabalho, todos os registos de segurança deverão ser conservados até ao final do festival.

Os registos de segurança compreendem, designadamente, os documentos a seguir indicados:

5.1. RELATÓRIOS DE VISTORIA, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS

Os relatórios de vistoria, inspeção ou fiscalização das condições de segurança da organização realizados por entidades externas, nomeadamente pela CMPD e SRPCBA, são juntos às MAP no Apêndice D1.

5.2. RELATÓRIOS DE ANOMALIAS E MANUTENÇÃO NAS INSTALAÇÕES TÉCNICAS

Estes documentos são constituídos por informação sobre as anomalias observadas nas operações de verificação, conservação ou manutenção, com indicação do elemento intervencionado, tipo de ação efetuada, motivo, data e responsável, das seguintes instalações técnicas:

- a) Quadros elétricos e circuitos elétricos;
- b) Geradores acionados por motor a combustão;
- c) Equipamentos de confeção de alimentos.

Os relatórios são elaborados por entidades externas licenciadas, prestadoras dos serviços de manutenção e elaborados em modelos próprios. Devem ser assinalados os elementos intervencionados, tipo de ação efetuada, motivo, data e responsável.

Estes registos são arquivados no Apêndice D2.

5.3. RELATÓRIOS DE ANOMALIAS E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS SISTEMAS DE SEGURANÇA

Estes documentos são constituídos por informação sobre as anomalias observadas nas operações de verificação, conservação ou manutenção efetuadas aos extintores

Os registos constituem o Apêndice D3.

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Pág. 34

5.4. RELATÓRIOS DE OCORRÊNCIAS RELACIONADAS COM A SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS

Os registos de ocorrências de incêndio são efetuados no Apêndice D4.

5.5. RELATÓRIOS DE INTERVENÇÃO DOS BOMBEIROS E OUTRAS ENTIDADES

Sempre que ocorra uma intervenção dos bombeiros, serviços de proteção civil ou de forças de segurança, em incêndios ou de outras situações de emergência, as cópias dos relatórios elaborados são anexados no Apêndice D5.

5.6. RELATÓRIOS DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO

Os relatórios das ações de sensibilização/formação sobre as MAP, primeiros socorros e utilização de extintores, bem como o registo de presenças constituam o Apêndice D6.

MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Apêndice A
PLANO DE EMERGÊNCIA INTERNO	
DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS	

APÊNDICE A

LISTA DOS APÊNDICES	
Refª	Designação
A1	LISTA DE DISTRIBUIÇÃO
A2	GLOSSÁRIO

Lista de Distribuição

Entidade ou pessoa recetora	Data/ Rubrica	Nº do Exemplar	Observações
CMPD	____/____/____ _____	1	
PSP	____/____/____ _____	2	Divisão Policial de Ponta Delgada
SRPCBA	____/____/____ _____	3	
BVPD	____/____/____ _____	4	
Coordenador de Segurança	____/____/____ _____	5	Empresa de Segurança Privada
Gestor de Segurança	____/____/____ _____	6	
Atlantis Entertainment	____/____/____ _____	7	Arquivo
	____/____/____ _____	8	
	____/____/____ _____	9	

GLOSSÁRIO

Acidente – Um acidente é um incidente de que resultou lesão, afeção da saúde ou morte.

Fonte: NP 4397:2008

Agente Extintor – Substância sólida, líquida ou gasosa especificamente adequada para extinguir um incêndio, quando aplicada em determinadas condições.

Fonte: RT-SCIE

Alarme – Sinal sonoro e ou luminoso para aviso e informação de ocorrência de uma situação anormal ou de emergência, acionado por uma pessoa ou por um dispositivo ou sistema automático. Os alarmes podem ter três categorias, a saber:

- **Geral:** Alarme emitido para difundir o aviso de evacuação à totalidade dos ocupantes de um edifício ou de um estabelecimento. Nos locais onde existam pessoas limitadas na mobilidade ou na capacidade de perceção e reacção a um alarme, destina-se também a desencadear as operações destinadas a apoiar a evacuação das referidas pessoas com limitações;
- **Local:** Alarme que tem por destinatários apenas os ocupantes de um espaço limitado de um edifício ou de um estabelecimento e o pessoal afeto à segurança;
- **Restrito:** Alarme emitido exclusivamente para aviso de uma situação de incêndio, ao pessoal afeto à segurança de um edifício ou estabelecimento.

Fonte: RT-SCIE

Alerta – Mensagem transmitida aos meios de socorro, nomeadamente aos bombeiros, que devem intervir em caso de incêndio num edifício, estabelecimento, ou parque de estacionamento.

Fonte: RT-SCIE

Caminho de evacuação – Percurso entre qualquer ponto, suscetível de ocupação num recinto ou num edifício, até uma zona de segurança exterior, compreendendo, em geral, um percurso inicial no local de permanência e outro nas vias de evacuação.

Fonte: RT-SCIE

Doença súbita - A alteração involuntária do estado de saúde, causada por uma condição médica pré-existente e nunca por acidente, que exija a prestação de primeiros socorros e tratamento de urgência em unidade hospitalar.

Equalchance; Consultoria e Formação, Lda.

Emergência – Situação resultante de acidente grave, desastre ou outro tipo de ameaça, que possa colocar em risco a segurança das pessoas, instalações ou do meio ambiente e que exige ação ou auxílio imediato.

Miguel, J., Manual Organização da Emergência

Evacuação - Movimento de ocupantes de um edifício para uma zona de segurança, em caso de incêndio ou de outros acidentes, que deve ser disciplinado, atempado e seguro.

Fonte: RT-SCIE

Extintor de incêndio - Aparelho contendo um agente extintor, que pode ser descarregado sobre um incêndio por ação de uma pressão interna. Deve estar em conformidade com as NP EN 3, NP EN 1866 e NP 4413;

Fonte: RT-SCIE

Hidrante – Equipamento permanentemente ligado a uma tubagem de distribuição de água à pressão, dispondo de órgãos de comando e uma ou mais saídas, destinado à extinção de incêndios

ou ao reabastecimento de veículos de combate a incêndios. Os hidrantes podem ser de dois tipos: marco de incêndio ou boca-de-incêndio (de parede ou de pavimento).

Fonte: RT-SCIE

Perigo – Fonte, situação ou ato com um potencial para o dano em termos de lesões, ferimentos ou danos para a saúde, ou a combinação destes.

Fonte: NP 4397:2008

Plano de Atuação – Documento, integrado no plano de emergência interno, no qual está indicada a organização das operações a desencadear pela estrutura de segurança, em caso de ocorrência de uma situação perigosa.

Adaptado do RT-SCIE

Plano de Evacuação – Documento, componente do plano de emergência, no qual estão indicados os caminhos de evacuação, zonas de segurança, regras de conduta das pessoas e a sucessão de ações a terem lugar durante a evacuação de um local, estabelecimento, recinto ou edifício, em caso de incêndio.

Fonte: RT-SCIE

Ponto de Encontro - Local seguro situado no exterior para onde devem convergir e permanecer as pessoas evacuadas.

Pontos perigosos – São os pontos com riscos agravados que, por si só, podem desencadear um sinistro.

Pontos nevrálgicos – São todos os pontos, perigosos ou não, mas que são vitais à continuidade da atividade ou exploração do(s) edifício(s) ou imprescindíveis em caso de emergência. Estes locais contêm elementos que devido à sua importância técnica, económica ou cultural importa protegê-los prioritariamente, quer através de meios internos, quer externos.

Primeira Intervenção - Medida de autoproteção que consiste na intervenção no combate a um incêndio desencadeada, imediatamente após a sua deteção, pelos ocupantes de um edifício, recinto ou estabelecimento.

Fonte: RT-SCIE

Primeiros Socorros - São os gestos e técnicas de emergência que devem ser aplicados a uma vítima de acidente ou doença súbita, com o objetivo de melhorar, ou de pelo menos estabilizar o seu estado, até à chegada do socorro técnico.

Equalchance; Consultoria e Formação, Lda.

Segunda Intervenção - Intervenção no combate a um incêndio desencadeada, imediatamente após o alarme, pelos bombeiros ou por equipas especializadas ao serviço do responsável de segurança de um edifício, parque de estacionamento, estabelecimento ou recinto.

Fonte: RT-SCIE

MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Apêndice B
Estrutura de Segurança	

APÊNDICE B

LISTA DOS APÊNDICES	
Refª	Designação
B1	MEMBROS DA ESTRUTURA DE SEGURANÇA
B2	CONTATOS DE EMERGÊNCIA

[illegible]

MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Apêndice B2
	Página 1/1

CONTATOS DE EMERGÊNCIA		
Entidade	Descrição	Contato
SOS	Número Nacional de Socorro	112
	Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada	296 301 301
	Polícia de Segurança Pública	296 282 022
	Serviço Municipal de Proteção Civil P. Delgada	296 304 403 917 570 841
	CIAV – Centro de Informações Antivenenos	808 250 143
	Hospital do Divino Espírito Santo	296 203 000
Saúde 24	Informação geral de saúde e aconselhamento	808 242 424
	Polícia Judiciária	296 629 400
DS	Delegado de Saúde de Ponta Delgada	
	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	296 302 230
	Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	800 200 250
	Eletricidade dos Açores	800 202 525
IRT	Inspeção Regional do Trabalho	296 308 000
CS	Companhia de Seguros (acidentes de trabalho)	

MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Apêndice C
PLANO DE EMERGÊNCIA INTERNO	
PROCEDIMENTOS DE ATUAÇÃO	

APÊNDICE C

LISTA DOS APÊNDICES	
Refª	Designação
PA-01	EVACUAÇÃO
PA-02	INCÊNDIO
PA-03	COLAPSO DE ESTRUTURA
PA-04	FALTA DE LUZ NO RECINTO
PA-05	SISMOS
PA-06	TEMPESTADES TROPICAIS E FURACÕES
PA-07	ACIDENTE E DOENÇA SÚBITA
PA-08	ACIDENTE GRAVE
PA-09	AMEAÇA DE BOMBA

PLANO DE EMERGÊNCIA INTERNO	Apêndice C
PROCEDIMENTO DE ATUAÇÃO	Página 1/2
EVACUAÇÃO	PA-01

1. Finalidade

Estabelecer os procedimentos de atuação para evacuação parcial ou total dos espaços do *Recinto*.

2. Considerações prévias

A evacuação total do *Recinto* pode ocorrer na sequência de um risco natural, designadamente um sismo ou ventos fortes, falta de luz no *Recinto*, ameaça de bomba, ato terrorista ou ato de violência generalizada entre espetadores.

A evacuação parcial do *Recinto* pode ocorrer na sequência de um incêndio numa estrutura, devido ao colapso de estrutura ou ato de violência restringido a alguns espetadores.

Na evacuação considera-se dois grupos: os espetadores e os intervenientes no espetáculo musical.

3. Atuação

3.1 Comandante da PSP

Compete ao Comandante da PSP presente no local dar a ordem de evacuação parcial ou total dos espaços do *Recinto*.

No âmbito das suas atribuições, acompanha dentro do possível, as operações de evacuação dos espaços do *Recinto*.

3.2 Forças de Segurança

Os agentes da PSP e os ARE orientam os espetadores na evacuação, transmitindo e fazendo cumprir as indicações de evacuação transmitidas pelo sistema de som.

Após a evacuação do *Recinto* os ARE designados pelo Coordenador de Segurança confirmam a evacuação de todas as instalações, nomeadamente as sanitárias, quiosques de comes e bebes e o palco.

Os ARE designados para auxiliarem pessoas com limitações na sua mobilidade, atuam em conformidade.

No final da evacuação do *Recinto*, todos os elementos das Forças de Segurança se devem dirigir para a entrada no *Recinto* e proceder à respetiva contagem dando conhecimento da mesma ao Comandante da PSP.

3.3 Evacuação total do Recinto

A ordem de evacuação total do *Recinto* é dada pelo sistema de som, com a difusão da mensagem de voz referida no ponto 3.4.

PLANO DE EMERGÊNCIA INTERNO	Apêndice C
PROCEDIMENTO DE ATUAÇÃO	Página 2/2
EVACUAÇÃO	PA-01

Na evacuação total os espetadores são encaminhados para o exterior do *Recinto*, pelas saídas de emergência.

A evacuação total dos intervenientes no espetáculo musical realiza-se para o Ponto de Encontro.

O Ponto de Encontro é o parque de estacionamento da Zona 2.

Para uma situação de emergência resultante de uma ameaça de bomba ou ato terrorista, o Ponto de Encontro situa-se fora do *Recinto*, a definir pelo Gestor de Segurança.

No Ponto de Encontro deve ser efetuada a contagem dos intervenientes no espetáculo musical para a deteção de ausências.

3.4 Mensagem de voz

Durante a evacuação do *Recinto* deve ser transmitida pelo sistema de som, uma mensagem de voz previamente gravada ou lida com uma redação idêntica ou semelhante à seguinte:

“Por motivos de segurança vai-se iniciar a evacuação do Recinto do espetáculo.

Solicita-se a todos os espetadores que de imediato se dirigem para as saídas de emergência segundo as indicações dos assistentes de recinto de espetáculos.

Caminhe com rapidez, embora sem correr.

Em caso de congestionamento nas vias de evacuação, aguarde pela sua vez, não empurre.

Não grite, caminhe em silêncio.

Depois de abandonar o local, não voltar para trás para recolher objetos pessoais.

Após a saída não fique junto às saídas, continue a caminhar.”

Para a evacuação do Recinto após a ocorrência de um sismo à mensagem de voz acima referida deve ser acrescentadas as seguintes instruções:

“Não toque em objetos metálicos nem em fios elétricos caídos;

Não utilize o telemóvel, exceto em caso de urgência, para não sobrecarregar as linhas.”

3.5 Evacuação parcial do Recinto

A ordem para a evacuação parcial do Recinto é dada à voz.

A evacuação parcial consiste no afastamento das pessoas da zona de perigo, para além do perímetro de segurança a implementar.

PLANO DE EMERGÊNCIA INTERNO	Apêndice C
PROCEDIMENTO DE ATUAÇÃO	Página 1/3
INCÊNDIO	PA-02

1. Finalidade

Estabelecer os procedimentos de atuação para o caso de incêndio.

2. Atuação

2.1 Gestor de Segurança

O Gestor de Segurança na posse da informação acerca da ocorrência de um incêndio:

- Informa-se sobre a sua localização, natureza e dimensão;
- Caso entenda necessário, solicita ao Comandante da PSP a ordem de evacuação;
- Caso entenda necessário, alerta aos bombeiros;
- Dá informação aos Elementos de Intervenção da localização dos meios de combate a incêndio presentes no Recinto;
- Quando o incêndio tenha sido dominado pelos Elementos de Intervenção, caso entenda, os bombeiros devem ser chamados para tomar conta da ocorrência e verificar se não há perigo de reativação do fogo;
- Supervisiona as operações dos Elementos de Intervenção;
- Aquando da chegada dos bombeiros, procede ao seu encaminhamento e fornece toda a informação sobre o sinistro;
- Mantém o Comandante da PSP informado sobre as operações em curso.

2.2 Comandante da PSP

O Comandante da PSP na posse da informação acerca da ocorrência de um incêndio:

- Informa-se sobre a sua localização, natureza e dimensão;
- Caso entenda, assume a responsabilidade pela segurança no *Recinto* e comunica de imediato o fato à estrutura de segurança
- Caso entenda necessário, dá ordem de evacuação;
- Caso entenda necessário, manda emitir o alerta aos Bombeiros;
- Comanda as operações da Força de Segurança;
- Colabora na receção do socorro externo, disponibilizando todas as informações e colaboração necessárias à sua intervenção.

PLANO DE EMERGÊNCIA INTERNO	Apêndice C
PROCEDIMENTO DE ATUAÇÃO	Página 2/3
INCÊNDIO	PA-02

2.3 Coordenador de Segurança

É o responsável operacional pelo enquadramento e orientação dos ARE empenhados no combate ao incêndio e na evacuação.

2.4 Elementos de Intervenção e funcionários

- Procedem à extinção do incêndio utilizando os extintores;
- Caso se verifique que não é possível extinguir o incêndio com os extintores:
 - ✓ Informam o Comandante da Força de Segurança para solicitar a intervenção dos Bombeiros;
 - ✓ Isolam tanto quanto possível o local.

2.5 Instruções

- No exterior de uma instalação, ataque o fogo a favor do vento. Avance com a certeza de que não tem fogo (ou reacendimentos) pelas costas;
- Nunca use água sobre elementos sob tensão como aparelhos elétricos diversos, quadros elétricos, motores, tomadas ou iluminação;
- Sempre que for seguro, afaste da fonte de calor os materiais que possam alimentar a combustão.
- Se o seu vestuário ou o de alguém se incendiar:
 - a) Não corra nem agite os membros;
 - b) Deite-se no chão e role sobre si mesmo;
 - c) Abafe as chamas com casaco, desde que o mesmo não contenha fibras sintéticas.

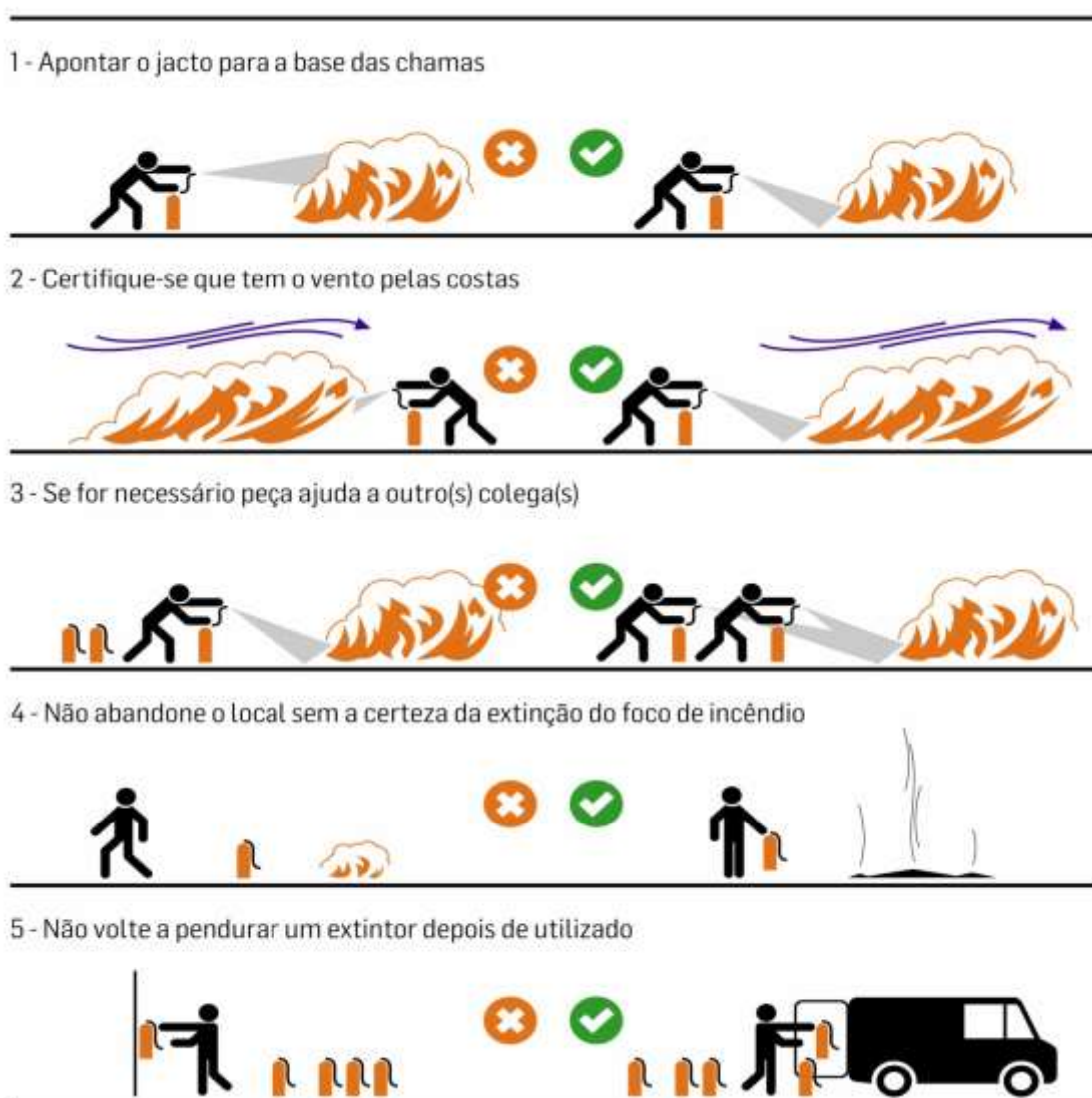
Na ocorrência de vítimas resultantes, atuar em conformidade com os Procedimento de Atuação PA-07- Acidente e Doença Súbita ou o PA-09 – Acidente grave, consoante o número de vítimas.

Na evacuação, proceder conforme o PA- 01 Evacuação.

PLANO DE EMERGÊNCIA INTERNO	Apêndice C
PROCEDIMENTO DE ATUAÇÃO	Página 3/3
INCÊNDIO	PA-02

INSTRUÇÕES DE UTILIZAÇÃO DE EXTINTORES PORTÁTEIS

- 1 – Transporte o extintor na posição vertical, segurando no manípulo de transporte;
- 2 – Retire o selo e a cavilha de segurança que impede a alavanca de acionar o jato;
- 3 – Aproxime-se do foco de incêndio com cautela, evitando que haja fogo pelas costas;
- 4 – Pressione a alavanca, dirigindo o jato para a base das chamas, varrendo a superfície;
- 5 – Em combustíveis líquidos, reduza o jato, afastando-se mais do foco de incêndio, evitando que o combustível a arder se espalhe;
- 6 – Antes de terminar, assegure-se de que o incêndio está mesmo extinto;
- 7 – Afaste-se do foco de incêndio, andando para trás, sempre com a zona de incêndio à vista;
- 8 – Envie o extintor para manutenção.



PLANO DE EMERGÊNCIA INTERNO	Apêndice C
PROCEDIMENTO DE ATUAÇÃO	Página 1/2
<i>COLAPSO DE ESTRUTURA</i>	PA-03

1. Finalidade

Estabelecer os procedimentos de atuação para o caso de colapso de estrutura.

2. Definição

Entende-se por colapso de estrutura a destruição total ou parcial da estrutura do palco e de outras estruturas montadas no Recinto , designadamente vedação de separação de adeptos ou muro de delimitação do perímetro das bancadas.

3. Atuação

Aquando da ocorrência de colapso de estrutura são requeridas as seguintes ações:

- Evacuação da área sinistrada;
- Socorro às vítimas;
- Isolamento da área sinistrada;
- Determinação da causa do colapso.

3.1 Evacuação da área sinistrada

A evacuação da área sinistrada deve ocorrer de imediato de modo a facilitar o socorro a eventuais vítimas e prevenir novos acidentes, nomeadamente devido à instabilidade dos elementos colapsados.

A evacuação consiste no afastamento da área sinistrada de todas as pessoas que consigam andar, mesmo que se encontram feridas.

A evacuação é feita pelos agentes da PSP e/ou ARE, os quais de imediato asseguram um perímetro de segurança.

O Gestor de Segurança ou pessoa por si designada pelo sistema de som transmite instruções ao público presente na área sinistrada para se afastarem da mesma, com calma, sem correr, gritar ou empurrar.

3.2 Socorro às vítimas

O Gestor de Segurança deve de imediato determinar o local do sinistro, o número de feridos e sua gravidade, se existem pessoas presas pelas estruturas colapsadas e solicitar via 112, ambulâncias de socorro.

Consoante o número de vítimas o socorro às mesmas realiza-se segundo o Procedimento de Atuação PA-07- Acidente e Doença Súbita ou o PA-09 – Acidente grave.

PLANO DE EMERGÊNCIA INTERNO	Apêndice C
PROCEDIMENTO DE ATUAÇÃO	Página 2/2
<i>COLAPSO DE ESTRUTURA</i>	PA-03

3. 3 Isolamento da área sinistrada

A área sinistrada deve ser de imediato isolada. Numa primeira fase, pela atuação dos agentes da PSP e/ou ARE. Numa segunda fase, pela criação de um perímetro de segurança delimitado com fita de sinalização, barreiras de segurança ou elementos equivalentes. Nessa fase pode ainda ser requerida a presença de agentes da PSP e/ou ARE.

O acesso à área sinistrado é autorizado apenas aos elementos de socorro.

3.4 Determinação da causa do acidente

Deve ser determinada a causa do colapso da estrutura após o socorro às vítimas, com vista à adoção de medidas preventivas futuras.

O local do acidente tem de ser de imediato delimitado e o seu acesso interdito, exceto aos meios de socorro às vítimas e entidades competentes.

As condições no local do acidente não poderão ser alteradas até que as entidades competentes realizem as respetivas diligências.

PLANO DE EMERGÊNCIA INTERNO	Apêndice C
PROCEDIMENTO DE ATUAÇÃO	Página 1/1
<i>FALTA DE ILUMINAÇÃO NO RECINTO</i>	PA-04

1. Finalidade

Estabelecer os procedimentos de atuação para o caso de falta de iluminação no *Recinto*.

2. Considerações prévias

O abastecimento da energia elétrica ao Recinto é assegurado por geradores a combustão.

A ocorrência de incêndio num gerador ou a avaria do mesmo, pode privar o *Recinto* de iluminação, o que pode potenciar uma evacuação descontrolada e a ocorrência de vítimas, no decurso de um espetáculo musical à noite.

3. Atuação

O Gestor de Segurança ou pessoa por si designada, pelo sistema de som ou na falha de alimentação alternativa deste, pelo uso de megafone, deve solicitar aos espetadores para se manterem no local onde se encontram até à reposição da iluminação do *Recinto*.

Caso tal não venha a acontecer, solicitar a saída dos espetadores do *Recinto* de forma ordeira, sem correr, empurrar, esperando que as pessoas à sua frente abandonem o local, podendo sugerir o uso da lanterna dos telemóveis.

Os agentes da PSP e ARE auxiliam na evacuação dos espetadores.

Na ocorrência de vítimas resultantes de uma evacuação descontrolada, atuar em conformidade com os Procedimento de Atuação PA-07- Acidente e Doença Súbita ou o PA-09 – Acidente grave, consoante o número de vítimas.

PLANO DE EMERGÊNCIA INTERNO	Apêndice C
PROCEDIMENTO DE ATUAÇÃO	Página 1/2
SISMO	PA-05

1. Finalidade

Estabelecer os procedimentos de atuação para o caso de ocorrência de sismo forte.

2. Atuação

2.1 Antes do sismo

O Gestor de Segurança deve promover ações de manutenção preventiva com vista à mitigação de danos aquando da ocorrência de sismo e a uma evacuação rápida e segura. Entre outras medidas deve manter em permanência as saídas e as vias de evacuações livres e perfeitamente identificáveis.

2.2 Durante o sismo

Os espetadores devem permanecer no local onde se encontram, ou seja, parados, de preferência com as mãos a proteger a cabeça, até o sismo terminar.

As pessoas presentes no palco devem ter atenção à queda de objetos, podendo agachar-se, dobrar o tronco, colocando a cabeça próxima dos joelhos, apertar as mãos firmemente por trás do pescoço e proteger os lados da cabeça com os braços e cotovelos.

Nos quiosques de comes e bebes, se possível desligar os equipamentos de confeção de alimentos de modo a prevenir incêndio.

As pessoas devem observar o que se passa em redor, mantendo-se alerta a possíveis perigos que o obriguem a movimentar-se.

2.2.1 Gestor de Segurança

Dada a imprevisibilidade da ocorrência do sismo, a sua pequena duração e atendendo que o maior perigo é o pânico, o Gestor de Segurança durante o sismo, pode imitar pelo sistema de som a ordem para as pessoas permanecerem no local onde se encontram caso tenha condições para o efeito.

2.3 Depois do sismo

O Gestor de Segurança e o Comandante da PSP devem fazer uma rápida avaliação das condições de segurança no *Recinto* e determinar a existência de vítimas.

Caso o Comandante da PSP determine a evacuação do *Recinto* a mesma deve ocorrer conforme as instruções constantes do Procedimento de Atuação PA – 01 Evacuação.

PLANO DE EMERGÊNCIA INTERNO	Apêndice C
PROCEDIMENTO DE ATUAÇÃO	Página 2/2
<i>SISMO</i>	PA-05

Na presença de vítimas atuar em conformidade com as disposições do Procedimento de Atuação PA – 08 Acidente Grave.

Após um sismo, parte dos espetadores, por sua iniciativa podem abandonar o *Recinto*. Independentemente da ordem de evacuação do Comandante da PSP pode se afigurar necessário a transmissão pelo sistema de som e na falha deste, por megafone, das instruções de evacuação para o público constantes do PA – 01 Evacuação.

Devem ser dadas instruções ao público para se afastar da margem da lagoa, de árvores de grande porte e para não tocar em fios etéricos caídos e de ter atenção à possível ocorrência de réplicas.

PLANO DE EMERGÊNCIA INTERNO	Apêndice C
PROCEDIMENTO DE ATUAÇÃO	Página 1/2
<i>TEMPESTADES TROPICAIS E FURACÕES</i>	PA-06

1. Finalidade

Estabelecer os procedimentos de atuação para o caso de ocorrência de tempestade tropical e furacão.

2. Considerações prévias

Os ciclones tropicais têm um ciclo de vida, ou seja, nascem, evoluem e morrem, durante um período de tempo. Na sua evolução passam por vários estágios de desenvolvimento com denominações e características específicas, designadamente:

- *Depressão Tropical* – a intensidade média do vento é inferior a 62 km/h;
- *Tempestade Tropical* – intensidades de vento médio com valores compreendidos entre os 62–118 km/h;
- *Furacão* - a intensidade do vento médio atingir valores de, pelo menos, 119 km/h.

O Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) emite avisos sobre a previsão da sua ocorrência.

A emissão de aviso pelo IPMA de tempestade tropical ou furacão deve ser tida em conta pelo Promotor na ponderação da realização do espetáculo musical.

Atendendo a que a trajetória e a intensidade do vento previstas podem sofrer alterações durante a abertura do *Recinto* ao público, e revelarem-se mais nefastas do que inicialmente previsto, devem se atender aos procedimentos abaixo descritos.

3. Atuação

3.1 Antes da tempestade tropical ou furação

O Gestor de Segurança tendo conhecimento da previsão de ventos fortes durante a realização do espetáculo musical, deve providenciar as seguintes medidas:

- Reforço das fixações das estruturas ao solo e da cobertura do palco;
- Recolha do exterior todos os objetos que possam ser arremessados pelo vento;
- Mantenha-se informado sobre a evolução da situação, servindo-se dos meios que dispuser para consultar as recomendações da Proteção Civil.

3.2 Durante a tempestade tropical ou furacão

Na ocorrência de ventos fortes que comprometam a segurança dos espetadores deve-se proceder à evacuação dos mesmos do *Recinto* e/ou encaminhamento para áreas abertas, nomeadamente sem a presença de árvores de grande porte. A ordem de evacuação é dada pelo Comandante da PSP presente no *Recinto*.

PLANO DE EMERGÊNCIA INTERNO	Apêndice C
PROCEDIMENTO DE ATUAÇÃO	Página 2/2
<i>TEMPESTADES TROPICAIS E FURACÕES</i>	PA-06

Compete ao Gestor de Segurança a transmissão aos espetadores de instruções relativas à evacuação.

Os agentes da PSP e ARD auxiliam na evacuação dos espetadores.

3.3 Após a tempestade tropical ou furacão

Na ocorrência de vítimas, atuar em conformidade com os Procedimento de Atuação PA-07- Acidente e Doença Súbita ou o PA-09 – Acidente grave, consoante o número de vítimas.

Proceder à evacuação do *Recinto* conforme o procedimento PA -01 Evacuação.

PLANO DE EMERGÊNCIA INTERNO	Apêndice C
PROCEDIMENTO DE ATUAÇÃO	Página 1/2
ACIDENTE/DOENÇA SÚBITA	PA-07

1. Finalidade

Estabelecer os procedimentos de atuação para o caso de acidente e de doença súbita.

2. Atuação

Em caso de acidente ou doença súbita a vítima é assistida no local do acidente por socorrista, podendo após avaliação ser transportada para o Posto Médico.

A identificação de um espetador que necessite de assistência pré-hospitalar, quando realizada por agente da PSP ou assistente de recinto desportivo é comunicada via rádio pela respetiva cadeia de comando até ao Gestor de Segurança, com a indicação do local onde a mesma se encontra, tipo de lesão ou distúrbio clínico.

O Gestor de Segurança contacta os tripulantes da ambulância de socorro presentes no Recinto e comunica a localização da vítima com vista à sua assistência pré-hospitalar.

A assistência à vítima pode também ser realizada por enfermeiro ou médico presente no *Recinto* e que se disponibilize para o efeito.

Caso a vítima necessite de evacuação imediata para o Hospital a mesma é efetuada pela ambulância de socorro presente no Recinto.

2.3 Solicitação de ambulância

A solicitação da presença de reforço de ambulâncias de socorro no *Recinto* é feita através do número nacional de emergência **112**.

A pessoa que entra em contacto com o operador do 112, deve facultar toda a informação que lhe seja solicitada, de modo a permitir um rápido e eficaz socorro às vítimas. Acima de tudo, manter a calma e informar, de forma simples e clara:

1. Identificação do estabelecimento

" Fala do Recinto do espetáculo musical Atlantis que se realiza na Baía do Silêncio, Cerrado das Freiras, na Lagoa Azul das Sete Cidades".

2. Tipo de situação (acidente, doença, etc)

Ex: " Doença súbita, queda; *corte*; *etc ..* ", e explicar a posição da vítima: "*está deitado no solo, etc* ";

3. Número, sexo e a idade aparente das pessoas que necessitam de socorro

PLANO DE EMERGÊNCIA INTERNO	Apêndice C
PROCEDIMENTO DE ATUAÇÃO	Página 2/2
<i>ACIDENTE/DOENÇA SÚBITA</i>	PA-07

4. A gravidade aparente da situação

Ex: " *Dois adultos um dos quais sangra muito e não fala* ";

As queixas principais e as alterações que observa;

A existência de qualquer situação que exija outros meios para o local, por exemplo, perigo de incêndio, eletrocussão, desabamento, etc.

5. O número de telefone do qual está a ligar;

6. Forneça outra informação solicitada pelo operador da linha de emergência;

7. Desligue o telefone apenas quando o operador indicar.

PLANO DE EMERGÊNCIA INTERNO	Apêndice C
PROCEDIMENTO DE ATUAÇÃO	Página 1/3
<i>ACIDENTE GRAVE</i>	PA-08

1. Finalidade

Estabelecer os procedimentos de atuação para o caso de acidente grave.

2. Definição

Considera-se acidente grave a ocorrência de uma situação de emergência do qual resulte quatro ou mais feridos graves ou morte de uma ou mais pessoas.

3. Atuação

3.1 Avaliação da situação

O Gestor de Segurança e o Comandante da PSP devem de imediato obter informação sobre o número ou estimativa de vítimas, sua localização, grau de gravidade e necessidades especiais, caso de equipamento para o socorro de vítimas soterradas ou encarceradas.

3.2 Alerta

O alerta ao número nacional de socorro 112 deve ser dado o mais rápido possível, com a indicação do número estimado de feridos e existência de qualquer situação que exija outros meios de socorro para além de ambulâncias.

O alerta deve ser dado pelo Gestor de Segurança, com informação imediata ao Comandante da PSP.

3.3 Garantir as condições de segurança

Antes do socorro às vítimas deve ser assegurada as condições de segurança para que da intervenção não resulte perigo para a vítima e/ou para a equipa de socorro.

São exemplos de falta de condições de segurança a exposição da vítima a fumos ou chamas resultantes de incêndio, a presença de corrente elétrica, a instabilidade do local devido a colapso de estrutura ou a exposição a tiroteio resultante de ato terrorista.

Em alguns casos, com a remoção da vítima do local sinistrado pode-se obter as requeridas condições de segurança.

3.4 Concentração das vítimas

Com vista ao socorro e evacuação das vítimas, sempre que possível, as mesmas devem ser reunidas num único local.

A área de concentração das vítimas deve ser fora da área do sinistro.

PLANO DE EMERGÊNCIA INTERNO	Apêndice C
PROCEDIMENTO DE ATUAÇÃO	Página 2/3
ACIDENTE GRAVE	PA-08

Compete ao Gestor de Segurança ou ao Comandante da PSP, caso tenha assumido a responsabilidade da segurança do Recinto, a indicação da área de concentração de vítimas.

Compete ao Comandante da PSP estabelecer um perímetro de segurança à área de concentração de vítimas.

Na área de concentração de vítimas podem permanecer acompanhantes de menores e nos casos em que a sua presença não dificulte as operações de socorro, um acompanhante por vítima adulta.

Todos os ARE disponíveis, devem colaborar no transporte e concentração de vítimas desde que não apresentem suspeitas de lesão na coluna. Para essas, a sua evacuação fica a cargo dos bombeiros.

3.5 Solicitação de profissionais de saúde

O Gestor de Segurança ou pessoa por si indicada deve solicitar pelo sistema de som a presença de médicos, enfermeiros e bombeiros que se encontram no *Recinto*, para a área de concentração de vítimas.

3.6 Triagem

Na área de concentração das vítimas o bombeiro de maior graduação ou formação em socorro pré-hospitalar da equipa de bombeiros destacada em serviço, deve iniciar a triagem dos feridos com vista à priorização da evacuação para o Hospital Divino Espírito Santo.

A triagem pode vir a ser assumida por enfermeiro ou médico presente no local.

3.7 Socorro

Efetuada a triagem das vítimas e enquanto aguardam o transporte para o Hospital, deve ser efetuada pelos profissionais de saúde e pelos bombeiros a avaliação primária das vítimas, na qual se tenta identificar e corrigir as situações de perigo imediato de vida.

Efetuada a avaliação primária a todas as vítimas realiza-se a sua avaliação secundária, na qual se tenta identificar e corrigir as situações que não colocam a vítima em perigo imediato de vida, mas que se não forem corrigidas atempadamente podem agravar o seu estado.

3.8 Transporte

O transporte consiste na evacuação das vítimas para o Hospital e é efetuado em ambulâncias de socorro, exceto no caso de feridos ligeiros que podem ser transportados em outro tipo de viaturas.

A prioridade na evacuação das vítimas é da responsabilidade do responsável pela triagem.

Para a presença de um número elevado de vítimas é previsível a presença de ambulâncias de várias cooperações de bombeiros da Ilha de S. Miguel.

PLANO DE EMERGÊNCIA INTERNO	Apêndice C
PROCEDIMENTO DE ATUAÇÃO	Página 3/3
<i>ACIDENTE GRAVE</i>	PA-08

Deve o Gestor de Segurança providenciar o parque de ambulâncias, local destinado à paragem dos veículos enquanto as respetivas tripulações aguardam a chegada dos feridos a transportar ou se dirigem à área de concentração de vítimas para o efeito.

O referido parque deve estar próximo da área de concentração de vítimas e a paragem das ambulâncias deve estar organizada com vista a uma circulação fluida.

Os elementos da Força de Segurança devem, se necessário, assegurar um perímetro de segurança ao parque de ambulâncias e o desimpedimento da via de acesso interno.

Em função do número de vítimas, para assegurar um transporte rápido para o Hospital, o Comandante da PSP deve providenciar um corredor nas Estradas Regionais.

Após ou aquando da sua implementação, o mesmo deve ser comunicado ao 112 para efeitos de informação às cooperações de bombeiros empenhadas no socorro.

3.9 Comando das operações de socorro

O comando inicial das operações de socorro é do Gestor de Segurança ou do Comandante da PSP, caso tenha assumido a responsabilidade da segurança do Recinto.

Com a chegada dos meios de socorro externo dos Bombeiros, o comando das operações é assumido pelo Comandante das Operações de Socorro.

Em caso de acionamento do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil da Câmara Municipal de Ponta Delgada, a coordenação da emergência pode ser assumido pelo Presidente de Câmara.

PLANO DE EMERGÊNCIA INTERNO	Apêndice C
PROCEDIMENTO DE ATUAÇÃO	Página 1/3
AMEAÇA DE BOMBA	PA-09

1. Finalidade

Estabelecer os procedimentos de atuação para o caso de ameaça de bomba.

2. Atuação

2.1 Verificação de segurança

Antes da abertura do *Recinto* aos espetadores e após o seu fecho, os ARE sobre a supervisão do Coordenador de Segurança, devem efetuar uma verificação de segurança a todo o interior do *Recinto*, de forma a detetar a existência de objetos suspeitos, objetos ou substâncias proibidas.

Ao encontrar um objeto estranho abandonado ou serem informador por espetador da sua existência devem:

- Não tocar ou manipular o objeto;
- Não utilizar telemóveis, nem rádios a uma distância inferior a 25 m do objeto;
- Reportar de imediato o Gestor de Segurança que por sua vez informa de imediato o Comandante da PSP;
- Registar dados relativos ao objeto encontrado, nomeadamente o local e as características físicas do objeto.

2.1 Comandante da PSP

Imediatamente a seguir à receção da informação sobre a ameaça de bomba ou presença de objeto suspeito, o Comandante da PSP

- Decide sobre a evacuação do *Recinto*;
- Solicita a presença da brigada de minas e armadilhas.

2.2 Instruções

A pessoa que recebeu a ameaça de bomba deve preencher o relatório constante da Adenda ao presente procedimento.

Em caso de evacuação, a mesma procede-se conforme o PA -01 Evacuação.

Em caso de ocorrência de incêndio na sequência de detonação da bomba, proceder de acordo com a PA – 02 Incêndio.

Na ocorrência de vítimas, atuar em conformidade com os Procedimento de Atuação PA-07- Acidente e Doença Súbita ou o PA-09 – Acidente grave, consoante o número de vítimas.

PLANO DE EMERGÊNCIA INTERNO	Apêndice C
PROCEDIMENTO DE ATUAÇÃO	Página 2/3
AMEAÇA DE BOMBA	PA-09

ADENDA

AMEAÇA DE BOMBA – PROCEDIMENTO / RELATÓRIO

NOME DE QUEM RECEBEU A CHAMADA _____	Nº. de TELEFONE _____	HORA ____H____	DATA ____/____/____
IDENTIDADE DE QUEM FEZ A CHAMADA _____	SEXO _____	IDADE APROXIMADA _____	

Perguntas de “contratempo” a efetuar:

Quer-nos dizer qual o seu nome?.....

Onde é que colocou a bomba?

Está em funcionamento?

Pode ser desativada?.....

Porque é que colocou a bomba?

Que aspeto tem a bomba?

A que horas é que vai explodir?

Foi hoje que colocou a bomba?

O que é que quer que nós façamos?

<u>CARACTERÍSTICAS DA VOZ</u>	<u>DICÇÃO</u>	<u>SONS DE FUNDO</u>
<input type="checkbox"/> FORTE <input type="checkbox"/> SUAVE <input type="checkbox"/> AGUDA <input type="checkbox"/> PROFUNDA <input type="checkbox"/> ROUCA <input type="checkbox"/> AGRADÁVEL <input type="checkbox"/> EMBRIAGADA <input type="checkbox"/> OUTRAS 	<input type="checkbox"/> LENTA <input type="checkbox"/> DISFARÇADA <input type="checkbox"/> C/PRONÚNCIA <input type="checkbox"/> RÁPIDA <input type="checkbox"/> GAGA <input type="checkbox"/> NASAL <input type="checkbox"/> OUTRA: <hr/> <input type="checkbox"/> SOTAQUE: 	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> <input type="checkbox"/> BARULHO <input type="checkbox"/> SILÊNCIO <input type="checkbox"/> MISTO <input type="checkbox"/> AVIÕES <input type="checkbox"/> MÁQUINAS <input type="checkbox"/> CAFÉ <input type="checkbox"/> REUNIÃO SOCIAL <input type="checkbox"/> TRÁFEGO RUA (Trânsito) <input type="checkbox"/> TECLADO DE COMPUTADOR <input type="checkbox"/> OUTROS: _____ </div> <div> <input type="checkbox"/> VOZES <input type="checkbox"/> COZINHA <input type="checkbox"/> MÚSICA <input type="checkbox"/> ANIMAIS <input type="checkbox"/> FÁBRICA <input type="checkbox"/> ESCRITÓRIO </div> </div>

<u>FORMA DE FALAR</u>			
<input type="checkbox"/> CALMO <input type="checkbox"/> RACIONAL <input type="checkbox"/> DELIBERADO <input type="checkbox"/> OUTRO: _____	<input type="checkbox"/> IRRITANTE <input type="checkbox"/> EMOCIONAL <input type="checkbox"/> DIRECTO	<input type="checkbox"/> INOCENTE <input type="checkbox"/> IRRACIONAL <input type="checkbox"/> BRINCALHÃO	<input type="checkbox"/> OBSCENO <input type="checkbox"/> CORRECTO <input type="checkbox"/> HESITANTE

DOMÍNIO DA LÍNGUA: VULGAR ☐ EXCELENTE ☐ CORRECTO ☐ POBRE ☐ OUTRO ☐

A PESSOA QUE LIGOU, DEU A IMPRESSÃO DE CONHECER OU ESTAR FAMILIARIZADO COM O LOCAL? _____

PLANO DE EMERGÊNCIA INTERNO	Apêndice C
PROCEDIMENTO DE ATUAÇÃO	Página 3/3
<i>AMEAÇA DE BOMBA</i>	PA-09

ESCREVA A TOTALIDADE DA MENSAGEM E OUTROS COMENTÁRIOS IMPORTANTES

MENSAGEM RECEBIDA:

[illegible]

MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	Apêndice D
REGISTOS DE SEGURANÇA	

APÊNDICE D

LISTA DOS REGISTOS DE SEGURANÇA	
Refª	Designação
D1	REGISTO DE VISTORIAS E INSPEÇÕES EXTERNAS
D2	REGISTO DE ANOMALIAS E MANUTENÇÕES NAS INSTALAÇÕES TÉCNICAS
D3	REGISTO DE ANOMALIAS E MANUTENÇÕES NOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE SEGURANÇA
D4	RELATÓRIO DE OCORRÊNCIA DE INCÊNDIO
D5	REGISTO DE RELATÓRIOS INTERVENÇÃO BOMBEIROS E OUTRAS ENTIDADES
D6	REGISTO DE AÇÕES FORMAÇÃO

Medidas de Autoproteção					Folha nº ____	Apêndice D1
ATLANTIS CONCERT FOR HARTH						
REGISTOS DE SEGURANÇA						

REGISTO DE VISTORIAS E INSPEÇÕES EXTERNAS								
Data (dia/mês/ano)	Refª Relatório ¹		Documento ²	Vistoria / Inspeção		Custo € ³	Obs.	Rubrica
	Vistoria	Inspeção		Entidade competente	Nome / Função			
____/____/____								
____/____/____								
____/____/____								
____/____/____								
____/____/____								
____/____/____								
____/____/____								

¹ Assinalar a situação aplicável.

² Referir ao relatório ou documento emitido pela entidade competente, o qual deve se juntar ao presente registo.

³ O custo não constitui requisito. Serve apenas para controlo da própria organização.

Medidas de Autoproteção	Folha nº ____	Apêndice D2
ATLANTIS CONCERT FOR HARTH		
REGISTOS DE SEGURANÇA		

REGISTO DE ANOMALIAS E MANUTENÇÕES NAS INSTALAÇÕES TÉCNICAS									
Instalação ¹	Data (dia/mês/ano)	Ref. ² Relatório	Anomalia	Manutenção	Intervenção realizada		Custo € ³	Obs.	Rúbrica
					Empresa	Nome / Função			
	____ / ____ _____								
	____ / ____ _____								
	____ / ____ _____								
	____ / ____ _____								
	____ / ____ _____								
	____ / ____ _____								
	____ / ____ _____								

¹ Identificar a instalação técnica (e.g., instalação elétrica, gerador, equipamento de confeção de alimentos, etc.).

² Anexar relatórios da intervenção. Em alternativa, anexar o comprovativo de como a instalação técnica cumpre com os requisitos de instalação e manutenção aplicáveis..

³ O custo não constitui requisito. Serve apenas para controlo da própria organização.

Medidas de Autoproteção	Folha nº ____	Apêndice D3
ATLANTIS CONCERT FOR HARTH		
REGISTOS DE SEGURANÇA		

REGISTO DE ANOMALIAS E MANUTENÇÃO NOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE SEGURANÇA									
Instalação ¹	Data (dia/mês/ano)	Ref. ^a . ² Relatório	Anomalia	Manutenção	Intervenção realizada		Custo € ³	Obs.	Rúbrica
					Empresa	Nome / Função			
	____ / ____ _____								
	____ / ____ _____								
	____ / ____ _____								
	____ / ____ _____								
	____ / ____ _____								
	____ / ____ _____								
	____ / ____ _____								

¹ Identificar o equipamento ou sistema de segurança (sinalização, extintor, etc.).

² Anexar relatórios da intervenção. Em alternativa, anexar o comprovativo de como os equipamentos e sistemas de segurança cumprem com os requisitos de manutenção aplicáveis

³ O custo não constitui requisito. Serve apenas para controlo da própria organização.

Medidas de Autoproteção					Apêndice D4	
REGISTOS DE SEGURANÇA						

RELATÓRIO DE OCORRÊNCIA DE INCÊNDIO						
Data		Hora		Local ou equipamento		
___/___/___		__:__				

Nível de Gravidade	Sem gravidade		Emergência	Não foi declarada emergência		
	Grave			Foi declarada emergência e acionado o plano de emergência		
	Muito grave					

Danos						Não resultaram danos		
	Resultaram danos	Humanos	Feridos ligeiros		Materiais	Não comprometem a atividade normal		
			Feridos graves			Comprometem a atividade normal		
			Mortes					

Descrição sumária da ocorrência:	
Medidas preventivas propostas:	
Ação(ões) Corretiva(s) propostas:	
Data ___/___/___	Assinatura _____

Medidas de Autoproteção										Folha nº ____	Apêndice D5
ATLANTIS CONCERT FOR HARTH											
REGISTOS DE SEGURANÇA											

REGISTO DE RELATÓRIOS DE INTERVENÇÃO DOS BOMBEIROS E DE OUTRAS ENTIDADES									
Ocorrência ¹	Data (dia/mês/ano)	Hora	Ref. Relatório ²	Local	Intervenção realizada		Custo € ³	Obs.	Rubrica
					Entidade	Nome / Função			
	____ / ____ _____								
	____ / ____ _____								
	____ / ____ _____								
	____ / ____ _____								
	____ / ____ _____								
	____ / ____ _____								
	____ / ____ _____								

¹ E.g., a ocorrência de incêndio, acidentes, rixa.

² Anexar os relatórios.

³ O custo não constitui requisito. Serve apenas para controlo da própria organização.

Medidas de Autoproteção										Folha nº ____	Apêndice D6
ATLANTIS CONCERT FOR HARTH											
REGISTOS DE SEGURANÇA											

REGISTO DE AÇÕES DE FORMAÇÃO								
Data (dia/mês/ano)	Ref. Relatório ¹	Acção de Formação		Tipo de Acção ²	Formandos (nº)	Custo € ³	Obs.	Rubrica
		Empresa / Formação Interna ⁴	Nome / Função do Formador					
____ / ____ _____								
____ / ____ _____								
____ / ____ _____								
____ / ____ _____								
____ / ____ _____								
____ / ____ _____								
____ / ____ _____								

¹ Anexar o programa de formação e/ou a relação de presenças, incluindo o nome e rubrica dos formandos. Nos simulacros, o relatório do mesmo.

² e.g., formação inicial em SCIE ou uso de meios de 1.ª intervenção.

³ O custo não constitui requisito. Serve apenas para controlo da própria organização.

⁴ Indicar o nome da empresa de formação externa ou do departamento interno.



PLANO DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA

ANEXO III CONDIÇÕES TÉCNICAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS

ATLANTIS CONCERT FOR EARTH

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
CONDIÇÕES TÉCNICAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS	Pág. 2

Índice

I — INTRODUÇÃO.....	3
1 — Objetivo	3
2 — Localização	3
3 — Caracterização e descrição	3
4 — Classificação e identificação do risco	4
II — CONDIÇÕES EXTERIORES COMUNS	5
1 — Vias de acesso	5
2 — Zonas de segurança	5
3 — Disponibilidade de água para os meios de socorro	5
III — CONDIÇÕES GERAIS DE COMPORTAMENTO AO FOGO, ISOLAMENTO E PROTEÇÃO	6
1 — Reação ao fogo de tendas e estruturas insufláveis	6
2 — Resistência ao fogo de elementos incorporados em instalações	6
IV — EVACUAÇÃO.....	6
1 — Evacuação dos locais	6
2 — Saídas de emergência.....	6
3 — Caracterização das vias horizontais de evacuação	6
V — CONDIÇÕES GERAIS DAS INSTALAÇÕES TÉCNICAS	7
1 — Instalações de energia elétrica	7
2 — Aparelhos de aquecimento	7
3 — Instalação de aparelhos de confeção de alimentos	8
VI — CONDIÇÕES GERAIS DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE SEGURANÇA.....	9
1 — Sinalização	9
2 — Iluminação de emergência	9
3 — Meios portáteis e móveis de extinção.....	9

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
CONDIÇÕES TÉCNICAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS	Pág. 3

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

I — INTRODUÇÃO

1 — Objetivo

O presente anexo, elaborado de acordo com o disposto no ponto 9 do artigo 31.^a do Anexo II do Regulamento de Segurança Contra Incêndio em Edifício, destina-se a demonstrar e a definir as condições técnicas de segurança contra incêndio no recinto provisório do Atlantis Concert for Earth com vista a:

- Reduzir a probabilidade de ocorrência de incêndios;
- Limitar o desenvolvimento de eventuais incêndios e limitar os seus efeitos;
- Facilitar a evacuação e salvamento de todos os ocupantes;
- Permitir a intervenção eficaz e seguro dos meios de socorro.

2 — Localização

O recinto provisório do Atlantis, Concert for Earth, doravante designado de *Recinto*, será implementado em terrenos contíguos ao Canto dos Carneiros na Lago Azul, freguesia das Sete Cidades, concelho de Ponta Delgada

A respetiva planta de localização consta do Anexo I ao Plano de Prevenção e Segurança.

3 — Caracterização e descrição

a) Utilizações-tipo:

O *Recinto* é da utilização-tipo VI “espetáculos e reuniões públicas”.

b) Descrição funcional:

O *Recinto* é ao ar livre e integra as seguintes estruturas e espaços:

- Palco;
- Área do espetáculo, sem lugares sentados para o público;
- Quiosques de comes e bebes;
- Camarins;
- Produção;
- Posto médico;
- Instalações sanitárias;

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
CONDIÇÕES TÉCNICAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS	Pág. 4

- Entrada e posto de controlo;
- Posto de controlo de acesso à produção;
- Área técnica (geradores).

Os quiosques de comes e bebes estão integrados na utilização-tipo VI “espetáculos e reuniões públicas”, conforme o disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2015/A, de 5 de março.

c) Cálculo do Efetivo:

A designada área do espetáculo possui cerca de 10 000 m². Aplicando o índice de ocupação de 3 pessoas por m² previsto no Quadro XXVII do RT-SCIE, o seu efetivo é de 30 000 pessoas.

4 — Classificação e identificação do risco

a) Locais de risco

Classificação dos Locais de Risco		
Designação do espaço	Local de risco	Fatores de classificação
Palco	C	Risco agravado de incêndio devido aos equipamentos presentes
Área de espetadores	B	Efetivo de público > 50 pessoas
Quiosques de comes e bebes	A	Aparelhos de confeção de alimentos e sua conservação de potência total útil inferior a 20 kW
Camarins	A	Efetivo < 50 pessoas
Produção	A	Efetivo < 50 pessoas
Posto médico	A	Efetivo de público < 50 pessoas
Entrada e posto de controlo	B	Efetivo de público > 50 pessoas
Posto de controlo de acesso à produção	A	Efetivo < 50 pessoas
Área técnica	C	Potência total útil superior a 20 kW

b) Fatores de classificação de risco aplicáveis ao recinto:

Para os recintos da utilização-tipo VI “espetáculos e reuniões públicas” ao ar livre, o fator de risco é o efetivo da utilização-tipo (UT).

Fator de Risco	Descrição	Categoria de risco
Efetivo da UT	≤ 15 000	2. ^a

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
CONDIÇÕES TÉCNICAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS	Pág. 5

c) Categoria de risco

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 13.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2015/A de 5 de março, o *Recinto* é da 2.ª categoria de risco, porque se localiza ao ar livre e possui um efetivo superior a 1000 pessoas e inferior a 15000 pessoas.

II — CONDIÇÕES EXTERIORES COMUNS

1 — Vias de acesso

O acesso até às entradas no *Recinto* (entrada de público e entrada da produção) realiza-se por dois caminhos em terra batida no Cerrado das Freiras, um que ladeia a orla da Lagoa Azul, e o outro afastado da lagoa, os quais asseguram os valores requeridos pelo artigo n.º 3 do 4.º do RT-SCIE:

- Largura útil: 3,50 m;
- Altura útil: > 4m;
- Raio de curvatura: > 11,0 m
- Inclinação: < 6%
- Capacidade para suportar um veículo de peso total 130 kN correspondendo 40 kN ao eixo dianteiro e 90 kN ao eixo traseiro.

Ambos os caminhos permitem o estacionamento dos veículos de socorro a uma distância inferior a 30 m da saída do recinto provisório.

O caminho que liga as duas entradas acima referidas tem largura inferior a 3 m.

2 — Zonas de segurança

Não existem edificações contíguas ao recinto provisório.

Dentro do recinto, as diversas instalações encontram-se afastadas com uma distância de segurança de modo a que a ocorrência de um incêndio numa delas não se propague à outra(s).

3 — Disponibilidade de água para os meios de socorro

Não existem hidrantes nas proximidades do recinto.

O abastecimento dos veículos de combate a incêndios realiza-se com água da Lagoa Azul com recurso a corpo chupador.

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
CONDIÇÕES TÉCNICAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS	Pág. 6

III — CONDIÇÕES GERAIS DE COMPORTAMENTO AO FOGO, ISOLAMENTO E PROTEÇÃO

1 — Reação ao fogo de tendas e estruturas insufláveis

Não aplicável. No *Recinto* não está previsto a instalação de tendas e estruturas insufláveis.

2 — Resistência ao fogo de elementos incorporados em instalações

Não aplicável. No *Recinto* não está previsto a instalação de sistemas de segurança ligados a cablagens elétricas ou de fibra ótica.

IV — EVACUAÇÃO

1 — Evacuação dos locais

As vias de evacuação e as saídas de emergência devem ser concebidas com intenção de proporcionar aos ocupantes dos diversos espaços do *Recinto* uma evacuação segura, na eventualidade de surgimento de um incêndio ou outra situação de emergência.

2 — Saídas de emergência

As áreas de acesso público devem dispor, no mínimo, de 6 saídas de emergência, distintas e afastadas umas das outras, de modo a permitir a rápida evacuação dos seus ocupantes.

A largura mínima das saídas de emergência é de 2,4 m.

Nas tendas, os vão de saída podem ser guarnecidos por elementos leves, desde que estes permitam, durante a presença dos espetadores, a livre circulação dos mesmos.

3 — Caracterização das vias horizontais de evacuação

As vias horizontais de evacuação, são todos os espaços do *Recinto* não ocupados com tendas ou outras estruturas, as quais conduzem diretamente ao exterior do *Recinto*.

Os espaços do *Recinto* devem se apresentar de um modo geral uniformes, sem concavidades ou saliências, que possam constituir perigo para as pessoas. Na impossibilidade da sua eliminação devem estar protegidos ou no mínimo balizados.

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
CONDIÇÕES TÉCNICAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS	Pág. 7

V — CONDIÇÕES GERAIS DAS INSTALAÇÕES TÉCNICAS

Com o objetivo de não constituírem causa de incêndio nem de contribuírem para a sua propagação, as instalações técnicas devem ser concebidas, instaladas e mantidas nos termos legais exigíveis e serem objeto de um plano de manutenção de acordo com as instruções dos fabricantes ou fornecedores.

1 — Instalações de energia elétrica

O projeto da instalação elétrica, elaborado por técnico habilitado para o efeito, deve cumprir com a legislação e regulamentos em vigor, nomeadamente o Manual ITED 2ª edição, as RTIEBT e demais legislação aplicável

A instalação elétrica do *Recinto* contempla a instalação para iluminação normal, tomadas de uso geral e força eletromotriz.

A fonte de alimentação da energia elétrica são geradores a combustão, devendo existir para a iluminação do *Recinto* um gerador de reserva, de forma a ser assegurada a iluminação normal, a qual na presente situação funciona como iluminação de emergência de segurança.

a) Cortes gerais e parciais de energia

Os quadros elétricos devem ser instalados à vista ou em armários próprios para o efeito, devendo nesse último caso se encontrar sinalizados regularmente e não serem utilizados para qualquer outra utilização.

Os quadros elétricos devem se encontrar permanentemente acessíveis e livres de quaisquer elementos que possam comprometer a manobra nos mesmos.

Os quadros elétricos devem satisfazer as seguintes condições:

- Possuir invólucros metálicos, se tiverem potência estipulada superior a 45kVA, mas não superior a 115 kVA, exceto se, tanto a aparelhagem como o invólucro, obedecem ao ensaio do fio incandescente de 750°C/5 s;
- Serem dotados de portas da classe E 30, ou encerrados em armários garantindo a classe de resistência ao fogo padrão equivalente, se tiverem potência estipulada superior a 115kVA.

A potência estipulada de cada quadro deve ser entendida como a correspondente ao somatório das potências nominais dos aparelhos de proteção dos alimentadores que lhes possam fornecer energia simultaneamente.

2 — Aparelhos de aquecimento

Não aplicável. Não está previsto a instalação de aparelhos de aquecimento.

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
CONDIÇÕES TÉCNICAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS	Pág. 8

3 — Instalação de aparelhos de confecção de alimentos

a) Instalação de aparelhos

Os aparelhos de confecção de alimentos podem ser alimentados a gás ou a eletricidade. Se presentes em tendas, os mesmos só são permitidos desde que tenham uma potência instalada não superior a 20 kW e cumprem com os seguintes requisitos:

- Distem no mínimo de 2 m dos espaços acessíveis ao público;
- O bloco de confecção possua painéis de proteção constituídos com materiais da classe A1;
- Quando alimentados a gás, as respectivas canalizações sejam fixas, protegidas contra ações mecânicas, visíveis em todo o percurso e instalados de forma a não serem atingidos por chamas ou por produtos de combustão, sendo, contudo, permitido tubos flexíveis de comprimento até 1,5 m para ligação de garrafas de gás a um único aparelho;
- Sejam equipados com dispositivos de corte e comando, permanentemente acessíveis e sinalizados, que assegurem, por acionamento manual, a interrupção da alimentação de combustível ou de fornecimento de energia elétrica aos aparelhos de confecção;
- Possuam aberturas para a admissão de ar em quantidade necessária ao bom funcionamento dos aparelhos a gás;
- Possuem instalação de extração de fumos e vapores, construídos com materiais da classe de reação ao fogo A1;
- A instalação de extração deve dispor de um filtro ou caixa, para depósito de matérias gordurosas;
- A extração de fumos e vapores deve ser feita para o exterior da tenda por meios de condutas construídas em materiais da classe A1, estarem elevadas no mínimo de 0,5 m acima da cobertura e instalada de forma a não ocorrer o sobreaquecimento dos elementos de recobrimento das tendas.

São permitidos veículos ou contentores destinados à confecção ou reaquecimento de alimentos:

- Em tendas, desde que situados a uma distância não inferior a 5 m de quaisquer elementos estruturais;
- Ao ar livre, desde que se localizam a mais de 5 m de tendas.

b) Instalação de gás combustível

O gás combustível só é permitido em garrafas localizadas no exterior dos locais destinados à confecção de alimentos.

A garrafa ou conjunto de garrafas ligadas a coletor, devem dispor de válvula de corte de emergência do fornecimento de combustível, a qual deve estar

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo II
CONDIÇÕES TÉCNICAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS	Pág. 9

devidamente sinalizada com placa com a inscrição “Corte de gás” e permanentemente acessível.

VI — CONDIÇÕES GERAIS DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE SEGURANÇA

1 — Sinalização

No *Recinto* as saídas devem ser convenientemente assinaladas, do lado interior com a palavra “SAÍDA” e exterior com a palavra “ENTRADA”, com as letras a branco num fundo cor de laranja, de largura não inferior a 0,2 m.

Os cabos de fixação e de contraventamento de tendas e de outras estruturas situados a uma altura inferior a 2 m, devem ser protegidos, podendo para o efeito ser utilizados cabelagens de cor vermelha, de forma a não constituírem perigo para a evacuação.

2 — Iluminação de emergência

A iluminação do *Recinto* é assegurada por grupos geradores, um principal e um em reserva.

3 — Meios portáteis e móveis de extinção

No *Recinto* devem estar presentes, no mínimo, os seguintes extintores:

- Palco: 2 extintores de CO₂ de 5 kg e 2 extintores de pó químico ABC de 6 kg permanentemente pressurizado;
- Nos quiosques de comes e bebes: 1 extintor de pó químico ABC de 6 kg permanentemente pressurizado a distância da saída do quiosque que não exceda os 15 m;
- Geradores: 1 extintor de pó químico ABC de 6 kg permanentemente pressurizado a distância que não exceda os 15 m do gerador;
- Camarins e produção, extintores de pó químico ABC de 6 kg, conforme a Planta 1.

Os extintores devem estar sinalizados por placa regulamentar, colocada a altura acima do solo entre 2 a 3 m, em suporte ou armário, de modo a que o seu manípulo fique a altura não superior a 1,2 m do pavimento ou chão.



PLANO DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA

ANEXO IV PARECERES

ATLANTIS CONCERT FOR EARTH

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo IV
PARECERES	Pág. 2

No presente anexo são juntos os pareceres sobre o Plano de Prevenção e Segurança das seguintes entidades:

- Câmara Municipal de Ponta Delgada;
- Polícia de Segurança Pública – Divisão Policial de Ponta Delgada;
- Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

PLANO DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA

ANEXO V IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR DE SEGURANÇA

ATLANTIS CONCERT FOR EARTH

Plano de Prevenção e Segurança	Anexo V
IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR DE SEGURANÇA	Pág. 2

Identificação do Gestor de Segurança	
Nome	
Contacto telefónico	
Formação	

Elemento anexo:

Comprovativo de formação do Gestor de Segurança.

Nota: O Gestor de Segurança será identificado caso haja autorização para a realização do evento musical.